

# **Extensão Rural**

**DEAER – CCR  
v.19, n.1, jan–jun / 2012**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**Reitor**

Felipe Martins Müller

**Diretor do Centro de Ciências Rurais**

Thomé Lovato

**Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural**

Clayton Hillig

**Editores**

Fabiano Nunes Vaz e Ezequiel Redin

**Conselho Editorial**

Clayton Hillig (UFSM); Ezequiel Redin (UFSM); Fabiano Nunes Vaz (UFSM)

**Bolsista**

Jéssica Silveira dos Santos

**Impressão / Acabamento:** Imprensa Universitária / **Tiragem:** 150 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1993) – Santa Maria, RS: UFSM, 1993 -

Semestral

Vol.19, n.1 (jan./jun.2012)

Revista anual até 2007 e semestral a partir de 2008.

Resumo em português e inglês

ISSN 1415-7802

1. Administração rural: 2. Desenvolvimento rural: 3. Economia rural: 4. Extensão rural.

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por

Claudia Carmem Baggio – CRB 10/1830

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores. Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

## **INDEXAÇÕES**

O periódico Extensão Rural se dedica a publicar estudos científicos a respeito de administração rural, desenvolvimento rural sustentável, economia rural e extensão rural. O periódico se encontra indexado pelos seguintes sistemas:

### **INTERNACIONAL**

AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Technology) da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)

### **NACIONAL**

AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)

Extensão Rural  
Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Rurais  
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural  
Campus Universitário – Prédio 44  
Santa Maria- RS - Brasil  
CEP: 97.119-900  
Telefones: (55) 3220 8354 / 8165 – Fax: (55) 3220 8694  
E-mail: atendimento.extensao.rural@gmail.com  
*Web-sites:*  
[www.ufsm.br/revistas](http://www.ufsm.br/revistas)  
[www.ufsm.br/extrural](http://www.ufsm.br/extrural)  
<http://www.ppgexr.com.br/pagina.php?pag=revista>  
<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural>

## SUMÁRIO

<b>POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO SOBRE O CRÉDITO RURAL NO ASSENTAMENTO BANCO DA TERRA, NOVA XAVANTINA-MT</b> Wesley da Silva Silveira; Gilmar Laforga; Aldo Max Custódio; Diane Cristina Stefanoski	7
<b>OS AGRICULTORES E A “MODERNIDADE”: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CULTURA E TECNOLOGIA NO MEIO RURAL DE CERRO LARGO / RS</b> Micael Stolben Mallmann; Ivann Carlos Lago	33
<b>RELAÇÕES DE PODER E LIMITES DOS SERVIÇOS DE ATES EM ASSENTAMENTOS RURAIS</b> Marcos Botton Piccin; Vinicius P. Dalbianco; Marcelo Trevisan; Maurício Botton Piccin	45
<b>A INFORMALIDADE NA PRODUÇÃO DA CACHAÇA NO MUNICÍPIO DE RIO POMBA, MG</b> Maria Angélica Alves da Silva e Souza; Douglas Mansur da Silva; Maurício Novaes Souza	75
<b>REDE DE COMERCIALIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MUDANÇAS NA AÇÃO EXTENSIONISTA: O CASO DE ICONHA-ES</b> Daniel do Nascimento Duarte; Marcelo Miná Dias	105
<b>PROPOSIÇÃO DE APLICAÇÃO DO BALANCED SCORECARD EM UMA EMPRESA AQUÍCOLA: UM ESTUDO PILOTO</b> Cristiano do Nascimento; Luciane Maria Gonçalves Franco	137
<b>NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS</b>	159

## SUMMARY

**POLITICAL DEVELOPMENT OF FAMILY AGRICULTURE: A STUDY ON THE RURAL CREDIT IN THE SETTLEMENT BANCO DA TERRA, NOVA XAVANTINA-MT.**

Wesley da Silva Silveira; Gilmar Laforga; Aldo Max Custódio;  
Diane Cristina Stefanoski

---

7

**FARMERS AND MODERNITY: AN ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN CULTURE AND TECHNOLOGY IN RURAL AREAS OF CERRO LARGO / RS**

Micael Stolben Mallmann; Ivann Carlos Lago

---

33

**POWER RELATIONSHIPS AND THE LIMITS OF TECHNICAL ASSISTANCE AND AGRICULTURAL EXTENSION SERVICE IN RURAL SETTLEMENTS**

Marcos Botton Piccin; Vinicius P. Dalbianco; Marcelo Trevisan;  
Maurício Botton Piccin

---

45

**INFORMALITY IN THE PRODUCTION OF CACHAÇA IN THE CITY OF RIO POMBA, MG**

Maria Angélica Alves da Silva e Souza; Douglas Mansur da Silva;  
Maurício Novaes Souza

---

75

**NETWORK MARKETING, PUBLIC POLICY AND CHANGES IN ACTION EXTENSIONISA: THE CASE OF ICONHA - ES**

Daniel do Nascimento Duarte; Marcelo Miná Dias

---

105

**PURPOSE OF APPLICATION OF THE BALANCED SCORECARD IN A COMPANY AQUACULTURE: a pilot study**

Cristiano do Nascimento; Luciane Maria Gonçalves Franco

---

137

**STANDARDS FOR PAPER SUBMISSION**

---

159



## **POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO SOBRE O CRÉDITO RURAL NO ASSENTAMENTO BANCO DA TERRA, NOVA XAVANTINA-MT**

Wesley da Silva Silveira<sup>1</sup>  
Gilmar Laforga<sup>2</sup>  
Aldo Max Custódio<sup>3</sup>  
Diane Cristina Stefanoski<sup>4</sup>

### **Resumo**

A agricultura familiar tem se tornado um importante tema para a elaboração de políticas econômicas e sociais, o que incentivou a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O objetivo deste trabalho foi avaliar como são utilizados os recursos financeiros na forma de custeio ou investimento e as possíveis causas de inadimplência no Assentamento Banco da Terra junto ao PRONAF. Para tanto, empregou-se metodologia qualitativa, método descritivo e técnicas de observação simples, não controlada e não-participante. Realizou-se a aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas, tanto para os assentados como para o agente financeiro. Os recursos oriundos do PRONAF foram utilizados na modalidade investimento na suinocultura. Identificaram-se como principais causas da inadimplência o insucesso na estruturação do assentamento, devido a problemas como pouca capacidade de gerenciamento e a falta de cooperação entre os assentados; ausência do serviço de assistência técnica; a dificuldade de obter novos financiamentos; e o fato de não possuírem capital de giro suficiente para geração de renda.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, PRONAF, políticas públicas

---

<sup>1</sup> Eng. Agrônomo formado pela UNEMAT Campus de Nova Xavantina, eng\_wesley@hotmail.com;

<sup>2</sup> Dr<sup>o</sup> Orientador, Professor do Curso de Agronomia da UNEMAT, Campus de Nova Xavantina, gilmar.laforga@gmail.com;

<sup>3</sup> Eng. Agrônomo Professor do Curso de Agronomia da UNEMAT, Campus de Nova Xavantina, aldomax\_agronx@hotmail.com;

<sup>4</sup> Eng. Agrônomo(a) Professora do Curso de Agronomia da UNEMAT, Campus de Nova Xavantina, diane\_stefanoski@hotmail.com.

## **POLITICAL DEVELOPMENT OF FAMILY AGRICULTURE: A STUDY ON THE RURAL CREDIT IN THE SETTLEMENT BANCO DA TERRA, NOVA XAVANTINA-MT**

### **Abstract**

The family agriculture has becoming an important issue for the development of economic and social policy, which encouraged the creation of the National Program to Strengthen of the Family Agriculture (PRONAF). The aim of this work was evaluate how are being used the financial resources of in the form of costing or investment and the possible causes of default in the Settlement Banco da Terra to the PRONAF. The methodology used was classified as qualitative where the method used was the descriptive, using techniques of simple observation non controlled and non participant. It was realized questionnaires and semi-structured interviews to both settlers as financial agents. The resources from the PRONAF were used in the investment of swine modality in swine. It was identified as the main causes of failure the non success in the structure of the settlement due problems such as poor ability of management and the lack of cooperation among the settlers; the lack of the technical assistance; the difficulty for get new financial resources and do not have floating capital enough to generate income.

**Key-words:** family agriculture, PRONAF, public politic

### **1. INTRODUÇÃO**

A agricultura familiar é vista como uma atividade que tem fundamental importância para as pequenas cidades, não sendo diferente para o município de Nova Xavantina, considerando-se apenas os assentamentos são 1.060 famílias, ocupando uma área de 60.612 hectares. Com apenas 30,5% da área e contando somente com 25% do financiamento total, os estabelecimentos familiares são responsáveis por 37,9% de toda a produção nacional (Incr/Fao, 2000; Brasil, 2007).

Apesar de a agricultura familiar contribuir com uma porcentagem significativa no PIB nacional (10,1%), durante o processo de modernização da agricultura brasileira as políticas públicas que se destinavam à área rural, em especial a política de crédito, se caracterizavam como sendo excludentes dessa categoria, privilegiando majoritariamente a agricultura empresarial. Por conseguinte, o resultado destas políticas para agricultura familiar era altamente negativo, uma vez que grande parte deste segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos campos do crédito rural, garantia de preços mínimos e seguro de produção (Mattei, 2007).



Este cenário começou a ser modificado a partir de 1995 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que se firmou como sendo o maior projeto destinado exclusivamente para a agricultura familiar no Brasil. O PRONAF tem o intuito de solucionar problemas de desigualdades no meio rural proporcionando orientação técnica e apoio financeiro para as atividades agropecuárias exploradas mediante a força de trabalho empregada pelo agricultor familiar (Martins et al., 2006).

Os programas de financiamento são de fato importantes na medida em que fornecem recursos aos produtores para implementar projetos produtivos que não seriam viáveis apenas com capital próprio. Uma vez que esta atividade é repleta de especificidades que se traduzem em elevado risco econômico, tanto em âmbito das questões no campo de produção como no momento da comercialização (Buainain, 2007).

Entretanto, em muitas situações o crédito rural é oferecido sem nenhum tipo de acompanhamento técnico ou qualquer forma de fiscalização, gerando uma série de problemas, como a tomada de empréstimos para custeio ou investimento sem que os agricultores familiares estejam preparados para sua utilização (Zamberlam, 1994; Norder, 2004). Desta maneira, este trabalho<sup>5</sup> tem por objetivo estudar quais as formas de utilização do crédito rural, o número de agricultores familiares que se encontram em inadimplência e as possíveis causas que os levaram a esta situação, buscando verificar como o PRONAF é utilizado no Assentamento Banco da Terra em Nova Xavantina - MT.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1. A importância da agricultura familiar

No Brasil a agricultura familiar foi um setor historicamente marginalizado em consequência da colonização e do processo de modernização desigual do país, principalmente a partir de meados dos anos 60, o que resultou no estabelecimento de um modelo de desenvolvimento agrícola extremamente privilegiador e excludente (Aquino e Teixeira, 2005).

Agricultura familiar é um termo que começou a entrar no vocabulário científico governamental das políticas públicas a partir da década de 90; os termos empregados até então eram: produção não comercial, pequena produção, produção de subsistência. A agricultura familiar era importante socialmente, porém de expressão econômica marginal, de certa forma pensava-se que o futuro da agricultura familiar já

---

<sup>5</sup> Este é um projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso - FAPEMAT no qual conta com três linhas de ação: Estudo sobre o crédito rural para agricultura familiar, Análise das tecnologias empregadas na agricultura familiar e Avaliação da Assistência técnica e Extensão rural na região.

estaria selado pelo desenvolvimento capitalista (Abramovay e Piketty, 2005).

A agricultura mais avançada do planeta não tinha como base grandes extensões territoriais e uso de larga escala de trabalho assalariado. Os países do continente europeu, Japão, EUA e Canadá tiveram seu sucesso econômico baseados em pequenas unidades de produção. Se estes argumentos não fossem suficientes para retirar a imagem de marginalização da agricultura familiar, o Brasil conta ainda com estudos sobre integração contratual, mostrando a capacidade da agricultura familiar em incorporar ativamente inovações tecnológicas, tomar crédito e participar de mercados dinâmicos, contrariando a imagem caricatural associada ao camponês com aversão ao risco (Abramovay e Piketty, 2005).

Segundo Guilhoto et al. (2007), a agricultura familiar contribui expressivamente para a geração de riqueza no país, considerando não só a economia do setor agropecuário, mas de todo país. Alguns produtos são estritamente ligados a agricultura familiar onde os valores do PIB são maiores que a agricultura patronal, cujas culturas dependem basicamente de pequenas unidades de produção. Somente no ano de 2005 o montante de recursos financeiros gerado por esses produtos foi de aproximadamente 30 bilhões de reais (Guilhoto et al., 2005). Segundo o Censo Agropecuário 2006 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a agricultura familiar é que alimenta a nação, apesar de ocupar menor área, e é também a principal geradora de empregos no meio rural brasileiro, envolvendo mais de 12 milhões de pessoas no campo, correspondendo a mais de 74% da população agrícola. Assim, é evidente a importância estratégica da agricultura familiar, pois além de seu fundamental papel social na mitigação do êxodo rural e da desigualdade social do campo e das cidades, este setor deve ser encarado como um forte elemento de geração de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas para a própria economia do país (SAF/MDA, 2010).

## 2.2. Reforma agrária

De acordo com a SAF/MDA (2009) a reforma agrária se constitui como um mecanismo de aquisição da terra para a ampliação e consolidação da agricultura familiar. Desta maneira são estabelecidas um conjunto de medidas que visa uma melhor distribuição da terra, mediante modificação no regime de sua posse e uso com o objetivo de atender aos princípios sociais e aumento de produtividade.

O programa de reforma agrária é de ordem governamental e sua implementação depende de decisões de ordem política. As normas de execução e respaldo estão vinculadas aos três poderes (executivo legislativo e judiciário), no entanto, historicamente não se obteve esta conjugação de forças e convergência de interesses para alavancar a reforma agrária no país (Heinen, 2005).

Segundo Heinen (2005), inicialmente o PNRA<sup>6</sup> tinha como objetivo a aplicação efetiva dos dispositivos do estatuto da terra (Lei nº 4.504/64), e visava a melhor distribuição da terra, fixando metas e prazos. No entanto, em 2003 foi criado o 2º PNRA, que procurava beneficiar o trabalhador excluído do acesso a terra com área insuficiente para a subsistência e o desenvolvimento econômico-social (SAF/MDA, 2009).

### 2.2.1 Programa Nacional de Crédito Fundiário

O Programa Nacional de crédito Fundiário (PNCF) foi criado em 1997 e intitulado, Programa Cédula da Terra (PCT), sendo substituído no ano de 2003 pelo PNCF. O órgão ao qual o programa esta vinculado é o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA com a participação de bancos públicos (Banco do Nordeste e Banco do Brasil), dos governos estaduais e das organizações de representação dos trabalhadores rurais (Bacen, 2009).

É um programa governamental que financia agricultores que tenham renda anual inferior a 15 mil reais e patrimônio menor que 30 mil reais. A aquisição das terras pode ser feita em grupo ou através de associações, financiamento para aquisição dos imóveis é reembolsável, assim como o financiamento para investimentos comunitários. Todos os recursos são provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Buiainain, 2007).

No estado de Mato Grosso não há apenas um órgão responsável pela execução do PNCF, vários órgãos se encontram envolvidos para execução desta política pública onde cada um é responsável por uma etapa funcional. Entre os órgãos responsáveis pela execução temos CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável), CEDRS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável), SEDER<sup>7</sup>, EMPAER<sup>8</sup>, Fetagri<sup>9</sup>, INCRA<sup>10</sup> e Intermat. Os órgãos responsáveis pela fiscalização da política são: Fetagri, Seder, CMDRS, CEDRS MDA e Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Este grande número de instituições envolvidas tem o objetivo de aumentar o rigor e evitar desvio de recurso.

## 2.3. Crédito rural e a modernização agrícola no Brasil.

No final da década de 1950 o Brasil entrava em um processo de modernização da agricultura chamado “revolução verde”. A revolução verde tinha como princípio a transformação da agricultura através da industrialização e modernização de todo o processo evolutivo agrícola, assim, implantou-se no rural brasileiro uma série de técnicas de cultivo, mecanização, utilização de insumos como defensivo, fertilizantes, sementes híbridas de alto desempenho entre outros (Caporal, 2002).

---

<sup>6</sup> PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

<sup>7</sup> SEDER – Secretária de Estado e Desenvolvimento rural. Atualmente o governo estadual reestruturou essa secretaria, que passou a se chamar SEDRAF.

<sup>8</sup> EMPAER – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural.

<sup>9</sup> Fetagri Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Mato Grosso

<sup>10</sup> INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária.

Como a revolução verde era altamente dependente de insumos externos aos produzidos nas propriedades, os agricultores necessitavam de crédito para a aquisição destes. Segundo Buainain (1997), o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, foi responsável pelos subsídios que acarretaram nas transformações do modelo de produção brasileiro, o crédito era direcionado e vinculado apenas para alguns produtores em quantidades elevadíssimas para aquisição dos pacotes tecnológicos. A política de crédito rural excluía os pequenos agricultores priorizando os latifúndios em detrimento dos minifúndios, pois os consideravam inviáveis e incapazes de produzir alimentos satisfatoriamente, ainda mais para atender o mercado externo. O que contribuiu ainda mais para a distorção regional, ampliando a diferença entre os próprios agricultores e aumentando as diferenças sociais entre a agricultura familiar e a agricultura patronal.

De acordo com Bittencourt (2003), formalmente a política de crédito não excluía os agricultores familiares, porém a forma de exclusão se dava através dos processos operacionais que eram adotados pelos bancos que priorizavam transações de maior volume e menor custo administrativo.

#### 2.4. Sistema Nacional de Crédito Rural

O crédito rural é o suprimento de recursos financeiros para aplicação nas finalidades, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural em condições estabelecidas no manual do crédito rural (MCR) e tem como objetivos estimular os investimentos rurais; favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários; fortalecer o setor rural, notadamente no que se refere a pequenos e médios produtores, e incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção.

O crédito rural tem ainda as finalidades de custeio, quando destinados a cobrir despesas normais de um ou mais períodos de produção agrícola ou pecuária. Investimento são recursos destinados a aquisição de bens que sejam utilizados por vários anos. Além disso, é considerada a comercialização, quando destinada, isoladamente, ou como extensão do custeio, a cobrir despesas próprias da fase sucessiva à coleta da produção, sua estocagem, transporte ou à monetização de títulos oriundos da venda pelos produtores (MCR, 2004).

O SNCR é constituído por órgãos básicos, órgãos vinculados e órgãos articulados (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004): órgãos básicos são instituições públicas como o Banco Central do Brasil (BACEN), o Banco do Brasil S.A. (BB), Banco da Amazônia S.A.(BASA) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Como órgão vinculado tem-se o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bancos privados e estaduais, caixas econômicas, cooperativas de crédito rural e sociedades de crédito. E, por sua vez, órgãos articulados são entidades de prestação de assistência técnica e órgãos oficiais de valorização regional (Banco do Brasil, 2004).

Compete ao Conselho Monetário Nacional (CMN) de acordo com a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 disciplinar o crédito rural do país e estabelecer, com exclusividade, normas operativas. O cumprimento das deliberações do Conselho Monetário Nacional, aplicáveis ao crédito rural, é dirigido, coordenado e fiscalizado pelo BACEN que funciona como órgão de controle do sistema nacional do crédito rural (Brasil, 1964).

#### PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é uma grande conquista dos agricultores familiares e suas organizações, sendo considerada a primeira linha de crédito que é destinada especificamente para a agricultura familiar no Brasil (Bittencourt, 2003).  
Origem

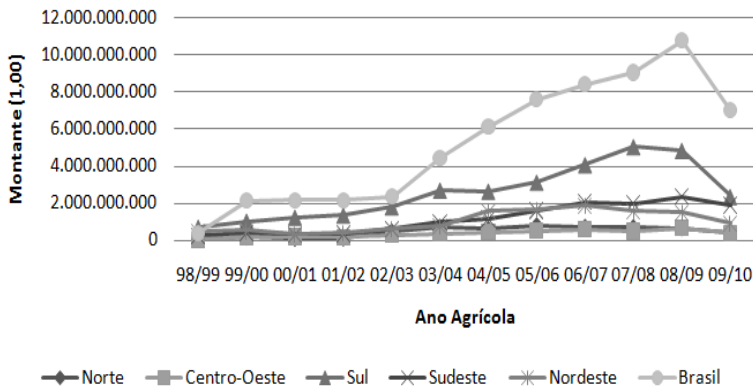
De uma maneira mais abrangente, pode-se dizer que até o início da década de noventa não existia nenhum tipo de política pública voltada especificamente para a agricultura familiar, apenas em meados dos anos noventa houve a tão esperada criação do PRONAF (Mattei, 2006).

No ano de 1994, através de muita pressão dos agricultores familiares e inúmeras mobilizações feitas por meio da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura a (CONTAG), foi criado no governo do então presidente da república Itamar Franco o Programa de Valorização da pequena produção rural (PROVAP), o qual tinha como objetivo elevar o volume de crédito concedido aos agricultores familiares. Em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso o PROVAP foi reestruturado, tanto na área de abrangência como em sua concepção.

Com esta reestruturação do PROVAP, surgia o PRONAF como uma linha de crédito para custeio atendendo a demanda da CONTAG, posteriormente através do decreto de lei Nº 1496 em 28/06/1996 o PRONAF deixou de ser apenas de crédito e adquiriu status de programa governamental passando naquele ano a integrar o orçamento geral da união com recursos módicos de R\$ 10,0 milhões (Buinain, 2007 e Silva, 1999).

#### 2.4.1. Abrangência do PRONAF

O PRONAF desde a sua criação aparentou um movimento ascendente no número de contratos e no montante de recursos destinados aos agricultores familiares, este processo de ascensão ficou mais relevante a partir do ano 2000. Até 2009 houve um incremento de 500% no volume de recursos, a liberação passou de R\$ 2.189 milhões em 2000 para R\$ 10.052 milhões (Guanziroli, 2007).



**Figura 1 – Evolução do crédito do PRONAF em reais no Brasil e por regiões - planos safras de 99/99 a 2009/2010. Fonte: MDA, 2010.**

Segundo Mattei (2006), nos primeiros anos do PRONAF haveria um domínio quase total de recursos para a região sul e sudeste do país, o que serviu como um espelho refletindo ainda nos dias atuais, como pode ser observado no gráfico acima. Mais especificamente no ano de 2009, 34% dos recursos do PRONAF eram destinadas a região sul e 29% a região sudeste, enquanto a região nordeste recebe 21% sendo esta a de maior número de unidades familiares, as regiões centro-oeste e norte recebem 11% e 5%, respectivamente.

Este domínio da região sudeste e sul se dá porque os agricultores familiares daquela região já têm uma tradição agrícola, encontram-se, portanto, mais organizados e estando inseridos em cadeias produtivas, ainda pode-se atribuir o fato dos agricultores da região sul provavelmente já terem um relacionamento com os agentes financeiros, o que facilitaria o acesso ao crédito, pois é mais fácil para as instituições financeiras lidarem com um público que já tem tradição de financiamento e operacionalização (Guanziroli et al., 2007).

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

O Assentamento Banco da Terra se localiza a uma distância de 12 quilômetros da sede do município de Nova Xavantina – MT, à margem direita da BR 158 na saída para Água Boa. A criação do assentamento ocorreu em 2003 através do PNCF, as negociações foram feitas por intermédio do sindicato rural do município.

O projeto de estruturação do assentamento foi executado por um escritório de consultoria agrônômica da cidade, onde ocorreu a compra de

uma fazenda de 570 hectares na qual era cultivada a cultura da soja. 60 famílias foram beneficiadas com o projeto, cada uma recebeu uma parcela de 9.5 hectares, as famílias organizaram-se em duas associações – Vale do Araguaia e Deus é Amor, cada uma com 30 famílias.

Essa pesquisa pode ser classificada como qualitativa, onde o método utilizado é o descritivo, utilizando-se de técnicas de observação simples, não controlada e não-participante (Good e Hatt, 1977).

Entende-se como pesquisa qualitativa aquela composta por uma série de procedimentos pautados na observação, vivência e análise dos significados e características intrínsecas ao fenômeno estudado, através do raciocínio indutivo e dedutivo, não se limitando apenas à quantificação (Richardson, 1999). A observação simples, não controlada e não-participante permite que seja mantida certa distância do pesquisador não permitindo que este se integre ao grupo (Marconi e Lakatos, 2005).

A coleta de informações foi realizada em duas etapas, inicialmente ocorreu à aplicação de questionários a 52<sup>11</sup> famílias do assentamento, identificando-se quais assentados receberam recursos via PRONAF ou outros mecanismos de financiamento e quais estariam em inadimplência com o crédito rural.

Posteriormente foram elaborados roteiros de entrevista semi-estruturada e estes foram aplicados a 100% dos assentados que se encontravam inadimplentes, presidentes das associações, agentes financeiros<sup>12</sup>, EMPAER, SEDER e INCRA com a finalidade de identificar elementos das possíveis causas que levaram os assentados à condição de inadimplência.

Outra questão que vale a pena ser ressaltada é que durante toda pesquisa de campo foram realizadas observações com o intuito de analisar vieses de informações, ou mesmo se valer desse mecanismo para reorientar possíveis questionamentos.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1. Problemas ocasionados pela alta rotatividade do assentamento**

O PRONAF A se caracteriza como sendo uma linha de financiamento destinada única e exclusivamente para agricultores que são assentados de reforma agrária ou beneficiários do crédito fundiário. Através da aplicação de questionário foi identificado que o percentual de assentados que afirmam ter obtido acesso ao crédito do PRONAF, é de 42%, o restante dos assentados não obtiveram acesso a nenhum tipo de financiamento. Esta situação ocorre porque esses agricultores adquiriram a propriedade através da compra junto aos assentados titulares, desta maneira seus

---

<sup>11</sup> Não foi possível a realização de entrevista a oito famílias do assentamento, por que as mesmas não residem no local.

<sup>12</sup> Majoritariamente o agente financiador no município é o Banco do Brasil.

nomes não se encontram no contrato de escrituração do assentamento, assim não há como comprovar que são agricultores familiares (Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP), conseqüentemente, não é possível que acessem novo financiamento até que ocorra a regularização dos mesmos.

Mesmo estes agricultores não sendo beneficiários do PRONAF<sup>13</sup>, eles assumiram a dívida no momento em que adquiriram a propriedade do titular da terra, através de negociações ocorridas entre ambas às partes, de maneira informal. Este é um tipo de acordo precário onde o beneficiário que vendeu a propriedade assina uma carta de desistência da terra, no entanto, o novo beneficiário deve ser regularizado pela associação (via SEDER). Nos casos em questão ainda não ocorreu a regularização.

De acordo com Medeiro e Leite (2004), este é um problema relevante em assentamentos rurais. Casos em que famílias adquirem as propriedades e não tem um acúmulo de capital de origem para movimentar as atividades da propriedade apresentam maior possibilidade de evasão. Em diversas ocasiões o que é produzido não é suficiente para a subsistência da família e o pagamento da dívida, o que agrava ainda mais os problemas com rotatividade dentro dos assentamentos.

No Assentamento Banco da Terra em Nova Xavantina, devido à proximidade com a cidade, os assentados tentam contornar este problema trabalhando fora da propriedade (empreitas, bicos, empregos fixos e etc.). O que não os deixa com tempo suficiente para empregarem sua força de trabalho em suas unidades de produção. Em alguns casos, ocorre o arrendamento da propriedade como tentativa de sobreviver e evitar a venda do lote.

Diante desta problemática, está a relevância do rigor no processo de elegibilidade dos beneficiários de projetos de assentamento. A entrada de pessoas que não tenham o perfil para se enquadrarem em programa de assentamento - não atendem aos requisitos do programa quanto ao conhecimento/domínio de uma vida no campo, causa diversos transtornos tanto para as associações dos assentamentos quanto para o INCRA e SEDER. Em entrevista realizada na sede regional do INCRA no estado de Mato Grosso e a SEDER, os técnicos revelaram que o processo de seleção de beneficiários está sujeito a adequações para solucionar este tipo de problema, que na opinião dos próprios é o principal causador da evasão em assentamentos rurais.

Em trabalho realizado por Sparovek (2003), o autor evidencia que assentamentos rurais em que há um alto índice de rotatividade a renda monetária por família é muito baixa, em alguns casos sendo negativa. O autor relata que este fenômeno ocorre com mais frequência em regiões que tenham uma maior facilidade na aquisição (acesso) de terras, visto que, em

---

<sup>13</sup> O crédito destinado aos agricultores via PRONAF sai no CPF de cada beneficiário, desta maneira se houver a evasão da propriedade o titular da terra deverá arcar com a dívida. No entanto, no assentamento Banco da Terra de Nova Xavantina, observamos que as pessoas que adquiriam as posses dos titulares da área compraram as propriedades, descontando o valor da dívida que passaram a assumir (PRONAF).

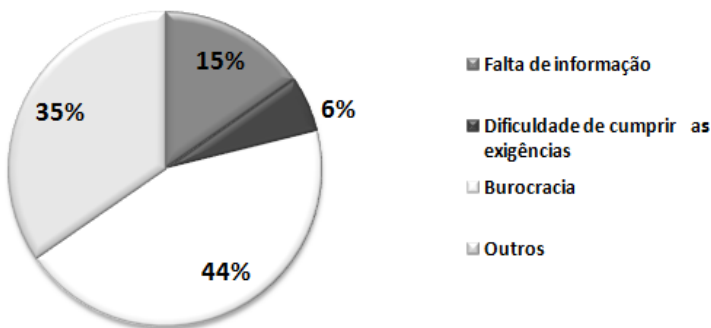


regiões nas quais a agricultura familiar é mais desenvolvida e mais competitiva há uma menor proporção de latifúndios improdutivos.

#### 4.2. Principais dificuldades encontradas para aquisição do PRONAF

Apesar do PRONAF ter contribuído significativamente para que uma grande quantidade de agricultores familiares pudessem ter acesso ao crédito bancário pela primeira vez, existem ainda entraves que dificultam as transações com o banco e os desestimulam a buscar o crédito (Figura 2).

Segundo Garcia et al. (2008), o agricultor familiar pode aumentar a sua renda desde que tenha acesso a tecnologia. Normalmente as áreas exploradas são pequenas, sendo necessário aumentar a produtividade por hectare. Para que o agricultor familiar seja capaz de gerar renda da propriedade é imprescindível que haja subsídios destinados à produção e modernização, entretanto, como podemos observar no gráfico abaixo, existem barreiras que dificultam o acesso ao crédito pelos assentados.



**Figura 2 – Dificuldades apontadas pelos assentados do Banco da Terra, para aquisição do PRONAF.**

A principal dificuldade apresentada pelos assentados, com 44% das respostas, é a burocracia imposta pelos bancos, este é um entrave que muitas vezes desestimula o agricultor familiar a buscar financiamento.

Muitas vezes, o agricultor familiar é informado através dos meios massais de comunicação que as linhas de crédito para este público estão sempre abertas e por motivos de exigências bancárias o agricultor não consegue acessá-las. Diante deste tipo de situação, o agricultor familiar que já possui uma insegurança criada pela desigualdade social e fundiária, simplesmente se desestimula e opta pela decisão de permanecer na mesma situação na qual se encontra, em muitos casos, de baixa produtividade ou até mesmo deixa de produzir no lote arrendando-o (Buainain, 2006). Segundo Bittencourt (2003), um dos maiores entraves

para o crescimento do PRONAF são as dificuldades impostas pelos agentes financeiros.

Contudo, em entrevista com o supervisor regional da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) no Centro-Oeste, ele explica que a confederação tem se mobilizado fortemente para minimizar os entraves que dificultam o acesso ao PRONAF pelo agricultor familiar. A CONTAG cada vez mais busca o aumento do montante do crédito para o PRONAF, visto que historicamente este trabalhador esteve excluído do acesso ao crédito (Bittencourt, 2003).

Garcia et al. (2008), Kozelinski (2009) e Hilig (2008) também encontraram problemas semelhantes de acesso a crédito devido a entraves burocráticos, os produtores se depararam nos bancos com a morosidade e dificuldade para a liberação de recurso por falta de documentação. A responsabilização dos bancos, por sua vez, é incentivada pelos técnicos e políticos locais, além dos seus próprios funcionários.

Oliveira (2009) evidencia que a base do financiamento e as exigências bancárias, que não estão disponíveis ao trabalhador, atendem as exigências do capitalismo para a perpetuação do sistema econômico dificultando ainda mais que os agricultores mais pobres, que não tenham uma renda fixa, tenham acesso a crédito bancário.

Um ponto importante a ser ressaltado é o curto período de tempo que os funcionários das agências bancárias disponibilizam para agricultores que pretendem adquirir o PRONAF. Na agência municipal é disponibilizado apenas um dia de cada mês para avaliação de propostas. Devido ao curto período de tempo, as agências acabam privilegiando aqueles agricultores que se encontram mais estabilizados economicamente em detrimento de outros. Casos como este demonstram a situação de exclusão a que os agricultores familiares estão sujeitos.

Laforga (2005) observou que a má distribuição e a concentração de crédito é um dos mecanismos perversos de exclusão, sem a oferta de crédito os projetos que objetivam o desenvolvimento da agricultura familiar vêm-se inviabilizados.

Cerca de 35% dos entrevistados apontaram outros problemas, tais como o tempo para liberação de recurso (invariavelmente com atrasos). Esta situação se deve em primeiro lugar, pela falta de programação entre o MDA e o Banco do Brasil para liberação de recursos (Hilig, 2008). O referido autor aponta ainda que esta situação deve ser evitada ao máximo possível, principalmente nas operações de PRONAF para o custeio, impedindo que ocorra o endividamento do agricultor familiar com revendas, antes mesmo que o assentado.

acesse o crédito produtivo. Assim, a liberação do crédito deve acontecer antes das melhores épocas para realizações das atividades agrícolas, como exemplo o preparo de solo e/ou outras operações que antecedem o plantio.

O tempo é, talvez, o principal conflito entre racionalidade técnico-burocrática e as necessidades dos agricultores. O

tempo burocrático é lento e respeita as normas e procedimentos técnicos e financeiros. O tempo dos agricultores trata de sua própria existência e respeito a reprodução da vida e as necessidades imediatas da existência concreta. A maior parte dos recursos públicos para a agricultura familiar chega às mãos dos agricultores fora do tempo da sua existência real e estão adequados ao tempo técnico burocrático (Hilig, 2008, p. 151).

Diante destes entraves, o serviço de assistência técnica e extensão rural é extremamente necessário, os técnicos devem atuar como mediadores entre o banco e os agricultores familiares, tendo domínio das informações e procedimentos técnico burocrático. Permitindo, desse modo, a aceleração na liberação de recursos. O agente de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER deve ainda ter criatividade para elaboração de estratégias que adêquem a realidade dos agricultores familiares aos procedimentos burocráticos. Uma boa integração entre extensionistas e agente financeiro é sempre bem vinda, pois evita que o agricultor prepare todos os papéis necessários junto aos extensionistas e ao chegar no banco algo esteja divergente das exigências deste, resultando em maiores dificuldades para aquisição de crédito (Hilig, 2008).

De acordo com Garcia et al. (2008), além da assistência técnica outro importante ator são os sindicatos rurais e as próprias associações de produtores, haja visto que, em municípios que tenham sindicatos rurais e associações locais fortes, estes podem auxiliar no processo de acesso ao crédito rural. Estas possuem uma representatividade formal e legal frente aos agentes financeiros, pois são organizações que defendem os direitos dos agricultores familiares.

Outra dificuldade encontrada pelos Assentados do Banco da Terra, com 15% das afirmativas, foi a falta de informações sobre o PRONAF, uma boa parte de agricultores não sabe o que é o programa, como funciona e quais linhas do PRONAF podem aderir. Através de observações de campo, foi possível perceber que muitos agricultores se vêem interessados em se modernizarem, diversificarem a produção ou até mesmo produzirem organicamente. No entanto, a falta de conhecimento sobre o crédito rural os leva a adotarem uma postura mais conservadora, preocupando-se com o endividamento.

Segundo Hilig (2008), a participação da empresa responsável pelo serviço de ATER, os sindicatos rurais e a secretaria de agricultura familiar, são fundamentais para solucionar problemas de informação dos próprios beneficiários. Neste sentido, estas organizações devem ter um papel de divulgação das políticas públicas através de atividades como reuniões com associações de produtores, programas de rádio e televisão, divulgação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS e visitas junto aos agricultores familiares.

Além de propiciarem às organizações de agricultores familiares maior informação sobre as políticas públicas que são destinadas a este

público, também permitem uma maior aproximação da linguagem técnica burocrática da linguagem comum, facilitando a transmissão da informação, democratizando o acesso às políticas.

O baixo nível de escolaridade dos agricultores familiares do assentamento Banco da Terra também pode estar relacionado à falta de informação a respeito dos aspectos do PRONAF. De acordo com Buainain et al. (2007), no Brasil, o perfil social de um grande número de agricultores familiares é o de baixa escolaridade, tornando a utilização de material técnico convencional pouco eficaz. Diante disto, o serviço de assistência técnica e extensão rural deve estar intimamente relacionado ao processo de difusão de informação para a agricultura familiar.

Dentre os entrevistados no Assentamento Banco da Terra, 6% vêem como entrave para adquirir o crédito do PRONAF a dificuldade de cumprir as exigências (taxa de juros, valor da parcela e tempo para o pagamento da dívida). A falta de informação sobre estas variáveis talvez sejam mais relevantes para a não aquisição do PRONAF do que a própria relevância destas.

#### 4.3. Causas da inadimplência

A inadimplência em assentamentos rurais é um problema preocupante. Segundo Abramovay (2005), esta é uma das principais causas que explica elevados índices de evasão em alguns assentamentos. No assentamento em questão, evidenciou-se que a rotatividade está em torno de 58%, encontrando-se acima da média nacional de 10% divulgada por Hackbart (2009), presidente do INCRA. Dados quanto à rotatividade acima de 40% também foram encontrados em trabalho realizado por Sampaio (1998).

Quanto à inadimplência, verificou-se que dos 42% de beneficiários que adquiriram crédito através do PRONAF A, 73% afirma estar com as parcelas em dia e, em contrapartida, 27% se encontram em situação de inadimplência.

Através da aplicação de questionário e entrevistas aos assentados inadimplentes, agentes financeiros e presidentes das associações, identificaram-se os fatores determinantes que levaram os assentados a situação de inadimplência, sendo estes, a falta ou baixa qualidade da assistência técnica dos extensionistas, problemas de infra-estrutura, baixo grau de organização dos beneficiários, falta de integração nos mercados, baixo grau de organização da estrutura de comercialização e de agregação de valor à produção (agroindustrialização). O que corrobora com os trabalhos de Buainain e Souza Filho (1998); Mattei (2007); Guanzioli (2001); Sacco dos Anjos et al. (2004); Buainain e Souza Filho (2007).

A falta de assistência técnica efetiva no assentamento, com percentual de 45%, é apontada pelos assentados como o principal motivo que os levou à inadimplência. Os 55% restantes elencaram outros problemas para a não quitação da dívida, tais como o desvio de finalidade

de recurso, in experiência com a atividade empregada no assentamento e a falta de cooperativismo entre os assentados. Esse é um dado preocupante, considerando a Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural – PNATER<sup>14</sup> determina em seus princípios e diretrizes (artigos 3º e 5º): gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural com exclusividade aos assentados rurais, povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais (Brasil, 2010).

Segundo Guanziroli et al. (2003) a assistência técnica deve estar presente nos momentos cruciais do processo. É de responsabilidade dos agentes de ATER assegurar a implementação e o funcionamento do sistema de produção, coordenando e acompanhando a gestão, garantindo a consolidação do projeto. A não execução do serviço de forma “completa” é um fator limitante para a concretização da proposta do projeto e ao desenvolvimento rural esperado.

Na maioria dos casos, o serviço de Assistência Técnica e Extensão rural é realizado por empresas de caráter público, no assentamento Banco da Terra a prestação deste serviço ficou na responsabilidade de uma empresa privada. Esta empresa era a responsável pela elaboração do projeto técnico de criação do assentamento e o acompanhamento das atividades por quatro anos. A partir desta data o responsável por desenvolver o serviço de ATER seria a empresa estadual, no caso, a EMPAER.

Em relação à atuação do serviço de ATER de Nova Xavantina no assentamento, não só no que tange a aplicação do crédito rural, como também no acompanhamento do processo produtivo e no auxílio na busca de canais de comercialização para estas famílias, percebemos nos discursos dos assentados, um sentimento de “abandono” tanto da empresa privada como da pública. A fala de um dos assentados mostra bem como foi à atuação do serviço de ATER neste assentamento:

“Aqui no comecinho do assentamento o agrônomo vinha da assistência pra gente toda vez que agente ia lá pedi. Quando ele não podia, ele mandava algum funcionário vim aqui no assentamento. Só que esse serviço durou um ano só, depois disso ai ele nunca mais veio aqui. A gente contrato ele por quatro anos, mais vim, vim mesmo só em um ano, depois ele nem atendia mais agente no escritório.”

Evidenciando essa percepção de “abandono”, quando questionados se haviam recebido algum tipo de assistência técnica, seja

---

<sup>14</sup> A PNATER foi elaborada em maio de 2004 e tem o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), a responsabilidade de coordenação da execução da política. De forma descentralizada, os conselhos de desenvolvimento rural sustentável nos níveis federal, estadual e municipal a co-responsabilidade da gestão e de exercer um efetivo controle social sobre a execução da mesma.

estatal ou privada nos últimos anos, cerca de 90% dos entrevistados responderam negativamente.

Objetivando-se o melhor entendimento da dinâmica referente à prestação de assistência técnica, realizou-se uma entrevista com os presidentes das associações, pois estes estão intimamente relacionados com os problemas do assentamento desde sua criação. Os presidentes apontaram que o projeto elaborado pelo agrônomo responsável era para o investimento em uma atividade coletiva – a produção de suínos para o abate. No entanto, o mercado local e regional não comportou a oferta dos animais.

Demonstrando assim, na fala dos presidentes das associações, que houve um erro de avaliação de mercado na fase de estudo de viabilidade econômica do projeto.

“Um problema que nós enfrentamos aqui era que não tinha pra quem vender os porco, eles não podiam fica na pocilga porque eles continuavam comendo, e era mais despesa pra gente. Teve vez de a gente mesmo coloca os porco em cima de um caminhão e ir pras cidades vizinhas ver se conseguia vender. E tinha que vender pelo preço que eles ofereciam pra tentar pelo menos pagar as dívida.”

Este tipo de situação denota que os projetos elaborados pelos agentes de ATER estão perdendo a qualidade. O mesmo problema é evidenciado em trabalhos realizados por Aquino e Teixeira (2005); Alves e Silva (2003), que apontam o fato dos projetos terem baixa qualidade, além de serem repetitivos e, muitas vezes, não levarem em consideração as especificidades e nem o potencial real das unidades produtivas.

A maioria dos projetos foca única e exclusivamente a esfera de produção, deixando o processo de comercialização totalmente de lado e, ainda mais, desconsidera os conhecimentos, habilidades e a própria cultura local. Presumem, dessa forma, que o desenvolvimento rural está resumido ao aumento de produção e produtividade agropecuária e ao padronizar seus esforços somente nesta direção, deixam de produzir bons projetos que poderiam contribuir para a conversão produtiva com base nos princípios da Agroecologia.

O artigo 2º, inciso I da Lei 12.188 assinala “Assistência Técnica e Extensão Rural é um serviço de educação não formal, de caráter não continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.”

Ainda, a Lei 12.188, incisos III e IV do artigo 3º garante “gratuidade, qualidade e acessibilidade ao serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural; adoção de metodologias participativas, com enfoque interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.” Desta maneira, os recursos

federais seriam utilizados para promover o desenvolvimento da sustentabilidade econômica e ambiental das pequenas propriedades rurais.

Guanziroli et al. (2003), expõe que neste contexto também são comuns os improvisos, ocorrendo tentativas de contornar ou até mesmo desconsiderar determinadas normas e procedimentos que, caso seguidos com rigor, impossibilitariam a contratação dos recursos. Magalhães e Abramovay (2006), relatam ainda que os órgãos públicos e empresas de assistência técnica tem se limitado a elaboração de projetos e acabam formando um “mercado de projetos”. Isto causa como consequência institucional, o isolamento da política de concessão de crédito com relação a um planejamento mais global voltado a reduzir de forma consistente a pobreza.

Entretanto, a capacidade de fortalecer empreendimentos rurais através do crédito depende de habilidades de gestão, e estas não se passam apenas por conhecimento técnico e experiência em uma determinada área de negócios, mas também por desenvolvimentos relacionais. Daí a necessidade de valorização do conhecimento do agricultor, da troca de experiências e combinação entre cooperação social e concorrência na própria elaboração dos projetos (Magalhães e Abramovay, 2006).

Cazzela e Búrigo (2009) afirmam que, até o momento, o desenho institucional da assistência técnica e extensão rural voltada à agricultura familiar não conseguiu ultrapassar as dificuldades e incompreensões relativas às suas atribuições e competências.

Este mesmo problema também foi evidenciado pela presente pesquisa através de entrevista realizada com o coordenador de ATER da EMPAER, cujo relato aponta que apenas uma parte dos técnicos recebeu capacitação para atuar na área de Agroecologia. Dessa forma, a maioria dos técnicos tem pouco conhecimento sobre metodologias participativas, princípios agroecológicos e a PNATER, pois a rotatividade dentro da empresa é elevada e um grande número de técnicos que haviam sido capacitados já não se encontra atuando. De maneira majoritária os profissionais (efetivos) se formaram entre 20 a 30 anos atrás, período no qual questionar o modelo tecnológico vigente era praticamente impensável, o que perdura em muitos ainda hoje.

Os 55% restantes dos entrevistados elencaram inúmeras causas para a inadimplência. Contudo, as de maior frequência foi o desvio de finalidade de recurso, falta de experiência com a suinocultura, “falta de cooperativismo” e pouca capacidade de gestão.

Ao questionarmos os presidentes das associações quanto ao desvio de finalidade de recurso, foi exposto que inicialmente o preço a ser pago na compra da terra seria 850.000,00 reais<sup>15</sup>. Contudo devido à morosidade dos trâmites burocráticos para liberação do recurso, um ano se passou até que fossem resolvidas todas as pendências e liberação de dinheiro para a compra do imóvel. Neste período as terras se inflacionaram sendo

---

<sup>15</sup> O recurso destinado a compra da terra é adquirido via crédito fundiário

solicitado então o preço de 1.000.000,00 de reais pela mesma área. Os assentados que já se encontravam exaltados com a possibilidade de finalmente terem o então sonhado “pedaço de chão” resolveram aceitar a proposta.

Para completar os R\$150.000,00 restantes os assentados retiraram parte do crédito produtivo (PRONAF A), o que mudou a escala de produção e, conseqüentemente, reduziu a margem de lucro prevista no projeto, visto que os recursos do PRONAF eram destinados a compra de matrizes, tratos culturais, instalações físicas e manutenção das famílias.

O mesmo problema de desvio de finalidade de recurso foi evidenciado por Barbin e Tsukamoto (2009), em um assentamento no estado do Paraná. Diante disto, podemos inferir que o longo tempo gastos nestas negociações relatadas para aquisição das terras, tem levando a esses agricultores a fazerem maus negócios chegando a comprometer o futuro da atividade antes mesmo de se iniciar, divergindo dos ideais propostos no PNCF.

Entre outros problemas enfrentados pelos assentados foi citada a “falta de cooperativismo” e pouca experiência de gerenciamento com atividades agrícola. Quanto ao primeiro, os assentados relataram que muitos se dedicavam exclusivamente a atividade de suinocultura, no entanto, outros simplesmente abandonavam a atividade e se empregavam em pequenas empreitas nas cidades ou propriedade próximas. Esta situação acabou gerando conflitos entre os assentados. Rosa (2008), em seu trabalho também se deparou com problema semelhante.

Esta problemática deixou evidente que não havia um cronograma de trabalho pré-estabelecido, definindo as funções e deveres de cada trabalhador. Isso ocorre porque a maioria dos assentados esteve sob o mando de patrões, executando apenas uma parte do processo produtivo que envolve a agropecuária, ocorrendo assim a perda da capacidade de entender a atividade como um todo. No momento que ocorre o desafio da autogestão, estes se deparam com uma realidade nunca antes vivenciada.

Segundo Severino (2006) e Scopinho (2007), o cooperativismo no Brasil a partir da década de 60 passou a valer como um mecanismo de modernização da agricultura, estratégia de crescimento econômico e/ou instrumento de mudança social. Desta maneira, para assentamentos rurais nos quais o tamanho da propriedade se vê cada vez mais reduzido, o cooperativismo é uma ferramenta essencial para minimizar o processo de descapitalização e viabilização das pequenas propriedades, pois os agricultores familiares ganham em escala, seja na produção propriamente dita seja na comercialização, isto é, nas definições de políticas para o desenvolvimento (Zamberlam e Fronchetti, 1997).

Por último, os entrevistados citaram a pouca experiência de gerenciamento com atividades agrícola, com relação a este aspecto, verificamos que Buainain et al. (2007) afirmam que produtores com experiência e tradição na agricultura – gerenciamento da atividade agrícola - possuem maiores probabilidades de obterem sucesso.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podem ser levantadas algumas questões importantes sobre a inadimplência com o PRONAF no assentamento Banco da Terra. Primeiramente, destaca-se a inexistência de uma assistência técnica efetiva baseada nos conceitos e diretrizes da PNATER.

A ausência da assistência técnica contribui para a falta de orientação efetiva, o que aumenta a distância entre agricultores familiares e agentes financeiros, dificultando o acesso a financiamentos para investir em alternativas sustentáveis e compatíveis com a realidade da agricultura familiar brasileira como, por exemplo, manejos agroecológicos. Este tipo de empecilho desestimula os assentados a estarem procurando meios para contornar a situação de inadimplência e não deixarem suas propriedades.

Um segundo aspecto se refere à dificuldade de quitação das dívidas contraídas pelos agricultores, isto por inúmeros motivos como, por exemplo, insucesso na estruturação do assentamento devido aos problemas com o perfil das famílias (elegibilidade dos beneficiários), baixa demanda do mercado local e regional, desvio de partes dos recursos do PRONAF. Concomitantemente, tem-se a pouca ou inexistente experiência com o gerenciamento rural, além das falhas no processo de capacitação e organização dos grupos de trabalho (cooperação) entre os assentados.

O terceiro ponto diz respeito aos agricultores que adquiriram a propriedade dos proprietários originais. Estes se vêem impossibilitados de adquirir financiamentos, pois não conseguem tirar a DAP, já que seus nomes não se encontram na escritura do assentamento. Ainda, não possuem capital de giro suficiente para alcançar produções que lhe assegurem a subsistência e pagamento da dívida adquirida junto ao proprietário original da terra.

As dificuldades e contradições presentes no assentamento são visíveis. Portanto, é necessário apoio por parte do poder público, na tentativa de restaurar-lhes ao menos um mínimo de condição de vida. Caso contrário, este público permanecerá excluído e o PRONAF, no município de Nova Xavantina, não alcançará a inclusão social e o fim da pobreza rural.

Finalmente, cumpre salientar que a presente pesquisa tem contribuído para evidenciar alguns problemas que são gerados devido à má execução das políticas públicas. No estado de Mato Grosso, as pesquisas relacionadas a esta temática ainda são muito pouco incentivadas, principalmente aquelas destinadas a agricultura familiar.

Neste sentido, outros trabalhos relativos ao crédito rural devem ser orientados, visando evidenciar se o aumento do volume de recursos do PRONAF resulta no fortalecimento da agricultura familiar e redução da pobreza no meio rural no estado.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Um novo contrato para política de assentamento. In Oliva, Pedro M., org., (2005) – **Economia Brasileira – Perspectivas do Desenvolvimento** – Ed. CAVC, São Paulo – pp. 355-375.

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie-Gabrielle. **Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: resultados e limites da experiência nos anos 90.** Brasília. 2005. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr.

ALVES, L. N.; SILVA, L. M. **O processo de Assistência Técnica (ATER) junto aos assentamentos rurais das regiões sul e sudeste do estado do Pará.** In: Anais do XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, NPPCS / DCS / CECH, Universidade Federal do Sergipe, Aracaju, SE, p. 76, 2003.

AQUINO, J.R.; TEIXEIRA, O. A. Agricultura familiar, crédito e mediação institucional: A experiência do PRONAF em São Miguel no Nordeste Brasileiro. **Caderno de Desenrrolo Rural**, 54, n. 4, p. 61-85, 2005.

BACEN. **Manual de Crédito Rural.** Brasília, 3 volumes, 2004.

BACEN. **Banco Central do Brasil.** Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/?CREDRURAL>>. Acesso em: 11 de mar. 2010.

BACEN. **Programa Nacional de Crédito Fundiário.** Disponível em :< <http://www.creditofundiario.org.br/passa-a-passo/one-faq?faqid=29864#blank>> Acesso em: 08 dez 2009.

BANCO DO BRASIL – DIRETORIA DE AGRONEGÓCIOS. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de política agrícola**, Brasília, v. 13, n. 4, p. 10-17, Out-Dez.2004.]

BARBIN, L.F.M.; TSUKAMOTO, R.Y. **Análise socioeconômico-ambiental do assentamento banco da terra do município de Iupionópolis/PR.** 2009. Disponível em:< [www.geografia.fflch.usp.br/inferior/.../agraria/.../Barbin\\_LFM.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/.../agraria/.../Barbin_LFM.pdf)> Acesso em 28 de agosto de 2010.

BITTENCOURT, G.A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil.** 2003. 213f. (Dissertação de mestrado), progama de pós graduação em, Desenvolvimento econômico espaço e meio ambiente, Universidade estadual de campinas, campinas, São Paulo.2003.

BRASIL. **Portaria nº 50º de 19 de março de 2007.** Dispõe sobre os projetos de reforma agrária. PORTARIA/INCRA/P/Nº 31. Brasília, março.2007.

BRASIL. **Decreto Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, nov.1964.

BRASIL. **Decreto de lei nº 12.188.** Dispões sobre a Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural. Brasília, jan. 2010.

BRASIL. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 fev.1965.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate.** 1ª Ed. Brasília: IICA. 2006.127p.

BUAINAIN, A. M. **Trajetória recente da política agrícola brasileira.** Campinas, 1997. (Projeto UTF/FAO/036/BRA.)

BUAINAIN,A.M.;GONZALES,M.G.;SOUZAFILHO,H.M.;VIEIRA,A.C.**Alternativa de financiamento agropecuário: experiência no Brasil e na América latina** .1ed.Brasília:IICA,2007.p.201.

BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H. M.; GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura Familiar e inovação tecnológica no Brasil características desafios e obstáculos.** 1ª ed. Campinas: UNICAMP: 2007.238p.BUAINAIN, Antonio M.; SOUZA FILHO, Hildo M. **Procera: impactos produtivos e capacidade de pagamento.** Relatório Final. Projeto FAO/INCRA. Campinas, maio 1998. 99p.

CAPORAL,F.R. **Superando a Revolução Verde: A transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.** 2002. Disponível em: <<http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/Superando.pdf>>. Acesso em :5 de jan 2010.

CAZZELA, A. A.; BÚRIGO, F. L. **Inclusão financeira e desenvolvimento rural: a importância das organizações territoriais.** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/640.pdf>> Acesso em: 21 de dezembro de 2010.

GARCIA,M.O.;CASTRO,E.R.;TEIXEIRA,E.C. Eficácia do Pronaf-crédito no município de São Miguel do Anta/MG. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 2, p. 154-173, mai-ago/2008.

GOOD, W.J.; HATT, P.K. **Métodos em pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, (Biblioteca Universitária. Série 2.Ciências Sociais;v.3),1977.

GUANZIROLI, C. E.; SOUZA, I.C.; BRUNO, R. DIAS, M.M. **Assistência técnica para assentamentos rurais: análise a partir do sistema de gerenciamento da reforma agrária (siger)**. Rio de Janeiro, 2003.p 39.

GUANZIROLI, Carlos E. (Coord.); CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. (Coord.). et al. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. PCT FAO/INCRA. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/publicacoes/0176102183.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2010.

GUANZIROLI, Carlos E. Pronaf – dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. V. 45, n° 2. Abril-junho, 2007.

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, J. M.; SILVEIRA, F. G.; et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. **Anais...** Recife: ANPEC, 2007.

HACKBART, R. **Reforma agrária e inclusão social**. 2009. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_docman&Itemid=273](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=273)> Acesso em: 29 de maio de 2011.

HEINEN, M. **O Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula**.2005. Disponível em: <[http://agata.ucg.br/formularios/site\\_docente/jur/mil ton/pdf/texto\\_lula.pdf](http://agata.ucg.br/formularios/site_docente/jur/mil%20ton/pdf/texto_lula.pdf)>. Acesso em: 22 jul 2008.

HILLIG, C. **Cidadania e racionalidade técnico burocrática nas estratégias de apropriação do pronaf pelos agricultores familiares**. 2008. 180f. (tese de doutorado), Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

INCRA/FAO. **Agricultura Familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Convênio de Cooperação Técnica INCRA/FAO – UTF/BRA/051/BRA - (BUAINAIN, A.M. ROMEIRO, A. Coords.). Brasília/DF,mar 2000.

IBGE; **Censo agropecuário - Agricultura familiar**: comunicação social, Rio de Janeiro, 2006.

KOZELINSKI, B. **Inadimplência de financiamentos da agricultura familiar no pronaf C: Um estudo no município de Marmeleiro, Paraná**. 2009. 44f. (Dissertação de mestrado) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

LAFORGA, G. **Dinâmica do Comércio Justo, Associativismo e Agricultura Familiar na Citricultura Brasileira**. 2005.345f.(tese de doutorado), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2005.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 75p.

MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B**. 2006. Disponível em: <  
[http://www.oikonomika.com.br/trabalhos/ Acesso\\_2C\\_uso\\_e\\_sustentabilidade\\_do\\_Pronaf\\_B.pdf](http://www.oikonomika.com.br/trabalhos/Acesso_2C_uso_e_sustentabilidade_do_Pronaf_B.pdf)> Acesso em 22 de dezembro de 2010.

MARCONI, V.P.C; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da ecologia científica**. 6 ed.São Paulo:Atkas, 2005.315p.

MARTINS, A. J.;ALENCAR,J. R. MENDONÇA, E.C. o crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (pronaf) e a eficiência técnica agrícola brasileira: uma análise para o período de 1996 a 2003. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLIV.,Fortaleza. **Anais...**Fortaleza:SOBER,2006.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 202 p.

MATTEI, L. Políticas de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: O Caso Recente doPronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, V.38, nº1, jan-mar.2007.

MEDEIROS, S. L.; LEITE, S. **Assentamentos rurais: Mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad. 2004.

NORDER, Luiz A. C. **Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de Wageningen, Wageningen, 2004.

OLIVEIRA, M. A. **A Assistência técnica e extensão rural no assentamento modelo: proposição e realidade**. 2009. 131f. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2009.

ROSA, L. A. B. Caracterização do sistema produtivo em assentamentos rurais no município de Centenário do Sul-PR. **In congresso brasileiro de Assistência Técnica e extensão rural – 4** Londrina, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3º ed. ver. e amp. São Paulo:Atlas,1999.

SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W.I.; CALDAS, N. V.; GOMES, M.C.. Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. 2004, vol. 42, n. 3, p. 529-548.

SAF/MDA. **Banco de Dados do Pronaf**. Secretaria da Agricultura Familiar – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília/DF. Relatório extraído em 13/06/2009 –Brasília/DF.

SAF/MDA, **Pronaf**. Secretária de Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília –DF. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas//pronaf>>. Acesso em: 14 mar.2010.

SAF/MDA. **Censo 2006**. Secretária de Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília –DF. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/saf/censo\\_2006.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/saf/censo_2006.pdf)> Acesso em 14: mar. 2010.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, V. 19, n. 1, 84-94, 2007.

SAMPAIO, Y. Sustentabilidade da agricultura familiar: o fator orientação empresarial. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Poços de Caldas, SOBER, 2004.

SEVERINO, M. R. **Organização e Processo de Trabalho em uma cooperativa do MST: Debate teórico no contexto da empresa capitalista da economia solidária**. 2006. 158f. (Dissertação de Mestrado) – Centro de ciência exatas e tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.2006.

SILVA, O.B.; GODOY, A.M. **REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL-URBANO EM QUERÊNCIA DO NORTE – PARANÁ**. 1999. Disponível em <[http://www.sober.org.br/palestr\\_a/12/11O485.pdf](http://www.sober.org.br/palestr_a/12/11O485.pdf)>. Acesso em: 25 mar.2010.

SPAROVEK,G. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira**. 1 ed. São Paulo: pagina&Letras, 2003. p. 204.

ZAMBERLAM, Jurandir. Reflexões sobre algumas estratégias para a viabilização econômica dos assentamentos. In: MEDEIROS, Leonilde S. et al (Org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 271-286.

ZAMBERLAN, J. FRONCHETI, A. Respostas econômicas de assentamentos rurais: um estudo de caso. In: STÉDILE, J. P. (org). **A reforma agrária e a luta do MST**, Petrópolis, Vozes, 1997, p.177-188.

Trabalho recebido em 26 de outubro de 2011;  
Trabalho aprovado em 15 de fevereiro de 2012;





## OS AGRICULTORES E A “MODERNIDADE”: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CULTURA E TECNOLOGIA NO MEIO RURAL DE CERRO LARGO / RS

Micael Stolben Mallmann<sup>1</sup>  
Ivann Carlos Lago<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo traz os resultados de uma pesquisa realizada com agricultores do meio rural do município de Cerro Largo (RS), voltada à análise da forma como estes compreendem e usam o “moderno” e as tecnologias, desde os processos de filtragem feitos a partir da cultura rural da região. Para isso utilizou-se da Teoria das Representações Sociais de Moscovici (1978) e a Teoria das Formações Discursivas de Foucault (2002; 2007). Foi possível perceber que aconteceram muitas mudanças no espaço agrário estudado, principalmente a introdução de máquinas e equipamentos, as quais modificaram a maneira de plantar, manejar e colher. Para os agricultores essas novas tecnologias facilitam a vida no campo, mas também apresentam alguns problemas, como a poluição com insumos, o aumento do custo de produção e a perda da identidade do que eles consideram “ser agricultor”. Se do ponto de vista objetivo essas tecnologias, com frequência, passam por processos de adaptação às necessidades e costumes locais, do ponto de vista subjetivo elas também passam por um processo de (re)significação, uma espécie de “filtro interpretativo” cujo significado é fortemente influenciado pela cultura.

**Palavras-chave:** cultura, modernização, representações sociais, ruralidade.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo, 5º semestre. E-mail: micaelstolben@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia Política. Professor de Sociologia e Ciência Política na Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. E-mail: ivann@uffs.edu.br.

## FARMERS AND MODERNITY: AN ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN CULTURE AND TECHNOLOGY IN RURAL AREAS OF CERRO LARGO / RS

### Abstract

This article presents the results of a survey with farmers in the rural area of Cerro Largo (RS), focused on the analysis of how they understand and use the "modern" technologies, since the filtering processes made from the rural culture region. For this it was used the Social Representation Theory of Moscovici (1978) and Theory of Discursive Formations of Foucault (2002, 2007). It was possible to notice that many changes happened in agrarian space studied mainly the introduction of machinery and equipment, which changed the way of planting, harvesting and handling. For farmers these new technologies make life easier in the field, but also raise some problems such as pollution inputs, increasing production costs and loss of identity of what they consider to be "farmer". If the objective point of view these technologies often go through processes of adaptation to local needs and customs, the subjective point of view they also undergo a process of (re) signification, a kind of "interpretative filter" whose meaning is strongly influenced by culture.

**KEY-WORDS:** Social representation, rurality, modernization, culture.

### 1. INTRODUÇÃO

O município de Cerro Largo, localizado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, vem passando por rápidas e profundas mudanças em seu perfil econômico e populacional. Fenômenos como a construção da Usina Hidroelétrica São José e a instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul (através do *Campus* Cerro Largo) estão contribuindo para um rápido crescimento econômico e populacional, com tendências à médio e longo prazo de urbanização acentuada, bem como diversos fatores socioeconômicos, políticos e culturais que lhe são decorrentes. De forma progressiva a agricultura, tal como ocorre no restante do país, tende a ter seu processo de mudança acelerado, especialmente no que tange à sua forma familiar e de subsistência, característica marcante do município em questão.

O processo de modernização da produção rural implica na substituição de muitas formas tradicionais de produzir por novas técnicas de produção. O desafio, desde o ponto de vista das instituições voltadas ao fomento e desenvolvimento das atividades agrícolas, em especial a produção de alimentos, é "repassá-las" aos agricultores, aqueles que efetivamente precisam colocar tal conhecimento em ação para reconfigurar suas formas de produzir, melhorar sua renda, agredir menos o meio ambiente e aumentar a sua produção, o que, em certa medida, implica em modificar a sua cultura, a identidade, as tradições regionais e, por consequência, o próprio modo tradicional de ser agricultor. Não é, portanto, sem consequências, tanto

materiais quando culturais e simbólicas, que o processo de modernização chega no meio rural e a ele impõe mudanças.

Assim, não se trata apenas de se conhecer às novas descobertas científicas, as novas tecnologias e os novos métodos de produzir. Há ainda que se compreender como se dá o processo por meio do qual esse “novo” chega até os agricultores, como é, ou não, por eles assimilado, e como é adaptado e ressignificado no movimento de incorporação ao cotidiano dos fazeres agrícolas.

Nesse sentido objetivou-se com o estudo identificar e analisar as representações sociais presentes no imaginário e nos discursos dos agricultores do município investigado sobre a assistência técnica rural e seus elementos estruturantes, em especial os implementos e insumos agrícolas, que materializam o “moderno”, e as novas formas de realizar as atividades tipicamente rurais. O que se buscou, pontualmente, foi uma compreensão mais detalhada sobre a forma como os agricultores assimilam, especialmente do ponto de vista subjetivo e simbólico, o “novo” no meio rural, e como ele é adaptado, objetiva e subjetivamente, no processo de assimilação por parte dos agricultores.

Como demonstraremos ao longo do trabalho, esses agricultores demonstraram grande flexibilidade e ampla adaptabilidade, capazes de ressignificar e redimensionar as tecnologias e o “moderno” como estratégia para torná-lo “aceitável” sem comprometer o sentido do que seja ser agricultor.

## **2. REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLOGIA**

Para a análise da relação entre conhecimentos tradicionais dos agricultores e elementos objetivos e simbólicos característicos da modernização, principalmente tecnológica, especialmente do ponto de vista dos conflitos acima mencionados, dois modelos teóricos foram adotados. De um lado, o debate acerca do moderno como um modo de perceber o mundo, de organizá-lo enquanto exterioridade e de se comportar diante dele; e do outro o rural e a ruralidade como sendo, sob vários aspectos, o seu oposto, o seu contrário, pois que símbolo do tradicional e do “arcaico” (Martins, 2008). Embora, como demonstraremos ao longo do trabalho, não é por meio do conflito e de negação que o tradicional e o moderno se apresentam e se relacionam no meio rural estudado. Antes, eles se integram, se influenciam e se ressignificam mutuamente dentro de um complexo quadro de combinações e adaptações onde, com frequência, o moderno e redimensionado a partir dos referenciais tradicionais da cultura rural como requisito para sua aceitação.

Por outro lado, para se identificar e compreender como se dá esta relação e, principalmente, como se dá o processo de recepção, interpretação e absorção do moderno, representado tanto pelos objetos – máquinas, equipamentos e insumos – quanto pelo modo de fazer agricultura – técnicas

de produção – por parte dos agricultores que os recebem, a Teoria das Representações Sociais de Moscovici (1978) e a teoria das formações discursivas de Foucault (2002; 2007) se apresentam como fundamentais.

Como demonstrou Moscovici (2003, p.21), as representações sociais constituem um sistema de crenças, valores, ideias e práticas que atribui ordem ao mundo e torna possível às pessoas orientar-se e agir diante dele. Assim, qualquer informação, conhecimento ou pessoa que represente uma forma diferente de explicar as coisas e de orientar o comportamento diante delas não é apenas uma nova forma de compreender o mundo à sua volta. É também, e com frequência, um confronto com as referências cotidianas através das quais as pessoas organizam e vivem suas vidas.

A pesquisa foi desenvolvida por meio da coleta de dados qualitativos, com realização de entrevistas em profundidade, com questionário semi-estruturado, com os agricultores das comunidades rurais do município de Cerro Largo, RS. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise.

Foram realizadas 9 (nove) entrevistas com agricultores de diferentes localidades rurais do município, tendo sido identificado um “ponto de esgotamento”, ou seja, um momento em que, ao se fazer novas entrevistas, elas já não apresentam mais “novidades” em termos de discurso e de informações.

São agricultores caracterizados pela pequena propriedade, de cunho familiar, fortemente voltada à produção de subsistência, com destaque para a produção de leite e de grãos, marcadamente soja e milho. São representativos da agricultura do município de Cerro Largo. Embora existam também, no município e na região, propriedades rurais de médio e grande porte, por definição elas envolvem uma quantidade pequena de mão-de-obra. Com isso, embora a área de terra por elas ocupada seja considerável, o número de pessoas envolvidos em suas atividades é bastante pequeno. Como o foco de nossa pesquisa foi a cultura do meio rural e sua relação como a tecnologia e o “moderno”, nossa opção metodológica foi por entrevistar agricultores de pequenas propriedades.

É importante ressaltar o caráter qualitativo da pesquisa. Feita a partir de entrevistas em profundidade, seu objetivo não é levantar dados estatisticamente generalizáveis, mas compreender de maneira profunda elementos de ordem cultural e comportamental que caracterizam um dado grupo humano e que são compartilhadas pela média de seus integrantes.

Por fim, as semelhança nas características das propriedades e no modo de fazer agricultura dessas famílias permite tomar-se, também como semelhantes, as formas de apropriação das tecnologias e de assimilação de suas implicações, para efeitos do estudo. Assim, as análises e conclusões aqui apresentadas tem a característica de apenas se aplicarem a este grupo, não referindo-se ao conjunto das pessoas que habitam o meio rural.

### 3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O DISCURSO DOS AGRICULTORES

O foco do estudo foi a percepção, ou melhor, as representações sociais dos agricultores acerca do moderno, da tecnologia, das mudanças provocadas pelo “progresso” no mundo rural e de como elas exercem impacto sobre suas vidas e seu modo de viver e manter as características fundamentais de seu modo de vida e de fazer agricultura.

A partir da análise das entrevistas, verificou-se que aconteceram grandes mudanças no espaço agrário da região pesquisada, ocasionadas principalmente pela introdução de máquinas e equipamentos e de técnicas de produção agrícola que modificaram a maneira de plantar, manejar e colher. Estas novas formas de produzir, segundo os próprios agricultores, foram implantadas principalmente a partir da década de 1960/70, onde através daquilo que consensuou-se chamar de “Revolução Verde” ocorreu a introdução de novas tecnologias no campo. Os trechos de entrevistas apresentados a seguir apresentam as mudanças ocorridas no campo:

Aconteceram muitas mudanças na agricultura, principalmente com maquinário, não se ocupa mais enxada, arado de boi, máquina de plantar.

Hoje mudou muito a forma de plantar e colher. Batia-se a soja, pois não tinha máquina.

As principais diferenças estão nas máquinas, pouco se via máquinas nas lavouras. Outra coisa que mudou foram os venenos. Quando eu era criança não se ouvia falar em venenos.

Algo possível de se perceber é que todas as tecnologias, na avaliação dos agricultores, facilitaram a vida no campo, principalmente por diminuir o trabalho manual e, conseqüentemente, o tempo e esforço despendidos para fazer as atividades. Mas estas “novas tecnologias” também apresentam alguns problemas, como: a poluição com insumos, que antes não eram utilizados ou, quando utilizados, o eram em menores quantidades: o aumento do custo de produção, pela necessidade do produtor adquirir novos equipamentos, insumos e “estar se modernizando”; a perda da identidade do que eles consideram “ser agricultor” e; o êxodo rural e o envelhecimento médio da população no campo.

Chama atenção ainda a forma como os agricultores descrevem as mudanças ocorridas. Eles relatam as transformações na forma de “lidar” no campo com um intenso sentimento de nostalgia, de perda, de frustração. Mesmo o fato de as atividades no campo hoje poder ser realizadas com menos esforço é descrito como algo que não é, de todo, positivo. Afinal, a dureza do trabalho foi, classicamente, parte da própria identidade do que era ser agricultor, uma espécie de oposição à vida fácil e ao trabalho leve dos habitantes da cidade. À medida que o trabalho no campo perde parte de sua

dificuldade, de sua dureza, é como se a identidade de quem o executa fosse também se esvaindo, se perdendo em um mundo de facilidades tecnológicas que, ao diminuir o esforço, ruiu o cerne do modo de vida rural.

É por isso que, ao descrever esse novo estilo de vida rural, marcado pela facilidade e pela diminuição do trabalho, os agricultores fazem questão de lembrar que, paralelamente, aspectos negativos foram se consolidando.

O trabalho hoje é mais fácil, mas tem mais despesas.

Trabalhar antigamente era um ambiente diferente, hoje se faz tudo com máquina, com veneno, que antes não se via. Hoje as pessoas não se judiam tanto como antigamente, mas a gente era mais feliz, era mais cansativo, mas fazia parte.

Hoje é mais fácil ser agricultor, pois a gente trabalha com trator em vez de fazer o trabalho manualmente.

Assim, os benefícios da modernização vêm sempre acompanhados de efeitos negativos: trabalha-se menos, mas sobra menos dinheiro; utilizam-se defensivos agrícolas, mas isso polui o meio ambiente e causa doenças; tem-se mais conforto físico, mas se é menos feliz. Paradoxalmente, a modernidade que permitiu aos agricultores se esforçarem menos, trabalharem com menos sacrifícios, é também o que lhes está reconfigurando a própria identidade de agricultor. Hoje é mais fácil ser agricultor. O problema é que justamente essa facilidade é percebida como a negação do jeito de ser agricultor. É na dificuldade, na dureza do trabalho cotidiano, na simplicidade da organização da vida no meio rural que definem o modo tradicional da agricultura. Ao facilitar a vida no campo através das tecnologias e de equipamentos, o processo de modernização parece estar alterando também o sentido de ruralidade que dava significado à vida no campo.

Outro aspecto interessante é que parece haver uma divisão das tarefas segundo o sexo, principalmente na atividade leiteira, onde o homem cuida da alimentação do gado leiteiro e a mulher se ocupa com o ato de tirar o leite. Segundo Magalhães (2009), “a produção de leite é tradicionalmente uma atividade realizada pelas mulheres”. Para Magalhães, dentre as atividades executadas para a produção leiteira, “as mulheres se dedicam as atividades restritas ao âmbito interno da propriedade”. Embora essa característica, como aponta Magalhães, esteja diminuindo rapidamente, especialmente em regiões onde a produção leiteira está entre as principais fontes de renda, o aspecto diferencial que atribui responsabilidades e significados distintos às tarefas desempenhadas por homens e mulheres, ainda parece resistir. Foi recorrente entre os entrevistados a identificação de uma associação masculina aos afazeres ligados à construir e concertar cercas, semear pasto e preparar lavouras, ao passo que as mulheres são mais associadas às tarefas de ordenhar e cuidar dos estábulos, por exemplo.

Temos, assim, um quadro onde os elementos da “modernidade” não se sobrepõem por completo às características tradicionais típicas do ambiente rural investigado. Do mesmo modo como máquinas e equipamentos são adaptados, objetivamente, para seu uso nas atividades do campo, ideias

e concepções supostamente características do moderno, como a igualdade entre os sexos, também passam por uma espécie de “filtro” cultural através do qual passam a fazer mais sentido desde o modo de vida local.

Embora não seja nosso objetivo neste trabalho, e apesar de os dados não permitirem afirmações categóricas nesse sentido, podemos notar que parece haver uma tendência de alocação das tarefas ligadas ao cotidiano da propriedade ligeiramente distinta entre homens e mulheres. De certo modo, parece que essa aparente facilidade da vida proporcionada pela tecnologia e a diminuição das atividades parece associar-se a uma divisão sexual do trabalho que insiste em sobreviver. À medida que a ordenha, por exemplo, é mecanizada e, assim, pode ser realizada por apenas uma pessoa, ela passa progressivamente a ser – ou volta a ser? – uma atividade feminina, ao passo que as tarefas ligadas ao mundo “fora da casa”, ou seja, da “roça”, vão se consolidando como tarefas de realização exclusiva dos homens.

Contudo, é preciso ressaltar, este aspecto demanda mais análises e novos estudos, visto que parece contrariar certa tendência identificada em pesquisas realizadas em várias regiões do país. Essas pesquisas apontam para o fato de que, especialmente naqueles lugares onde a produção leiteira adquiriu *status* de principal fonte de renda familiar, à medida que a produção de leite vai se tornando economicamente importante também vai, gradativamente, tendo suas atividades progressivamente desenvolvidas pelos homens. Nossa pesquisa, contudo, parece apontar em direção oposta. Assim, certa cautela é necessária neste ponto. Embora esta tenha sido uma característica marcante das entrevistas realizadas, sua tendência de ir na “contra-mão” das pesquisas sobre o tema talvez deva servir de alerta para a necessidade de aprofundamento, inclusive com novos estudos.

### 3.1. O imaginário dos agricultores e a produção agrícola

Elementos da ordem do simbólico também se mostraram bastante presentes no imaginário de alguns agricultores entrevistados, não só como parâmetro ético-moral de comportamento de modo genérico, mas também como referência de organização do cotidiano, inclusive de trabalho junto às atividades produtivas da agricultura. Um fato que ilustra isso de modo exemplar foi a situação, encontrada durante o processo de pesquisa, em que um agricultor explicou que compra sementes melhoradas geneticamente e com altas tecnologias, mas que as leva para benzer antes de plantá-las. Acredita que, se forem benzidas, as sementes produzirão mais e melhor, e que a plantação será protegida contra eventuais danos, como estiagens, por exemplo. Temos, uma vez mais, o “moderno” não sendo negado, mas passando por uma espécie de filtro de ordem cultural que parece dotá-lo de significado e, assim, torná-lo “aceitável” no contexto da ruralidade.

O mesmo agricultor que compra sementes selecionadas “de última geração”, tecnologicamente falando, não utiliza, no seu plantio, insumos também “de ponta”. Ele só acredita efetivamente em uma boa safra depois de assegurar que tais sementes estejam “protegidas”, ou melhor, “encantadas”

mediante o benzimento, o qual é solicitado ao padre da paróquia local. Afinal, afirma ele:

Não adianta a gente trabalhar e fazer as coisas do jeito certo. Se não tiver a ajuda do cara lá de cima, não vai. A semente, as máquinas, claro que ajudam. Mas é o Ele quem decide como as coisas vão ser.

Aqui cabem dois esclarecimentos. Primeiro, ao trazermos o exemplo de um agricultor entrevistado, o fazemos por que acreditamos, por questões teóricas e metodológicas, que seu discurso seja representativo do grupo social ao qual pertence, pois que integra o conjunto das categorias discursivas e dos elementos estruturantes das representações sociais deste grupo. Assim, não se trata de uma generalização estatística sustentada pelo número de entrevistas, mas de uma reflexão acerca do imaginário coletivo a partir de sua manifestação através do discurso de um entrevistado. Por outro lado, é importante ressaltar que não fazemos, aqui, qualquer inferência avaliativa ou juízo de valor acerca do modo como os agricultores executam suas tarefas de produção. Quando identificamos que o agricultor compra sementes geneticamente melhoradas, mas a banze antes de plantar, não estamos preconceituosamente afirmando que ele está agindo de forma errônea. O que estamos fazendo é, unicamente, apontar para o aspecto complexo do processo pelo qual o moderno e seus elementos são objetiva e subjetivamente ressignificados no meio rural. O que tentamos demonstrar, é que o moderno e o tradicional, no grupo investigado, não se apresentam como elementos em conflito, mas de forma complexamente integrada, onde os objetos e símbolos do moderno são frequentemente incorporados pelo arcabouço da tradição.

O "moderno", portanto, representado seja pela semente de última geração, pela máquina mais recente ou pelas técnicas de cultivo indicados pelos especialistas, embora não seja algo rejeitado pelos agricultores, não é por eles incorporadas por si mesma, nem sem antes passar por uma (re)significação. E esta, por sua vez, é feita mediante a "filtragem" daquilo que representa o moderno mediante sua interpretação a partir de referenciais culturais que são característicos do mundo social em questão. O moderno, não é algo dado, e nem algo que se possa tomar como uniforme, como único, em diferentes ambientes culturais. Ele é algo mutável, que adquire novos contornos e significados à medida que tomamos ambientes culturais distintos a lhe servirem de contexto. Acredita-se na qualidade das "sementes modernas", mas acredita-se, ainda, que elas só terão efeito, efetivamente, se passarem pelo benzimento do pároco local<sup>3</sup>. Não se rejeita o moderno, o

---

<sup>3</sup> Outro exemplo de como o moderno é adaptado e ressignificado foi a identificação, em nossas visitas aos agricultores, de famílias que utilizam frascos vazios de defensivos agrícola, inclusive de inseticidas e herbicidas de alta periculosidade, para plantar flores e folhagens, que são colocadas nas varandas e até mesmo dentro das casas. Mais uma vez, agora através algo também objetivo – frascos de agrotóxicos – o moderno é adaptado, reinterpretado e, nesse caso, reutilizado a partir das tradições locais.



novo, a tecnologia. Apenas se procura assegurar que ele será “adaptado” ao contexto das crenças, dos hábitos e das tradições locais.

### 3.2. Meio ambiente e relações sociais

Nota-se a preocupação dos agricultores com a poluição causada pelos insumos utilizados na agricultura. Porém, segundo eles, sem o uso de insumos não se consegue produzir. É notável também a sua preocupação com o futuro da agricultura, pois segundo eles poucos jovens trabalham na agricultura.

Estes insumos são ruim, pois tudo esta sendo envenenado, acredito que muitas doenças vêm destes venenos. Claro que agora é tudo mais fácil, planta-se, usa-se veneno e máquinas para a colheita, coisa que antes não eram feitas desta maneira. Hoje sem uso de insumos e máquinas não se consegue produzir. Ao mesmo tempo que esta tecnologia resolve alguns problemas ela acaba trazendo outros problemas.

Para os agricultores, a “modernidade” fez com que laços de vizinhança e amizade, por exemplo, quando não foram extintos, diminuíram significativamente, perdendo grande parte da intensidade e importância que tinham em outros tempos. Segundo eles, práticas comuns como as trocas de serviços e equipamentos entre famílias acabaram, em um novo modelo onde agora cada família faz as suas atividades de forma solitária. Os laços de vizinhança não ocorrem mais na mesma intensidade, ou melhor, dificilmente ocorrem. Vizinhos não se visitam mais, não trocam informações e não se juntam para atividades de trabalho e lazer, coisas comuns antigamente.

O convívio com familiares e vizinhos era diferente, tinha mais amizade, hoje cada um vive para si.  
A modernidade distancia as pessoas.

E os recursos e equipamentos tecnológicos são identificados como sendo, ao menos em parte, causadores disso. A televisão, por exemplo, ao mesmo tempo em que é instrumento de lazer e conforto, é também mecanismo de afastamento, tanto entre vizinhos quanto entre os indivíduos da mesma família. Implementos que agora facilitam o trabalho agrícola, como plantadeiras e colheitadeiras mecanizadas, diminuem muito o esforço despendido nas atividades, mas tornaram desnecessário o mutirão entre vizinhos, que sempre foi um elemento fundamental na composição e manutenção de laços de amizade e solidariedade comunitária. E os agricultores, tantos mais antigos quanto os mais jovens, percebem e apontam esses elementos como possuindo efeito paradoxal: facilita a vida em termos de esforço de trabalho, mas desencanta a vida em termos de relações sociais e de significado.

O processo de “acolhimento”, ou seja, a maneira como os agricultores recebem, interpretam e aplicam as novas tecnologias e as

alternativas de “modernização” no meio rural não ocorre de maneira direta<sup>4</sup>; antes ele passa por uma espécie de “filtro interpretativo”, onde os agricultores avaliam se esta nova tecnologia irá ser benéfica ou não as suas atividades e muitas vezes a adaptam a sua realidade e a sua maneira de realizar as tarefas, contextualizando o “moderno” a partir de suas referências e percepções de mundo. Ou, dito de outro modo, o “moderno” e os elementos da modernidade não ressignificados a partir da cultura, como condição para adquirirem sentido e utilidade no mundo cotidiano dos agricultores.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da noção de representações sociais para tentar compreender como se dá a relação entre a tradição, representada pelo modo de vida e pelo imaginário dos agricultores do município de Cerro Largo (RS), e o moderno, seja na sua dimensão material (máquinas, equipamentos, insumos) ou subjetiva (aspecto simbólico de significação do moderno e de seus elementos característicos). Percebemos, de modo bastante marcante, a coexistência do tradicional e do moderno, dentro de um quadro complexo de adaptação e (re)significação do moderno a partir das condições materiais de existência dos agricultores e da cultura rural que os caracteriza.

Assim, de um lado percebemos que os agricultores adaptam, do mundo de vista objetivo/material, as tecnologias que lhes estão disponíveis. As máquinas e equipamentos aos quais têm acesso, nem sempre são utilizados sem antes passarem por adaptações que visam torná-los mais “úteis” ou mais “eficientes”. Pneus de tratores são substituídos para poder trabalhar em terrenos acidentados; plantadeiras são adaptadas para plantar sementes diferentes daquelas para as quais foram projetadas; inseticidas feitos para lavouras de soja são usados na horta e no pomar de casa; motores antigos são usados para impulsionar com mais força o leite tirado com ordenhas mecanizadas.

Por outro lado, percebemos também que algo parecido ocorre com os aspectos mais simbólicos do moderno, em especial o “modo de vida” a ele associado. O moderno, em traços gerais, não nem negado pelos agricultores, nem posto em conflito com as tradições presentes no meio rural. Antes, ele é objeto de reinterpretação e ressignificação, a partir do tradicional, o que lhe torna aceitável desde o ponto de vista do modo de vida rural

A cultura, portanto, se apresentou como variável de fundamental importância para a compreensão da forma como os agricultores

---

<sup>4</sup> Vale ressaltar que, segundo os agricultores, no município de Cerro Largo não existe, atualmente, nenhum tipo de assistência técnica sistemática aos agricultores. Contudo, isso não significa que esses não tenham cesso às tecnologias e mesmo às ideias e símbolos do moderno. Afinal, eles compram máquinas, equipamentos e insumos (e as empresas que os vendem oferecem algum tipo de orientação), assistem televisão, possuem filhos e outros familiares que circulam em grandes centros urbanos, fatores que lhes põem em contato com objetos e símbolos da tecnologia moderna.

compreendem e incorporam o moderno e a tecnologia no seu mundo de vida e de trabalho. Como consequência, fica claro que a compreensão da cultura e de sua influência nesse processo é indispensável para a concepção e implantação de modelos eficientes de assistência técnica voltada aos agricultores em questão. Modelos que desconsiderem as variáveis de ordem cultural poderão fracassar em sua tentativa de orientação das atividades agrícolas na medida em que se mostrarem incapazes de dotar de significado as orientações técnicas diante da cultura e das representações de mundo que os agricultores possuem. Não se trata, portanto, apenas de se dedicar tempo e energia para repassar informações e conhecimento técnico aos agricultores; é preciso ser capaz de compreender os mecanismos pelos quais os agricultores internalizam e (re)significam essas orientações.

Por fim, é preciso registrar que a pesquisa possui limites, especialmente em termos de possibilidades de generalizações. Como se trata de pesquisa qualitativa e voltada à análise de elementos ligados a cultura, seus resultados, além de iniciais, por se tratar de primeiro esforço investigativo com este recorte e neste grupo social específico, são também delimitados no tempo e no espaço. Ou seja, as análises aqui desenvolvidas valem apenas para o grupo pesquisado no que se refere ao momento histórico-social pesquisado. Por isso, muito mais do que pretender apontar elementos para uma análise geral da relação entre cultura e conhecimento técnico, a pesquisa aqui relatada é um esforço de apontamentos sobre possibilidades de novas investigações, dentre as quais a compreensão mais profunda da relação entre o tradicional e tecnológico merece destaque.

## 5. BIBLIOGRAFIA

DAMATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAMATTA, R. **Tem pente aí?: reflexões sobre a identidade masculina**. Revista Enfoques: revista semestral eletrônica dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.130-151, agosto 2010. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

MAGALÃES, R. S. **A masculinização da produção de leite**. Rev. Econ. Sociol. Rural, v. 47, no. 1. Brasília. 2009.

MARTINS, J. De S. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARTINS, J. De S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala**. 2A edição. São Paulo: Contexto, 2008.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Trad. De Pedro A. Guareschi. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

Trabalho recebido em 10 de maio de 2012;

Trabalho aprovado em 31 de julho de 2012;

## RELAÇÕES DE PODER E LIMITES DOS SERVIÇOS DE ATES EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Marcos Botton Piccin<sup>1</sup>  
Vinicius P. Dalbianco<sup>2</sup>  
Marcelo Trevisan<sup>3</sup>  
Maurício Botton Piccin<sup>4</sup>

### Resumo

Analisa-se neste artigo o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) realizado em assentamentos rurais. O campo de análise é o assentamento Ceres, localizado no município de Jóia, estado do Rio Grande do Sul. Investigam-se as possibilidades de ação, influência e de trabalho dos técnicos de ATES a partir da consideração de um campo de poderes assimétricos formado por um conjunto de agenciamentos que instituem o assentamento enquanto espaço social. Dentre os principais agentes e instituições desse espaço social, encontram-se: os agricultores-assentados, as direções do MST, direções de cooperativas, direções do assentamento, agricultores vizinhos ao assentamento, redes de relações diversas, como grupos de cooperação e produção, redes mercantis regionais, e a assessoria técnica, que está submetida a uma dada institucionalidade do Programa de ATES. Esses agentes e instituições estruturam um conjunto de autonomias relativas aos participantes do espaço social, o que enquadra as possibilidades de ação dos agentes de ATES envolvidos. Isso restringe o serviço de assessoramento às tessituras de poder que no espaço social do assentamento se manifestam.

**Palavras chave:** Assentamento Ceres, assentamentos rurais, ATES

---

<sup>1</sup> Médico Veterinário, mestre em Ciências Sociais, doutorando do Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). marcospiccin@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo, mestrando em Extensão Rural, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinidalbianco@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Engenheiro Agrônomo, especialista em Residência Agrária, servidor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do RS (INCRA), marcelomtrevisan@yahoo.com.br.

<sup>4</sup> Médico Veterinário pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mauriciopiccin@gmail.com.

## **POWER RELATIONSHIPS AND THE LIMITS OF TECHNICAL ASSISTANCE AND AGRICULTURAL EXTENSION SERVICE IN RURAL SETTLEMENTS**

### **Abstract**

The Technical, Social and Environmental Service (ATES) made in rural settlements is analyzed in the present paper. The field of analysis is the settlement Ceres, located in Jóia, state of RS. It is also investigating the possibilities of action, influence and work by ATES technicians from the account of a field of asymmetric power formed by a number of agencies that establish the settlement as a social space. Among the key players and institutions of social space are: farmers-settlers, the directions of the MST, directions for co-direction of the settlement, neighboring farmers for settlement, various networks of relationships, also groups of cooperation and production, regional market networks, and technical advice, which is subject to a given institutional of the ATES program. These actors and institutions structured a set of autonomy for the participants of the social space, which fits the scope of action of the ATES agents involved. This restricts the support service to the intertwining power manifested in the social space of the settlement.

**Keywords:** ATES, rural settlements, settlement Ceres.

### **1. INTRODUÇÃO**

Neste artigo analisa-se o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) realizado em assentamentos rurais. Toma-se o assentamento Ceres, localizado no município de Jóia (RS), como campo de análise. Esse assentamento foi criado oficialmente em 1997, em área de 2.005,25 hectares adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na qual foram assentadas 113 famílias, a partir das mobilizações organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Investigam-se as possibilidades de ação, influência e de trabalho dos técnicos de ATES a partir da consideração de um campo de poderes assimétricos formado por um conjunto de agenciamentos que instituem o assentamento enquanto espaço social.

Um assentamento de reforma agrária é constituído de complexas inter-relações sociais, econômicas e culturais, que configuram um ambiente marcado por assimetrias e relações de poder. É neste ambiente que os agentes de ATES interagem com os agricultores-assentados, com as direções do assentamento, direções de cooperativas e direções do MST; e em redes de relações diversas, como grupos de cooperação e produção, de parentesco, religiosas, entre outras. Relações sociais diversas com

agricultores vizinhos ao assentamento, redes mercantis regionais e a dinâmica socioeconômica regional também influenciam objetiva e subjetivamente o assentamento e, portanto, os trabalhos de ATES. Esse espaço social estrutura um conjunto de autonomias relativas aos seus participantes, o que enquadra as possibilidades de ação dos técnicos de ATES envolvidos. Ainda há uma dada natureza institucional que instaura esse serviço como política pública e demarca determinadas margens de ação e de relação com os demais agentes. Deste modo, objetiva-se com este artigo analisar o trabalho e ação dos agentes de ATES a partir da elucidação e problematização do campo de poderes assimétricos que constitui o espaço social do assentamento.

A noção de campo de poderes assimétricos utilizada neste artigo está referenciada na teoria do *espaço social* elaborada por Bourdieu (2002). A abordagem que o autor realiza procura entender as múltiplas determinações do mundo social a partir da posição social ocupada pelos diferentes agentes ou grupos de agentes. Deste modo, o *espaço social* é concebido como uma representação do mundo social, nas suas várias dimensões, sendo construído a partir de princípios de *diferenciação* ou *distribuição* pela expressão e reconhecimento de propriedades incorporadas diferentemente entre os indivíduos. Essas propriedades são *atuantes* porque interferem na constituição do espaço social e são entendidas como as diferentes espécies de *poder* ou de *capital* acumuladas pelos agentes, como o capital econômico, o capital cultural, e também o capital simbólico, geralmente conhecido como prestígio, reputação. Assim, a posição de um determinado agente no espaço social depende da quantidade de propriedades atuantes reconhecidas pelos demais. Na medida em que as propriedades *atuantes* funcionam como disposições sociais, o espaço pode ser entendido também como um *campo de forças*, onde operam um conjunto de forças objetivas que não podem ser apenas reduzidas às vontades individuais dos agentes, ou mesmo às suas interações. O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele estrutura assimetricamente disposições sociais de acordo com a posição que um agente específico ocupa no seu seio. Em outras palavras, os fatores ligados às diferentes posições no espaço social medem a situação dos indivíduos em termos de experiências e de vantagens relativas no quadro de relações econômicas, sociais e culturais, constituindo hierarquias e desigualdades. Do sistema de posições e relações sociais construídas, alteradas e redefinidas que se obtêm ou não eficácia política às ideias e iniciativas (como às relacionadas com a modernização da agricultura) que valorizam ou não conhecimentos, saberes e determinados projetos de futuro.

A bibliografia especializada sobre os programas de extensão rural para os agricultores familiares tem destacado, principalmente, dois enfoques. Com relação aos assentamentos de reforma agrária, se dedicam a analisar os programas estatais tendo em vista sua estrutura, (in)eficiência

e diretrizes institucionais que orientam o serviço.<sup>5</sup> Outro enfoque tem sido a análise da formação dos técnicos, chegando a conclusões de sua inadequação tanto à realidade dos agricultores quanto às exigências de perfil profissional requeridas pelos programas institucionais de ATES.<sup>6</sup> No entanto, nesses estudos, pouca atenção tem-se dado às “tessituras das relações de poder” (Caume, 2002) que instituem o assentamento rural como um espaço social, cujos discursos e práticas agenciam poder e definem as autonomias relativas de seus integrantes. Sem negarmos as conclusões que esses estudos chegam sobre a formação profissional, seria possível levantar a hipótese de que: se for desconsiderado o campo de poderes assimétricos em que os técnicos estão inseridos em assentamento rural, corre-se o risco de atribuir-se exagerada responsabilidade e expectativa sobre os mesmos na gestão de processos de desenvolvimento. Além disso, os próprios técnicos, antes de entrarem num assentamento, tendem a criar uma imagem de sua intervenção que, com o tempo, se mostra fantasiosa, devido às possibilidades de intervenção na realidade se apresentarem mais restritas que as expectativas anteriores. Quando, finalmente, percebem de fato que suas autonomias são restritas, o “desencantamento” é revestido por desesperança.<sup>7</sup>

Assim, este artigo pretende contribuir para problematizar os serviços de ATES e visualizar um campo de ação e de autonomia relativa dos técnicos em situações de assentamento rural, no assentamento Ceres. O artigo está dividido em oito seções, incluindo esta introdução e considerações finais: na segunda seção realizam-se alguns apontamentos sobre os agentes e o método teórico da análise. Na terceira seção apresenta-se o assentamento Ceres, seus principais aspectos fundantes e o contexto regional onde os técnicos de ATES agem e ao qual estão subordinados. Na quarta seção, analisa-se a natureza institucional do programa de ATES, que o instaura como política pública e demarca determinadas margens de ação e de relação com os demais agentes. Na quinta seção, analisa-se o que é conhecido internamente no assentamento como a *lógica do rolo* e a *lógica da empresa social*. A nosso ver, esse é um aspecto fundamental a partir do qual se podem discutir as direções do MST e do assentamento, em relação aos agricultores-assentados e técnicos. Na sexta seção, aborda-se a dinâmica de demanda de trabalho enfrentada pelos técnicos de ATES, na qual se discute a relação com o crédito rural e orientações sobre a agroecologia. Também, pretende-se problematizar a orientação do MST, segundo a qual, os técnicos devem residir no assentamento rural para a prestação de melhores serviços. Na sétima seção, analisa-se a relação dos técnicos de ATES com os agricultores-

---

<sup>5</sup> Vide Guanziroli et al. (2003); Dias (2004); Pimentel (2007).

<sup>6</sup> Vide Diesel et. al. (2007), Dias (2008); Silva e Araújo (2008).

<sup>7</sup> Quem minimamente convive/conviveu, ou foi técnico em assentamento de reforma agrária, ou teve a oportunidade de entrevistá-los, percebe claramente essa afirmação.



assentados quanto às estratégias de trabalho, assim como as reações destes últimos. Na oitava seção, realizam-se algumas considerações finais.

Os dados empíricos aqui apresentados e analisados foram gerados por ocasião da pesquisa de mestrado do primeiro autor (Piccin, 2007), cujo campo foi realizado entre os meses de maio a julho de 2006. A metodologia utilizada foi a da observação direta (Jaccoud; Mayer, 2008) e valeu-se tanto de técnicas para a geração de dados quantitativos quanto qualitativos. Utilizou-se: a) um questionário tipo *survey*, com o qual se estabeleceu informações gerais sobre todos os agricultores-assentados; b) vivência do cotidiano dos grupos familiares; c) entrevistas em profundidade de uma amostra de grupos familiares e com direções do MST; e, d) entrevistas com a assessoria técnica e direções da Cooperativa do assentamento. Além disso, este artigo conta com dados empíricos recolhidos em diferentes momentos pelos demais autores.

## **2. SOBRE O MÉTODO DE ANÁLISE E OS AGENTES NO ASSENTAMENTO CERES**

O uso do referencial bourdieuniano é fundamental para esta análise porque permite uma aproximação analítica às autonomias de ação dos agentes sempre em relação aos demais participantes. Deste modo, a atribuição de sentidos, valores e compreensões/conhecimentos que enquadram as margens individuais de ação, tanto no assentamento quanto nos lotes, não são da ordem de uma autonomia absoluta por parte de nenhum dos agentes separadamente. O assentamento é, assim, entendido como um espaço marcado por relações de força, de cooperação e de disputa, em que diferentes agentes trabalham material e simbolicamente para produzir socialmente este espaço. Neste sentido, Bourdieu (2002) destaca que todo o campo é um lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo. A legitimidade dos agentes no interior do campo surge a partir da possibilidade de pôr em causa a *doxa*, entendida pelo autor como a aceitação da ordem existente como algo evidente e natural. Assim, a força simbólica dos agentes envolvidos nessa luta nunca é independente da sua posição no jogo, o que em parte explica porque os agentes que detêm um maior volume de capitais conseguem impor a sua visão de mundo como legítima. Nesse caso, mesmo reconhecendo a existência do *hegemon*, ele se constrói sempre em relação ao subordinado e por esse motivo tanto as condições culturais objetivas quanto as subjetivas sobre o território são socialmente co-determinadas: resultado das interações com instituições, como o INCRA e o MST e seus mediadores; com grupos de agricultores e membros da própria família; com outras instituições sociais religiosas, políticas, econômicas e culturais em suas dimensões culturais, de conhecimento e de expressão de diferenciais de poder.

Além disso, é importante reconhecer que um assentamento rural possui, ao menos, três características que o particulariza quando a análise se estabelece com relação a outras frações de agricultores familiares: a) é criado por uma ação estatal, o qual assume a responsabilidade por seu desenvolvimento (Leite, et al., 2004); b) pela presença de movimento social organizado e suas direções na definição de projetos de futuro; c) pela heterogeneidade de trajetórias sociais dos agricultores beneficiados (filhos de pequenos agricultores, meeiros, parceiros, arrendatários, empregados de granja, etc.). Essas características configuram decisivamente as relações sociais em um assentamento rural. Localizar os diferenciais de poder dos principais participantes ajuda a entender a estruturação e produção social deste espaço, além de visualizar as dimensões e possibilidades de trabalho de ATES.

Nesse sentido, ao menos para o caso do assentamento Ceres, desde o acampamento houve a construção de projetos de futuro para o assentamento, tanto por parte das famílias, quanto por parte das direções do MST e do INCRA. Foi no período do acampamento onde se identificou o que seria produzido e como deveria ser organizada a produção.<sup>8</sup> A forma de organização inicial do assentamento pode ser lida como resultado de disputas em torno de projetos de futuro onde se expressam os poderes assimétricos entre os agentes envolvidos e as autonomias relativas inerentes a esses poderes. Um processo que se revela não apenas entre 'direções do MST e INCRA' com 'as famílias', mas também internamente entre esse último grupo, devido à sua heterogeneidade. Por exemplo, alguns se legitimam como lideranças, ocorre a formação de grupos de produção coletiva, geralmente por identificações entre os assentados – o que não impede que surjam diferenças e divergências internas -, e outros tornam-se produtores individuais.<sup>9</sup> Revelam-se, pois, com maior visibilidade as diferenças de projetos e visões de mundo, podendo-se falar em ampliação da heterogeneidade sociocultural dos agricultores-assentados, onde valores e desejos podem se mostrar conflitantes.

Do ponto de vista dos agricultores sem-terra a conformação social do assentamento rural é um momento da *luta* pela terra cuja tendência é a de marcar uma nova fase em suas vidas. Esse contexto configura-se num novo espaço social onde os agricultores assentados acionam um conjunto de conhecimentos adquiridos e redes de relações sociais interna e externamente ao assentamento para tentar materializar seus projetos, sonhos e desejos. Além disso, entram em contato com situações sociais até então inusitadas aos mesmos.

Uma das dimensões do conjunto de novas experiências dessa fase diz respeito ao acesso às políticas públicas. Ainda que precárias, até então

---

<sup>8</sup> Esse aspecto será abordado com maiores detalhes na terceira seção.

<sup>9</sup> Sem sombra de dúvida, o local onde estas diferenças mais florescem são nos chamados grupos de produção coletiva. Sobre o assunto, *vide*: Ferrante (1994); Bergamasco e Ferrante (1994); Paulillo (1994); Medeiros e Leite (1999); Scariot (2002); Anjos (2005); entre outros.

eram estranhas a esse segmento social. Entre as mais notórias estão o acesso ao crédito monetário e serviços de assessoramento técnico, energia elétrica, água potável, entre outras (Leite et al., 2004). No assentamento Ceres, os agricultores-assentados nunca haviam recebido assessoria técnica. O acompanhamento iniciou com uma equipe do LUMIAR<sup>10</sup>, a partir de 1997 e, posteriormente, com a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec). O mesmo aconteceu com o acesso aos créditos agrícolas. Para muitos foi a primeira vez que houve o uso de recursos monetários externos com vistas ao pagamento futuro. Além disso, é no assentamento onde as famílias viverão as experiências de serem sócias de uma Cooperativa que tem por objetivo a produção e comercialização. Da mesma forma, será onde vivenciarão as influências de outras cooperativas, empresas da região e agricultores granjeiros vizinhos.

Neste contexto, as atribuições de sentidos e significados às situações sociais deste espaço social fazem parte dos processos de construção da(s) realidade(s), onde a consolidação de um sentido comum constrói uma hegemonia social, que se legitima no processo, legitimando atores sociais e pessoas, técnicas e projetos, bem como pode agir na desqualificação de outros. Um exemplo desse processo diz respeito à dimensão biofísica do ambiente natural. Por um lado, existe uma conformação sócio-histórica que abre algumas possibilidades de desenvolvimento de estratégias produtivas no assentamento, tais como, o quê este território “poderia” ou “deveria” produzir. Pode-se dizer que, reconhecendo possíveis diferenças, essa dimensão é aquela que orienta as ações da direção do MST e do INCRA no sentido da criação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento. A participação do agricultor-assentado nestes processos implica a busca de significação que toma como dado o seu lote específico, sua localização e fertilidades, a dinâmica social de sua família, enfim o ambiente de seu lote, do assentamento e da própria região. Do ponto de vista do agricultor, pode ser argumentado que as ações são e estão integradas em um *modo de vida* e não apenas em um *modo de produção*. Esta é a ordem de sua autonomia relativa na dinâmica complexa do assentamento.

A legitimação da ação dos técnicos de ATES perante ao conjunto dos agentes sociais no assentamento ampara-se na pressuposição de um saber técnico-científico que lhes conferem referência de competência técnica, administrativa e cultural. Tal forma de ação dos técnicos tem uma dimensão sócio-político-cultural que pode ser acionada como forma de desqualificar os saberes dos demais agentes (Neves, 1987; Moreira, 1997). Pode-se supor que há, em algum grau, certo “confronto” de racionalidades entre os assessores técnicos que tiveram uma formação baseada na ciência

---

<sup>10</sup> O projeto LUMIAR foi antecessor do serviço de ATES no campo das iniciativas governamentais para afirmar alternativas de prestação de serviços descentralizados de assistência técnica e extensão rural para os assentamentos de reforma agrária. Foi lançado em 1997 e extinto no ano de 2000. Para uma análise dos motivos que levaram tanto à criação quanto ao fim do Projeto LUMIAR, vide, especialmente, Medeiros e Leite (2004); Dias (2004).

moderna e os agricultores que internalizaram os conhecimentos da natureza não apenas como conhecimentos técnicos, mas também como um *modo de vida* (Moreira, 2005).

### 3. APRESENTANDO O ASSENTAMENTO CERES

O assentamento Ceres está situado a 6 km do perímetro urbano no município de Jóia-RS. Com uma população total de 8.284 pessoas esse município faz vizinhança com Augusto Pestana à 29 km, com 7.848 habitantes, e Ijuí à 42 km, com 75.916 habitantes, todos localizados na região do Planalto Rio-Grandense (INCRA, 1996; IBGE, 2000). Esta região é caracterizada pelas culturas da soja, leite e pela criação extensiva de bovinos e ovinos, essas em redução nas últimas décadas (Gubert; Basso, 2005). Desde a década de 1960 a modernização do Planalto Rio-Grandense está associada à expansão de Cooperativas Tritícolas e empresas vendedoras de insumos agrícolas. Nesse contexto, a Cooperativa Tritícola de Ijuí (COTRIJUÍ) abriu sua filial no município de Jóia em 1973. Na década de 1980, houve a criação da Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL), que desde então potencializou a agropecuária leiteira na região e em Jóia (Rückert, 2003).

A atual área do assentamento Ceres era, até 1996, chamada de Granja Ceres, sob propriedade da Varig Agropecuária S.A. (VAGRO), altamente produtiva, moderna e especializada na atividade leiteira. Foi uma área comprada pelo INCRA, oferecida para o mesmo pela VAGRO (INCRA, 1996). A hipótese é de que a Granja não era mais capaz de alcançar taxas médias de remuneração do capital como em outros setores da economia, haja vista os processos de liberalização econômica, valorização cambial e retirada do Estado como regulador de alguns setores produtivos, entre eles, da atividade leiteira, levados a cabo durante a década de 1990 (Piccin, 2007, p. 49). De acordo com um dos entrevistados, essa Granja era, à época da aquisição da área para fins de reforma agrária, “a menina dos olhos dos sem-terra do estado”, em uma referência à infraestrutura presente, à qualidade dos solos, à localização geográfica em relação aos centros urbanos e expressava o desejo dos sem-terra de lá receberem terra. Dessa forma, a infraestrutura presente passou a ser um dos componentes diferenciadores desse assentamento em relação aos demais.

A área foi idealizada, tanto pela direção do MST quanto pela direção do INCRA para ter a produção coletivizada, ou seja, gestão coletiva dos fatores de produção: terra, capital e trabalho. Dessa forma, uma cooperativa foi criada em 1997, de nome COOPERVIDA, para administrar uma área de 200 ha onde a estrutura da antiga Granja estava localizada. O restante do assentamento foi concebido para ser formado por grupos de produção coletiva que aglutinariam as famílias sem-terra. A produção leiteira seria estimulada entre os agricultores-assentados pela cooperativa que, aproveitando a infraestrutura presente no assentamento, seria

responsável por armazenar e comercializar o leite. Ainda no período do acampamento as direções do MST e o INCRA estabeleceram critérios para seleção dos agricultores sem-terra a serem beneficiários com a área do assentamento. Teriam preferência aqueles que constituíssem grupos visando à produção coletiva. Assim, todos os beneficiados integraram, ainda no acampamento, os chamados grupos coletivos. Contudo, quando em assentamento, os grupos de produção coletiva se desfizeram, e as famílias constituíram unidades individuais de produção.

#### **4. A EQUIPE TÉCNICA E A NATUREZA ESTRUTURAL DA INSTITUCIONALIDADE DA ATES**

Antes de se analisar o processo de institucionalização da ATES, convém apresentar ao leitor informações referentes à composição da equipe técnica e algumas características de sua inserção no assentamento Ceres. Nessa direção, à época da pesquisa, a equipe era constituída por um engenheiro agrônomo, um médico veterinário, uma médica veterinária, uma farmacêutica e três técnicos agrícolas. A farmacêutica desenvolvia trabalhos em outros assentamentos do estado e, por isso, permanecia apenas alguns dias da semana junto dessa equipe técnica. Além do Ceres, outros três assentamentos – Tarumã, Barroca e Rondinha – eram assistidos no município de Jóia pela referida equipe, totalizando cerca de 531 famílias de agricultores-assentados. O Assentamento Ceres era uma espécie de base onde havia o escritório e casa de residência, a partir do qual realizavam as visitas e atividades referentes aos trabalhos nos demais assentamentos. Apesar de manter uma relação estreita com as atividades desenvolvidas pela COOPERVIDA, essa equipe não se constituía como seu departamento técnico, por estar ligada à Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTÉC) e sua ação se estender para além dos agricultores-assentados sócios daquela Cooperativa. Entre as principais atividades desenvolvidas a partir de 2005 nesses assentamentos estava o Projeto Leite Sul, que visava desenvolver a atividade leiteira entre os assentados, após um convênio firmado entre o INCRA e COPTÉC no final daquele ano.

A equipe já se inseria, assim, no Programa Nacional de ATES, criado oficialmente pelo INCRA em 30 de março de 2004, através da Norma de Execução nº 39, em consonância com o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Até então, a única experiência de prestação de serviços técnicos específicos para os assentamentos de reforma agrária tinha sido o Projeto LUMIAR. Para Silva e Araújo (2008) o Projeto LUMIAR marcava várias diferenças para com as experiências anteriores de assistência técnica, pois propunha a construção de um sistema de co-gestão dos serviços com os beneficiários e que, além de seu caráter participativo, inovava por experimentar uma forma de gestão descentralizada. Para os referidos autores, o Programa de ATES pode ser considerado herdeiro do LUMIAR,

apesar de apresentar algumas diferenças de concepção por demarcar com o paradigma da revolução verde, valorizar os conhecimentos dos agricultores, das realidades locais e ter como orientação a agroecologia.

De acordo com o Manual Operacional de ATES (2008, p. 12)<sup>11</sup>, a metodologia e a orientação agroecológica do serviço têm como referência a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), cujo documento base foi lançado como marco referencial em maio de 2004 (BRASIL, 2004). A nova PNATER reformulou os serviços de ATER no país, reforçou o seu caráter público e gratuito ao conjunto dos agricultores familiares e estabeleceu uma nova institucionalidade de gestão do sistema nacional de ATER, além de sugerir a revisão do papel profissional dos extensionistas. As orientações metodológicas e o conteúdo programático tanto da nova PNATER, quanto da ATES são realizados em contraposição aos modelos de difusão de tecnologias e da revolução verde.<sup>12</sup> Para Dias (2004, p. 523), as mudanças programáticas de orientação “lançam enormes expectativas sobre a atuação dos extensionistas ou técnicos de campo que prestarão tal assessoria”, pois é sobre esses indivíduos que recai a responsabilidade de alterar as práticas de extensão. Em linhas gerais, esses programas propõem adotar metodologias participativas e de diagnóstico da realidade nos processos de intervenção e a revisão da postura profissional diante dos agricultores com vistas a adotar um “papel educativo” e um outro tipo de compromisso “com os seus beneficiários e com os resultados econômicos e socioambientais de sua intervenção” (BRASIL, 2007, p. 07; Manual Operacional, 2008, p. 14).

As demais orientações da ATES procuram valorizar a construção conjunta de conhecimentos entre técnicos e agricultores: indica-se como ponto de partida a consideração das realidades locais e dinâmicas sociais, em que o trabalho extensionista deveria ser pautado pela valorização dos conhecimentos, experiências e, de forma geral, pela cultura das populações atendidas. O Programa objetiva contribuir para “a construção da cidadania” por meio do acesso às políticas públicas, garantindo os direitos fundamentais do(a) trabalhador(a) rural. Postula a necessidade de uma “assessoria técnica que esteja presente na vida das famílias assentadas”, e o uso de inovações no âmbito das metodologias de trabalho, como o estímulo à realização de “experimentos pedagógicos”. O trabalho extensionista é visto como um “processo de diálogo e aprendizado mútuo

---

<sup>11</sup> Entre o primeiro manual de ATES de 2004 e o de 2008, não há mudanças significativas quanto à concepção do Programa. No entanto, em 2008 buscou-se detalhar a “postura esperada dos extensionistas” nos assentamentos, assim como uma maior descrição dos conceitos e noções utilizadas no documento.

<sup>12</sup> O modelo de difusão de tecnologias parte de uma constatação de que os problemas relacionados com o ‘subdesenvolvimento’ ou com a pobreza das populações rurais estariam relacionados com a pouca incorporação de tecnologias consideradas modernas aos seus sistemas de cultivo e criações. A partir desse pressuposto caberia aos extensionistas levar as tecnologias consideradas modernas produzidas em centros de pesquisa até o produtor rural. O auge deste modelo foi a década de 1960 e 1970 e ficou conhecido como “Revolução Verde” (Costa, 2001).

entre técnicos/as e agricultores/as”; reivindica que o técnico seja um “facilitador dos processos” e orienta que ele “estabeleça uma relação de confiança com os(as) assentados(as) e suas organizações, resultado de uma postura pessoal de franqueza, dedicação, engajamento e compromisso com o trabalho” (Manual Operacional, 2008, p. 14-17, 43-48). A síntese realizada por Dias (2004, p. 523) da orientação política para o perfil de trabalho desejado dos extensionistas, presente no Manual Operacional de ATES de 2004 e também no PNATER, é válida para o Manual Operacional de 2008. Para esse autor, três aspectos resumem o que se espera desse serviço: a) buscaria superar “o caráter pontual ou fragmentado do processo de intervenção social, demandando a construção de procedimentos mais duradouros e contínuos de interação entre técnicos e agricultores”; b) identifica “a necessidade de estabelecimento de relações de confiança mútua, por isso, mais horizontais e menos hierárquicas, entre os atores e os tipos de conhecimento envolvidos”; e, c) orienta que o extensionista tenha “uma visão mais holística ou integral do processo de intervenção social que cria demandas que vão além do processo agrícola de produção”.

Processa-se assim, uma mudança conceitual do serviço prestado: de *assistência técnica* para *assessoria técnica*, denotando uma percepção de que assessoria é um processo muito mais complexo que assistência técnica. A primeira designação valoriza um modelo de extensão rural relacionado com levar tecnologias externas ao agricultor, associado à ideia de pacote tecnológico. A segunda, ressalta a necessidade da construção de “relações horizontais e menos hierárquicas entre os atores”, uma “visão mais holística do processo de intervenção social”, a construção de “processos duradouros e contínuos de interação”. Fatores considerados importantes para o estabelecimento de “confiança mútua entre técnicos e agricultores-assentados” (Manual Operacional, 2008, p. 14-17, 43-48).

No entanto, as boas intenções do serviço de ATES tendem a contrastar com a forma com que ele foi institucionalizado (Dias, 2004). Formado em um contexto de reforma neoliberal do Estado e das reivindicações e pressões dos movimentos sociais do campo, se por um lado absorveu as concepções de um serviço mais democrático, com a participação de movimentos sociais em sua condução e com o reconhecimento de que os conhecimentos técnicos não são superiores aos dos agricultores, por outro, foi constituído a partir dos preceitos da redução do papel do Estado, em curso, desde o início dos anos de 1990 (Duarte; Siliprandi, 2006). Ou seja, encontra-se dentro dos marcos teóricos da descentralização, privatização e diminuição dos aparatos Estatais. Neste cenário, para Dias (2004: 515), tanto a elaboração do extinto Projeto LUMIAR quanto a de ATES “[...] representam mecanismos administrativos de descentralização da gestão dos recursos públicos destinados a políticas sociais”. Portanto, são serviços públicos concedidos pelo Estado por meio de convênios para que outras organizações e instituições sociais os realizem.

Nesse novo marco institucional, o programa de ATES é concebido como forma de facilitar a abertura de mecanismos de gestão dessas políticas à participação dos diferentes agentes sociais envolvidos. Partindo dessa concepção, passa a estimular o controle e gestão social das políticas e conferir maior poder decisório às associações e entidades de representação dos agricultores-assentados, como as cooperativas de assentamentos de reforma agrária. No RS essas cooperativas formam a Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do RS (COCEARGS), dirigida politicamente pelas direções do MST. Dentro desse formado é que se insere a COPTec, como uma entidade coordenada pela COCERARGS.

Tanto para Dias (2004), quanto para Silva e Araujo (2008), as boas intenções do serviço ficam comprometidas pela instabilidade institucional a que o programa está submetido, podendo ser consubstanciado dentro do quadro de precarização das relações de trabalho aprofundada pelas reformas neoliberais. Assim, dos convênios firmados não se têm certeza da renovação. Dependendo dos “ventos” da conjuntura, novas regras, normas, decretos e portarias são estabelecidos, sendo fatores de incerteza da própria continuidade do programa. Além do mais, os convênios celebrados com o INCRA, frequentemente, são marcados por atrasos dos repasses financeiros, gerando atrasos no pagamento dos salários e comprometendo as condições materiais objetivas de continuidade daqueles profissionais que trabalham a campo. Nesse ínterim, Dias (2004, p. 536) argumenta que o serviço de ATES permanece com as mesmas deficiências que caracterizaram o seu antecessor, o LUMIAR. São programas que buscam responder às demandas postas por pressões sociais (Medeiros; Leite, 2004), mas que ganham um formato institucional relativo aos preceitos neoliberais de terceirizações de serviços e precarização das relações de trabalho.

Silva e Araújo (2008, p. 116) vão na mesma direção e argumentam que as limitações do LUMIAR - a) condições precárias de trabalho; b) pouca internalização do Projeto pelo INCRA; c) limitada formação e experiência dos técnicos; c) descontinuidade do processo de capacitação; d) pouco intercâmbio com a pesquisa; e, e) incertezas quanto à continuidade do Projeto - permanecem presentes na ATES. Para os autores, “isto significa que não é por falta de ‘enxergar’ o problema, mas por incapacidade ou falta de prioridade, por parte do poder público, em enfrentar tais questões”.

A Normativa Técnica N° 78, que orienta a constituição e estruturação do serviço de ATES para o ano de 2009, manteve em vigor a mesma concepção e natureza no programa, influenciadas pelo marco da reforma neoliberal do Estado: a permanência da terceirização dos serviços através de um processo licitatório, os contratos firmados com duração de apenas um ano, a vinculação dos pagamentos pela apresentação pontual de resultados; são alguns dos aspectos que garantem a continuidade de um sistema de ATES instável.



Portanto, o formato institucional do serviço de ATES tende a inviabilizar preceitos fundamentais de seu programa. A propalada “construção de processos duradouros e contínuos de interação” e o “estabelecimento de confiança mútua entre técnicos e agricultores-assentados” ficam, no mínimo, comprometidos.

Uma dimensão desse processo poderia ser avaliada pela alta rotatividade de técnicos nos assentamentos de reforma agrária (Dias, 2004). No Assentamento Ceres, entre o início de 2004 e final de 2006, 8 técnicos foram substituídos; uma média de 2,66 técnicos por ano. Se considerados os 10 anos de Assentamento, se contabiliza 28 técnicos substituídos, uma média de três técnicos por ano. Ou seja, é evidente, como corrobora o estudo realizado por Dias (2004), que com uma rotatividade dessas torna-se impossível o estabelecimento de “processos duradouros” entre técnicos e agricultores-assentados. A institucionalidade à qual o projeto está submetido define estruturalmente, a modo de “vício de origem”, certas possibilidades de ação e de continuidade dos trabalhos.

Além dos problemas apontados acima, deve-se assinalar que os técnicos estão ligados a uma cooperativa de prestação de serviços técnicos (a COPTEC), à qual é contratada pelo INCRA. Portanto, estão submetidos às relações sociais de poder constituídas internamente à COPTEC, que, por sua vez, está sob orientação das direções do MST.<sup>13</sup> Deste modo, o enquadramento da ação dos técnicos de ATER às prioridades e lógicas constituintes de um assentamento influencia significativamente seus trabalhos, como a *lógica do rolo* e a *lógica da empresa social* presentes neste espaço social. Essas e outras questões serão abordadas a seguir.

## 5. A LÓGICA DO ROLO E A LÓGICA DA EMPRESA SOCIAL

Outro fator a ser considerado na análise do campo de ação da equipe técnica diz respeito às relações estabelecidas com as direções do MST, com a COOPERVIDA e com as orientações de trabalho da COPTEC. Tanto a COPTEC quanto a COOPERVIDA consistem em estruturas que estão sob coordenação das direções do MST, pela forma de organização e hierarquia em termos de instâncias constituídas pelos integrantes desse movimento social. De modo geral, o organograma do MST no RS e suas instituições de maior influência podem ser representadas da seguinte forma: direção estadual, direção regional, direções dos assentamentos; por outro lado, COCEARGS, COOPERVIDA; COPTEC, e equipe técnica local. Contudo, nessa organicidade, além dos poderes assimétricos distribuídos

---

<sup>13</sup> Com as mudanças no programa de ATES para 2009, a partir da Normativa Técnica N° 78, alguns assentamentos atendidos pela COPTEC até então, a exemplo do Ceres, passaram a ser de responsabilidade da EMATER. Esta mudança transferiu, ao menos em parte, a subordinação dos agentes de ATES para os interesses de outra empresa prestadora de serviços técnicos, com história e estrutura funcional diferente da COPTEC. Mudanças estas que deverão servir como campo de análise para futuras pesquisas.

entre os indivíduos e instâncias, dado o conjunto de significações simbólicas identificadas em cada caso e valorizadas diferentemente, a chamada *lógica do rolo*, ou somente *rolo*, e a *lógica da empresa social* (apresentadas a seguir) estão presentes na dinâmica do assentamento. A análise das atividades técnicas não pode desprezar as referidas lógicas, pois agem sobre sua credibilidade perante os agricultores-assentados e influenciam as estratégias produtivas dos mesmos.

Para Caldart (2000, p. 90), a *lógica do rolo* consiste em tornar os assentamentos uma retaguarda para fazer avançar a *luta* pela terra, de construção de mobilizações, novos acampamentos e ocupações. É, portanto, uma lógica de movimento em curto prazo. No entanto, outra lógica está internalizada dentro dos assentamentos segundo a autora, especialmente nas cooperativas que é aquela referente à organização da produção, na qualificação profissional, no planejamento em longo prazo. Há, assim, duas lógicas organizativas distintas com as quais os dirigentes do MST procuram conviver. Nas palavras da autora: “[...] trata-se da lógica do rolo (ou de movimento) versus a lógica da empresa social (de organização, planejamento)”. Dessa forma, a organização produtiva dos assentamentos, geralmente através das cooperativas, torna-se responsável pela manutenção econômica da estrutura necessária para os integrantes do MST ajudarem na organização de novos acampamentos e mobilizações. Os mesmos integrantes que ajudam na mobilização e na chamada “frente de massas” para a montagem de acampamentos e ocupações de terra são também dirigentes das estruturas responsáveis pela organização e promoção da produção nos assentamentos. Assim, para a autora: “[...] uma lógica mais empreendedora de organizar a produção acaba se mesclando nas formas de condução das próprias lutas pela terra”. No entanto, não parece que a convivência entre as duas lógicas seja tão “pacífica” e equilibrada em assentamentos rurais, como a autora sugere. Temos como hipótese provável que a *lógica do rolo* tende a suplantar a *lógica da empresa social*, não só na administração das cooperativas, mas, a modo de influência, acaba por submeter a assessoria técnica a uma condição subordinada, uma vez que a própria produção a ela é submetida.

Tanto planejamentos, organização da produção, cursos técnicos e a assessoria técnica ficam submetidos a uma dinâmica de movimento social que responde às demandas de curto prazo. O *rolo* é uma expressão recorrente na fala de dirigentes, assentados e mesmo dos integrantes da equipe técnica. Dependendo da situação, pode tornar-se sinônimo de confusão (sem controle separadamente de gastos direcionados para a *luta* e aqueles direcionados para a atividade produtiva, por exemplo), em que “tudo vira um rolão”, como frequentemente foi ouvido no assentamento, com relação aos assuntos relacionados à produção e à *luta*. Submeter a administração de uma empresa ou cooperativa à lógica do *rolão* pode representar um importante fator na inviabilidade financeira do empreendimento – sobretudo, em um ambiente de economia oligopolizada e regido pela dinâmica da concorrência intercapitalista na produção e venda

de mercadorias. Em relação à análise do caso em questão, constitui um fator que, junto com outros elementos, enquadra as prioridades à assessoria técnica dadas pelas direções do MST e direções do assentamento.

Se for aceita a argumentação de que a *lógica do rolo* tende a tornar-se hegemônica, então as estruturas de desenvolvimento das atividades produtivas dimensionam-se a partir de tais preceitos. Por consequência, as equipes técnicas estão submetidas de forma desprestigiada e desvalorizada naquela estrutura organizativa. Disso, pode resultar outros usos para a já precária infraestrutura destinada às equipes e a “negociação” da diminuição de salários, por exemplo. Ao invés do estabelecimento de confiança mútua, esse processo pode gerar desconfiança, passando a ser componente das relações, ao menos entre direções e técnicos. Se o programa de ATES critica a hierarquia estabelecida por métodos como o de difusão de tecnologias por valorizar o saber técnico em detrimento dos agricultores, e sugere sua superação, nesse ambiente, pelo menos naquelas relações mantidas entre técnicos e direção, a hierarquia tende a se inverter e a surgir simbolicamente as figuras de “empregado” e “patrão”. Assim, os processos “mais democráticos” propalados pelo programa de ATES passam a ser relativos ao conjunto de significações valorizadas e reconhecidas nesse espaço social, representadas de forma desigual entre seus integrantes e que funcionam como poderes sociais expressos em comportamentos e ações. Uma situação que possui raiz no processo institucional a que o programa de ATES está submetido.

É nesse contexto, determinado pela institucionalidade do programa de ATES e dos poderes relativos aos agentes no espaço social do assentamento, que a equipe técnica atua e procura dar suporte às ações de desenvolvimento socioeconômico aos agricultores-assentados. Neste sentido, as orientações gerais do programa de ATES e as da COPTec são confrontadas com as prioridades de trabalho que emanam dos assentamentos como a realização dos projetos de crédito e das especificidades de atendimento às demandas colocadas pelos agricultores-assentados. Essas questões serão analisadas a seguir.

## **6. A DINÂMICA DA DEMANDA DE SERVIÇOS DE ATES EM ASSENTAMENTO**

De acordo com o engenheiro agrônomo do assentamento, que foi coordenador da equipe local e regionalmente do Projeto Leite Sul, existem “quatro linhas gerais e históricas de orientação do MST” (portanto, da COPTec) para com as equipes técnicas: a) a produção de alimento para o autoconsumo; b) o desenvolvimento dos trabalhos a partir dos conhecimentos sistematizados pela agroecologia; c) a gestão de processos produtivos que possam oferecer renda mínima mensal; e, d) trabalhos

voltados para o incentivo e produção de sementes. Essas são orientações que devem guiar a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e as ações das equipes. De forma geral, são semelhantes e também componentes das orientações do Projeto de ATES. A entrevista citada denota as prioridades percebidas pelos técnicos de campo e, possivelmente, como resultado de ações dessa cooperativa em termos de formação profissional dos mesmos.

Além das particularidades desse espaço social com relação aos poderes distribuídos entre os agentes, a própria dinâmica de elaboração dos projetos de crédito limitam tais ações devido ao tempo exigido do conjunto da equipe para sua viabilização.

Como a presença do extensionista nos assentamentos rurais é condição primeira para o acesso dos agricultores-assentados às políticas públicas de crédito (Dias, 2004; Leite, et al., 2004), aproximadamente, seis meses de cada ano as equipes técnicas se envolvem na viabilização desses projetos. De acordo com o entrevistado supracitado, entre setembro e dezembro toda a equipe se volta para a elaboração de projetos que visam os chamados Créditos Custeio (PRONAF), referentes ao financiamento dos cultivos anuais de verão. Essa modalidade de crédito é concedida a partir das indicações de cultivos realizadas pelo zoneamento agrícola da região, que permite apenas o financiamento das culturas da soja, milho e feijão. Esse é o grau de determinação do Crédito Custeio em relação às estratégias produtivas dos agricultores-assentados que o acessam, por não dar margem ao financiamento de outras atividades. Como nessa região, entre as três culturas citadas, a soja é a mais valorizada comercialmente, o crédito pode acabar condicionando sua eleição como cultivo principal, haja vista que as outras duas são destinadas, preferencialmente, pelos agricultores-assentados para o consumo familiar ou como produto intermediário de outras atividades produtivas. A não ser que o crédito solicitado não seja aplicado naquelas atividades declaradas; o que pode significar maiores incertezas de sucesso do empreendimento, pois em caso de perda da produção por problemas climáticos não terá assegurado os cultivos pelo chamado PROAGRO – seguro agrícola. Nesses meses do ano a prioridade da equipe técnica é a viabilização dessa linha de crédito. Portanto, não há margem de manobra da equipe para propor o uso desse crédito em outras atividades identificadas, juntamente com os agricultores, como potenciais geradoras de renda – ou mesmo para aquelas atividades que garantam um maior suprimento de produtos para o consumo familiar e uso do lote.

Outros três meses são dedicados à viabilização dos projetos de outra linha de crédito chamada de Crédito Investimento (PRONAF), onde há a concentração dos trabalhos, entre os meses de janeiro a março. Mas, esse financiamento pode ser investido em qualquer atividade produtiva de eleição dos agricultores-assentados, como na compra de animais, equipamentos, máquinas, etc. A sugestão das direções do MST e da COPTec é que as famílias invistam na atividade leiteira, haja vista que

pode constituir uma fonte de renda mensal, assegurando a entrada de rendimentos com maior frequência que os cultivos anuais.

No ambiente do assentamento o trabalho com o crédito agrícola envolve uma série de atividades para a elaboração dos projetos que não se resumem apenas ao escritório, mas abrange uma série de outras ações. Indagado sobre o processo de trabalho com o crédito agrícola, o engenheiro agrônomo do assentamento declarou que:

A organização da liberação do crédito é difícil. Não é só você elaborar um projeto técnico. Vai desde a discussão de sua aplicação com os agricultores assentados de acordo com o processo organizativo dos núcleos de famílias da organização dos grupos que irão receber o crédito conjuntamente, do debate nas instâncias do movimento sobre objetivos de aplicação, da visita a alguns agricultores que estão com problema de acessar o crédito e, em muitas ocasiões, depois de feito o projeto tem que ir na casa dos agricultores para pegar suas assinaturas [...] Então, todo esse processo é uma loucura e demanda tempo da equipe.

Dessa forma, os seis meses em que a equipe técnica fica absorvida na viabilização dos créditos envolvem reuniões com os núcleos de família no assentamento, organização dos grupos para receber os chamados “créditos solidários”<sup>14</sup>, debates com as direções do MST e visitas específicas a alguns agricultores-assentados que venham apresentar problemas durante o processo de viabilização dos projetos. Nesse contexto, o trabalho com as linhas de crédito torna-se complexo e é possível sugerir que demande um tempo maior das equipes técnicas quando comparado com outras frações de agricultores familiares. Sua viabilização é uma prioridade exigida tanto pelas direções do assentamento quanto pela maioria dos agricultores-assentados. Assim, as demais atividades desenvolvidas pela equipe ficam em segundo plano durante esse período.

De forma geral, a equipe também acompanha as questões relativas às trocas de lotes, laudos e programas desenvolvidos por intermédio do INCRA, como programas de recuperação de moradias, recuperação de assentamentos, de agroindustrialização e demais projetos de desenvolvimento socioeconômico. Outros trabalhos ficam dependentes da relação número de agricultores/número de técnicos, que é em torno de 100/1. O que torna praticamente impossível utilizar estratégias de assessoria e visitas individualizadas aos agricultores-assentados. Nesse contexto, a equipe técnica privilegia a realização de oficinas temáticas, cursos e reuniões, para permitir que um público maior seja atingido – com exceção dos atendimentos clínicos realizados pelo(a) veterinário(a)<sup>15</sup>. Como

---

14

Quando um determinado grupo de indivíduos se responsabiliza conjuntamente pelo crédito acessado individualmente.

15

Nesse caso, não importa se for final de semana, feriado ou durante a noite, se um atendimento clínico for solicitado ao (à) veterinário(a), ele(a) tem que ir. Por isso, sem sombra de dúvida, o trabalho veterinário em assentamento é um dos mais exigentes e sem planejamento.

o ambiente local possui a soja como atividade produtiva hegemônica, há uma tendência dos trabalhos da equipe técnica serem condicionados por esta, a começar pelo processo de elaboração dos projetos de crédito.

Assim, aqueles agricultores-assentados que, por algum motivo, não acessam créditos agrícolas, não possuem a soja como principal estratégia produtiva e que procuram desenvolver cultivos baseados, por exemplo, na agroecologia, percebem os trabalhos técnicos em contradição com as linhas produtivas orientadas pelas entidades de influência da direção do MST. A declaração do Sr. Pedro<sup>16</sup>, agricultor-assentado que procurava diversificar os cultivos e criações com destino ao comércio, pode ser considerada representativa daqueles que estavam em situação semelhante. Quando questionado sobre como era a relação com a assessoria técnica ele respondeu:

Eu achava que o objetivo dos técnicos era prestar assistência para um tipo de produção como a gente está querendo e tentando fazer, numa coisa sem muito veneno, mais ecológica, sem essa tal de soja. Mas quando chega a hora dos créditos aí acaba envolvendo todos os técnicos e aí a prioridade é a soja. Um planejamento do lote a curto, médio e longo prazo a gente não consegue fazer com os técnicos.

Essa declaração é importante porque revela algumas contradições vivenciadas pela equipe técnica no desenvolvimento de suas ações. Por mais que as orientações, tanto do serviço de ATES, quanto da COPTec sejam baseadas a partir de preceitos da agroecologia, do trabalho conjunto para a geração de novos conhecimentos e no estabelecimento de estratégias produtivas alternativas a monoculturas, entre outras, a ambiência da matriz produtiva que caracteriza a região restringe a ação da equipe técnica na materialização de tais orientações. Nesse caso, a soja e a liberação do Crédito Custeio destinado ao seu financiamento, são elementos que determinam um campo restrito de ação da equipe. Neste contexto, os agricultores-assentados, como o caso do Sr. Pedro, que buscam desenvolver atividades produtivas diferentes à soja (podendo ser encarado como estando entre as prioridades do serviço de ATES devido àquelas orientações) são um público que neste tipo de ambiente possuem uma assessoria deficitária.

Afora os períodos de liberação de crédito, duas formas de relacionamento com os agricultores-assentados são realizadas prioritariamente. Uma delas é o atendimento de demandas específicas que chegam aos técnicos quando estes são procurados pelos agricultores-assentados, solicitando informações e soluções para problemas pontuais em seus lotes. O engenheiro agrônomo do assentamento descreve da seguinte forma essa situação:

---

<sup>16</sup> O nome é uma atribuição realizada pelo pesquisador, não corresponde com o nome verdadeiro.

Então, se o agricultor tiver uma demanda para trabalhar a questão da produção de milho para a silagem e ele vir até a equipe técnica e dizer que quer produzir milho para a silagem e ele precisa da tecnologia para essa produção... Se ele quer um processo de diversificação e quer saber qual é a melhor cultivar de batata-inglesa para plantar na área, a gente vai atrás e responde para ele. Agora, dizer que nós temos condições objetivas de estabelecer uma relação de assessorar ele mais de perto, não é verdade, aí a gente não consegue!.

A autonomia da equipe técnica nesse contexto é dar respostas pontuais às demandas também pontuais trazidas pelos assentados. Por mais que se possa considerar que surjam demandas vistas como “alternativas” à matriz produtiva regional, a tendência é que a ela fiquem restritas devido ao poder imanente que essa exerce dentro do assentamento. Em qualquer hipótese, a soja é que é financiada, majoritariamente, pelos recursos do PRONAF, e os técnicos “têm” que garantir sua viabilização. Processos de assessoramento “mais de perto” talvez o entrevistado esteja se referindo ao planejamento da produção individualizada em cada lote, como demandou aquele agricultor citado anteriormente a equipe não tem condições de realizar.

Contudo, durante os outros seis meses em que a equipe não está diretamente envolvida com a viabilização dos créditos do PRONAF, outras estratégias extensionistas são postas em ação. Ocorre a realização de espaços (reuniões, cursos ou oficinas) que procuram reunir um determinado número de agricultores-assentados para debaterem sobre um tema específico. Essa última era usada, prioritariamente, para desenvolver as atividades referentes ao Projeto Leite Sul e estimular a adoção da bovinocultura leiteira.

O Projeto Leite Sul tomou centralidade entre as ações dos técnicos da COPTEC depois que foi aprovado um convênio dessa prestadora de serviço com o INCRA, cuja meta inicial era de atingir em um ano 1.500 agricultores de três movimentos sociais do campo: MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), nos três estados do Sul. Entre outras coisas, o convênio previa a realização de 35 cursos de capacitação aos agricultores envolvidos, além de atividades de formação aos técnicos que trabalham com o serviço de ATES. Entre os objetivos do Projeto destacava-se a produção de leite à base de pasto através do estabelecimento dos chamados PRVs (Pastoreio Rotativo *Voisin*), com vistas à diminuição de custos intermediários da produção (MILKNET, 2005).<sup>17</sup>

Ainda, outro fator delimita o campo de ação da equipe técnica e suas influências nas definições produtivas. A forma de inserção da equipe

---

<sup>17</sup> Um PRV é um sistema de pastoreio em que se divide uma área em várias parcelas de terra, nas quais os animais são inseridos alternadamente. Esse sistema também pode ser chamado de “piqueteamento”.

técnica no assentamento Ceres, por ser local de residência, influencia na manutenção de uma pequena relação com os agricultores-assentados quanto se compara com outros assentamentos que são atendidos pela mesma equipe. Por mais que pareça um paradoxo, a moradia da equipe nesse assentamento diminui o contato com os agricultores-assentados, justamente porque a estada e a alimentação não se realizam nas casas destes; o contrário ocorre em outros assentamentos. Quando perguntado sobre a relação dos técnicos com as famílias, o engenheiro agrônomo declarou que:

Ali é difícil [no assentamento Ceres]: tu faz uma visita ou um atendimento, por exemplo, uma atividade técnica, tu sai 8h da manhã e volta ao meio dia. Não se cria um vínculo mais pessoal com os agricultores. Cria um vínculo simplesmente de uma prestadora de serviço. Que é diferente dos outros assentamentos, que tu faz as tuas refeições e dorme na casa do assentado [...].

Dessa forma, quando comparado com os outros assentamentos atendidos, o vínculo que é desenvolvido com as famílias torna-se pontual, relativo às visitas e às atividades. Nos outros assentamentos o técnico acompanha mais o dia-a-dia daqueles agricultores-assentados onde realiza as refeições ou permanece durante a noite. As discussões não se limitam aos temas pontuais relativos aos aspectos que foram solicitados, podendo haver uma interação mais holística entre conhecimentos internalizados por ambos os agentes. Além do mais, o fato de permanecer nas casas dos agricultores-assentados aproxima o técnico da comunidade devido à manutenção de outros vínculos que não apenas os de caráter técnico propriamente dito, estabelece ainda, relações de amizade que contribuem para diminuir as hierarquias sociais e construir relações de confiança.

No entanto, esse tipo de relacionamento mantido entre técnicos e agricultores-assentados dentro de um quadro de precariedade das condições de trabalho. Ou seja, ele ocorre por não haver condições materiais objetivas suficientes para realizar uma intervenção mais planejada. Não se deve às metodologias sócio-educativas que são prerrogativas do programa de ATES, mas das péssimas condições de trabalho a que as equipes estão submetidas. Neste contexto, podem ser levantadas dúvidas sobre a própria eficiência de uma assessoria técnica nessas condições, mesmo que venham a manter vínculos mais estreitos com as famílias desses assentamentos. Além do mais, em tal situação, a vida particular do extensionista tende a se anular no qual, vale a pergunta: qual técnico trabalha por muito tempo nessas condições? A resposta é dada pela alta rotatividade dos técnicos que trabalham no assentamento.

As interações entre técnicos e agricultores-assentados também dependem, portanto, da espacialidade que a equipe possui nesse ambiente, ou seja, se os técnicos moram ou não no assentamento e, em caso positivo, em quais condições. Isso leva a colocar em suspensão a crença de que os técnicos devem residir no assentamento onde prestam assessoria técnica.



O fato de residir no assentamento não contribui, necessariamente, para diminuir as hierarquias entre técnicos, direções e assentados, nem para o estabelecimento de processos produtivos alternativos. Outros fatores do campo social do assentamento influenciam nessas questões, como temos procurado demonstrar no decorrer deste artigo. A moradia ou não da equipe técnica em assentamento e a maior eficiência de uma configuração ou de outra ainda é uma questão em aberto de pesquisa, a qual deveria ter os estudos aprofundados.

Na relação mantida entre técnicos e agricultores-assentados por ocasião das reuniões, como aquelas para discutir o Projeto Leite Sul, vários aspectos aqui tratados emergiram. É importante assinalar que, tanto em suas falas e comportamentos e mesmo no trabalho dos lotes, os agricultores-assentados exteriorizam a constituição sociocultural que internalizaram em suas diferentes trajetórias sociais. O processo de socialização vivido em cada trajetória social constitui os saberes, conhecimentos e visão de mundo que, quando analisados em relação ao campo de poderes (vivido “no presente” das famílias) que estrutura possibilidades diversas de reprodução social, também tende a enquadrar os sonhos e projetos de futuro idealizados pelos indivíduos. Essas e outras questões serão abordadas na próxima seção.

## **7. SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TÉCNICOS E AGRICULTORES NO ASSENTAMENTO CERES**

O acompanhamento de reuniões, cursos e discussões promovidas pela equipe técnica do assentamento permitiu analisar as falas, os silêncios e os comportamentos dos agricultores-assentados, expressos nesses espaços ou mesmo, posteriormente, em seus lotes. Algumas vezes, a relação estabelecida com a assessoria técnica era “cifrada”, sutil, exposta mais por silêncios do que por falas; noutras, as falas irrompiam, quase que em nome do conjunto dos agricultores-assentados ali presentes, não somente em nome daquele que usava a palavra. As atividades acompanhadas dizem respeito àquelas relacionadas com o Projeto Leite Sul. Foi nas reuniões e cursos para a apresentação e avaliação desse projeto que ficou evidente uma postura reticente em adotar as técnicas e manejos sugeridos, apesar do interesse demonstrado pelos agricultores-assentados.

Nesse contexto, duas questões têm que ser consideradas: (a) as suas experiências anteriores ao entrar no assentamento e (b) a posição por eles ocupada enquanto possuidores de pequenos patrimônios produtivos, ou seja, pequenas parcelas de terra quando se analisa a inserção em cadeias produtivas como a da soja e do leite que constituem mercados oligopolizados. Dimensões analisadas a seguir.

Os agricultores sem-terra são indivíduos que não viveram as experiências da modernização da agricultura de forma positiva, senão pelo

contrário, em grande parte, foi esse processo que produziu o sem-terra. Foram eles ou a geração precedente que não teve condições de se adaptar a um mundo cujo aumento da produtividade do trabalho os impediu de permanecerem como produtores em pequenos patrimônios produtivos. Ou seja, foram eles ou seus pais que não resistiram à disseminação da economia de mercado e das inovações técnicas. Quando buscaram se adaptar ao processo de modernização, substituindo cultivos e investindo naquilo que a ideologia dominante e o mercado informavam, esses agricultores trilharam uma experiência traumatizante de perdas e fracassos sucessivos. Sejam eles que sofreram diretamente esse processo ou que viram outros agricultores passando por tais situações, esse sentimento tendeu a ser incorporado, o que é acionado quando defrontado com novas propostas.

Essa é uma posição social na estrutura da sociedade marcada pela instabilidade das formas de vida. Se for considerada a (a) subordinação indireta e estrutural ao capital, juntamente com a (b) debilidade de políticas públicas específicas, a posição social de pequeno agricultor e a de agricultor-assentado tendem a determinar uma realidade de vida muito instável. No primeiro caso, a subordinação indireta das formas sociais da agricultura familiar e sua situação de pequenos patrimônios produtivos na ordem competitiva capitalista imprimem uma situação estruturante de vivências em um espaço social *restringido e mutante*, como destaca Moreira (1999). No segundo caso por uma tendência histórica de marginalização desses setores sociais no escopo das políticas públicas estatais, apontado por analistas como Leite (1994), Medeiros e Leite (1999; 2004), Cordeiro et al. (2003), dentre outros. Quando analisada sócio-historicamente, essa marginalização funciona como instabilidade de vida, vivida por sua posição social. Essa instabilidade determinou a perda ou a impossibilidade de continuar fracionando a pequena propriedade familiar antes de participarem das *lutas* por um lote de terra. Ela está na origem da formação de um comportamento reticente frente às “aventuras” produtivas.

Gaiger (1994; 1999) argumenta que essa situação estrutural constitui os agricultores-assentados como herdeiros de um sistema sociocultural caracterizado como previdente, ou seja, desconfiado com agentes externos devido aos fracassos das “fórmulas” para promover o propalado desenvolvimento. Uma hipótese explicativa para tais comportamentos reticentes em adotar novas técnicas e manejos de produção em assentamento é de que isso provém de uma espécie de senso prático dos agricultores-assentados. Qualquer atividade ou tentativa de desenvolvimento de projetos, programas, entre outros, que forem propostos, tendem a ser vistos com desconfiança. Os eventos vivenciados no assentamento reativam essas referências.

Outro aspecto importante é a sua posição como possuidor de pequeno patrimônio produtivo no assentamento, de onde tem que tirar para a sobrevivência da família e a reposição das condições sociais e materiais de produção. Excetuando-se outras possíveis fontes de renda na economia

doméstica, um lote de terra de aproximadamente 14 ha é o único patrimônio produtivo de uma família de agricultores-assentados. Essa é sua posição de produtora e competidora no mercado pela renda da terra e lucro das mercadorias comercializadas. Se for considerada como uma produtora de *commodities* (soja ou leite, por exemplo), portanto, concorrendo em um mercado oligopolizado em que os preços dos produtos são definidos a partir das leis de oferta e procura no mercado internacional, seria prudente admitir que sua categoria de agricultores-assentados ocupe uma das posições mais frágeis entre os competidores devido à sua pequena escala de produção e pelo quase desprezível tamanho de seu patrimônio produtivo, se comparado com capitalistas produtores das mesmas *commodities*. Sendo “a ponta” mais fraca dessa estrutura social, são os que mais sofrem com pequenas modificações e acirramento das disputas entre os capitalistas pela fixação da renda da terra e lucros; significando instabilidade das condições materiais de vida.

As observações realizadas a campo sugerem que, de modo geral, o critério utilizado pelos agricultores-assentados no estabelecimento de novas e alternativas técnicas, cultivos e manejos torna-se o da referência empírica. Ou seja, o “novo” não é aceito até que se comprove que algum outro agricultor-assentado o esteja desenvolvendo e o habilitado a dar certo: “tem que ver pra crer”, como foi dito por um agricultor-assentado em uma reunião que se discutiam as técnicas e manejos do Pastoreio Racional *Voisin*. Dessa forma, não adotam de imediato novas técnicas e processos, não por que são motivados por uma postura conservadora ou por apego a uma possível tradição, mas porque suas trajetórias lhes apresentam motivos para constituir tal lógica de previdência. Tão logo lhes pareça que valha a pena encampar tais “novidades”, alçarão novamente os projetos de futuro que até então tenham sido negados pelas circunstâncias socioeconômicas. Esta postura pode ser encarada erroneamente pelos agentes de ATES, sem perceberem o complexo sistema que configura tais atitudes e comportamentos.

Possivelmente, essa é uma forma de reação modulada por um conjunto de experiências em suas trajetórias sociais marcadas por frustrações referentes a projetos e propostas nos quais acreditaram que poderiam ter tido progresso socioeconômico. Neste sentido, a declaração de um agricultor-assentado durante uma das reuniões que avaliava a equipe técnica e o Projeto Leite Sul, rompendo o silêncio que pairava sobre os participantes, foi reveladora de tal postura. Argumentando de que “não via resultado” dos trabalhos desenvolvidos pela “assistência técnica”, disse:

Não é isso que nós precisamos. Precisamos de planejamento da produção leiteira para ver se a gente se sustenta com o lote, produzindo leite. Temos que saber se vamos conseguir sustentar as vacas dentro do piqueteamento. Será que isso vai dar uma renda para a gente viver!?

É possível sugerir que ele “não via resultado” nos trabalhos da equipe técnica porque a apresentação de novas técnicas, manejos e possíveis sucessos proferidos nos cursos eram recebidos com desconfiança de sua real objetivação como fonte de renda econômica. A centralidade das questões sobre o desenvolvimento da bovinocultura leiteira não residia em incorporar conhecimentos técnicos acerca dessa produção, mas sim em saber se isso lhe proporcionaria condições de “se sustentar do lote produzindo leite”, ou então, “ter uma renda para viver”. A afirmação coloca em questão esta atividade produtiva a partir de uma noção de garantia e segurança na obtenção de condições necessárias para a reprodução socioeconômica daqueles agricultores-assentados que ali estavam dispostos a desenvolver a bovinocultura leiteira. A declaração de Sr. Pedro, citada anteriormente, também destacou a necessidade de realizar “planejamento do lote a curto, médio e longo prazo” com os técnicos do assentamento.

Dessa forma, priorizam uma busca por segurança nas atividades produtivas que venham a desenvolver. Esse comportamento também pode ser realçado tendo em vista que dos 21 agricultores-assentados que se inscreveram no Projeto Leite Sul como aqueles que desejavam desenvolver as orientações, apenas cinco as tinham levado a cabo quase um ano após o início do referido Projeto. Nesse sentido, como “tem que ver para crer”, revela-se um comportamento expressado pela maioria que, apesar do interesse, opta por esperar que algumas famílias desenvolvam tais manejos e técnicas para presenciarem, empiricamente, se aquelas experiências deram ou não certo, antes de se aventurarem pelos mesmos caminhos.

Ou seja, nem a COOPERVIDA, nem a equipe da COPTec logram constituir hegemonia em relação às orientações produtivas dos agricultores-assentados. Esta hegemonia pode ser configurada pela dinâmica produtiva regional e pelas influências de oscilações de preços das *commodities* e do controle da esfera financeira. Inseridas nesse contexto e sujeitas às possibilidades de reprodução social que esse campo de poderes estrutura, as diferenciações de estratégias produtivas entre os agricultores-assentados tendem a estar alicerçadas em suas distinções culturais (assim como familiares: número de integrantes, idade e sexo), haja vista a pequena influência daquelas cooperativas ligadas ao MST. O que resulta em um aumento da autonomia relativa individual para a construção de variações àquela hegemonia regional. Em outras palavras, se é o campo de poderes em que os agricultores-assentados estão inseridos relacionamente que delimita e conforma um campo de oportunidades aos indivíduos, a percepção e o acionamento de distintas oportunidades depende, em parte, das particularidades dos sistemas socioculturais dos agricultores-assentados, tendo influência nas diferenciações produtivas por estes desenvolvidas.

De acordo com Piccin e Moreira (2006) e Piccin (2007; 2011) a incorporação de inovações produtivas tem uma determinada relação com o conjunto de referências culturais adquiridas em trajetórias sociais passadas,

que se atualiza frente às circunstâncias vividas naqueles espaços de discussão técnica e que pode orientar um leque de variações de comportamento do tipo previdente. As particularidades de comportamento são um fator importante na montagem das estratégias produtivas, nas lógicas de ação subjacentes e na relação com a equipe técnica. Para muitos, a alternativa passa a ser o cultivo da soja ou o arrendamento do lote, conforme uma dinâmica da ambiência regional. Outros desenvolvem com fins comerciais, principalmente, a sojicultura e bovinocultura de leite. Alguns se arriscam com novas iniciativas comerciais e diversificam as fontes e obtenção monetária para além da soja e leite. Há, portanto, uma tendência de serem ressaltadas as sutilezas socioculturais inerentes às trajetórias sociais dos agricultores-assentados nesse espaço social.

Esses aspectos das trajetórias sociais e da posição social de produtor tendem a serem incorporados como sistemas socioculturais, que orientam e constituem a relação dos agricultores-assentados com os técnicos de ATES. Eles compõem um campo de poderes que também delimitam as ações das equipes técnicas.

Deste modo, é importante que os agentes de ATER e mesmo os pesquisadores tenham a habilidade de perceber os fatores da formação deste campo de poderes. Caso contrário, poderão, no primeiro caso, idealizar uma realidade que no futuro tende a se mostrar frustrante e, no segundo caso, depositar muitas expectativas sobre a atuação dos agentes de ATES como promotores do desenvolvimento nos assentamentos. Quem espera ou cobra determinados resultados, podem se equivocar. Pois os agentes de ATES compõem um campo de poderes assimétricos constituído e representado nos assentamentos rurais, como procuramos demonstrar durante neste artigo.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo analisaram-se os principais aspectos que formam um campo de poderes assimétricos de um conjunto de agenciamentos que instituem o assentamento enquanto espaço social. A equipe técnica é um dos agentes que o compõe, que tem sua autonomia, na complexa formação social do assentamento, delimitada pelos outros agentes e instituições diversas que aí interagem direta ou indiretamente. Esse campo de ação delimita as possibilidades e influências no assentamento, assim como, com relação às estratégias produtivas dos agricultores-assentados.

Este conjunto de situações que instituem o assentamento enquanto um espaço social de relações de poder e delimita a inserção da equipe técnica são principalmente: a) a institucionalidade estrutural do serviço de ATES; b) as dinâmicas das *lógicas do rolo* e da *empresa social*, sendo que a primeira tende a ser hegemônica sobre a segunda; c) a inserção do assentamento no contexto regional onde a soja é hegemônica produtivamente, o que denota a presença de agricultores vizinhos ao

assentamento, cooperativas e empresas que possuem uma legitimidade produtiva e cultural. Isso age internamente no assentamento e influencia fortemente as possibilidades de estratégias de reprodução social das famílias; d) O crédito agrícola e demais políticas públicas que são viabilizadas; e) a espacialidade da equipe técnica no assentamento, se aí reside ou não; e, f) as constituições socioculturais dos agricultores-assentados, ou seja, o conjunto de conhecimentos e valores, que se formam historicamente e são marcadas por situações de instabilidades de vida. As experiências formadas ou adquiridas pelos processos de socialização tendem a ser acionadas em assentamento, nas situações de produção de seus lotes e também no contato com as equipes técnicas.

Esse conjunto de elementos reduz as possibilidades de que a equipe técnica venha a impulsionar mudanças significativas, tanto com relação à metodologia de trabalho e orientação teórica do Programa de ATES, quanto aos processos de produção propriamente dita. Por outro lado, as equipes técnicas são condição *sine qua non* para que essas populações tenham acesso às políticas públicas e, nesse contexto, para afirmar os parcos direitos a quem, até pouco tempo atrás, não tinha. Arriscamos a afirmar que as equipes de ATES, neste contexto, funcionam como articuladoras de programas sociais para alívio da pobreza, não para que os indivíduos que dela se beneficiam possam se emancipar socialmente. Inerente à estrutura de funcionamento institucional da política de ATES parece haver uma ideologia que vê os agricultores-assentados não como indivíduos produtores e que podem e devem ter progresso econômico e social, mas que devem garantir apenas a subsistência. Aliás, essa ideologia atravessa o Estado brasileiro desde sua formação, a qual atribui aos pequenos agricultores um papel secundário nos processos de desenvolvimento econômico e social. Alguns setores da chamada agricultura familiar conseguiram romper com esse lugar social imposto pela sociedade brasileira por meio da mobilização social empreendida durante a década de 1990. Somente com mobilização é que os agricultores-assentados poderão buscar mais esse reconhecimento.

## 9. BIBLIOGRAFIA CITADA

ANJOS, E. G. **Coprasul: entre o idealizado e o vivido uma análise da prática cooperativa no MST**. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PGCS/FFCH/UFBa.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos Rurais: caminhos e desafios de pesquisa. In: ROMEIRO, A. et al. (Org's). **Reforma Agrária: produção emprego e renda – o relatório da FAO em debate**. Petrópolis: Vozes/IBASE/FAO, 1994, pp. 181-191.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 5° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Marco referencial para uma política nacional de assistência técnica e extensão rural**. 2ª versão. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2007.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAUME, D. J. **A tessitura do “assentamento de reforma agrária”: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder**. Campinas, 2002. Tese (Doutorado) - UNICAMP/IFCH.

CORDEIRO, Â.; SCHMITT, C. J.; AMANI, D. **Organizações Sociais Rurais Diante do Ajuste: o caso do Brasil**. Relatório preliminar do estudo encomendado pela FAO (América Latina) sobre o impacto do ajuste estrutural dos anos 90 sobre a dinâmica das organizações sociais do campo no Brasil. 2003. Disponível em: <[www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)> acesso em: 10 mar. 2006.

COSTA, A. L. Extensão Rural e Meio Ambiente. In: **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. Rio Grande, Vol 07, out./nov./dez. 2001, pp.01-25.

DIAS, M. M. A formação do engenheiro agrônomo como agente de promoção do desenvolvimento. In: **Revista Extensão Rural**. Ano XV, jan-jun 2008, pp. 53-68.

DIAS, M. M. Extensão Rural para Agricultores Assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATEs”. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 21, nº 3, set./dez. 2004, pp. 499-543.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; GARCIA, J. V. **Por que a “nova ater” não sai do papel? Uma análise da visão dos alunos do projeto residência agrária**. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER. Londrina, Pr, 2007.

DUARTE, L. M. G.; SILIPRANDI, E. A reconstrução da Extensão Rural Pública no Brasil: novas questões, velhos problemas. In: **Anais do VI Congresso da ALASRU**. Quito/Chile, 2006. Disponível em:

<[www.alasru.org/cdalasru2006/15%20GT%20Laura%20Maria%20Goulart%20Duarte,%20Emma%20Siliprandi.pdf](http://www.alasru.org/cdalasru2006/15%20GT%20Laura%20Maria%20Goulart%20Duarte,%20Emma%20Siliprandi.pdf)> Acessado em: 16 mai 2007.

FERRANTE, V. L. Diretrizes Políticas dos Mediadores: reflexões de pesquisas. In: MEDEIROS, L. et al. (Org's.) **Assentamentos Rurais: Uma visão Multidisciplinar**. São Paulo: USP, 1994.

GAIGER, L. I. As Condições Socioculturais do Engajamento no MST. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n° 13, out. 1999, pp. 70-92.

GAIGER, L. I. Cultura e Religião no Espaço Agrário do RS: uma visão Parcial. In: **Estudos Leopoldenses**. São Leopoldo, Vol. 30, n° 136, mar./abr. 1994, pp. 69-94.

GUANZIROLI, C.; BRUNO, R. A. L.; CABANILHA, I.; DIAS, M. M. **Assistência técnica para assentamentos rurais: análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER)**. Brasília, DF: MDA; FAO, 2003. 39 p. Relatório de Consultoria. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=261>>.

GUBERT, J. E.; BASSO, D. **Fortalecimento de Agricultores Familiares no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: análise diagnóstico de sistemas agrários - Jóia e Eugênio de Castro**. Ijuí: FIDENE/DEAg/UNIJUÍ, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. 2000. Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)> Acesso em: 10 fev. 2007.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Arquivo de Registros do Processo de Aquisição de Imóvel Rural (Granja Ceres)**. Porto Alegre, 1996.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): Manual Operacional**. Brasília, DF, 2008.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): Manual Operacional**. Brasília, DF, 2004.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Normativa Técnica n° 78**. 2008. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/legislacao/ne\\_78\\_2008.pdf](http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/legislacao/ne_78_2008.pdf)> Acesso em: 22 fev. 2009.



JACCOUD, M.; MAYER, R. A Observação Direta e a Pesquisa Qualitativa. In: VV. AA., Vários Autores. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 254-294.

LEITE, S. P. et al. **Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

LEITE, S. P. O Estudo dos Assentamentos Rurais e os Parâmetros da Ciência Econômica. In: ROMEIRO, A. et alii (Orgs.) **Reforma Agrária: produção, emprego e renda – O relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes; IBASE/FAO, 1994, pp. 202-215.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre / Rio de Janeiro: UFRGS / CPDA - UFRRJ, 1999.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. Marchas e Contra-Marchas na Política Agrária no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In: INESC (org). **A Era FHC e o Governo Lula: transição?** Brasília: Instituto de Estudos Sócio-econômicos, 2004.

MILKNET. Projeto Leite Sul Capacitará Agricultores na Produção Agroecológica: **Agricultores familiares e assentados de RS, SC e PR serão beneficiados, 24/10/2005. Disponível em: <www.milknet.com.br/noticias.php?id=2073> Acesso em: 20 fev. 2007.**

MOREIRA, R. J. A Constituição Originária da Ideologia de Subsistência. In: **Terra, Poder e Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 27-56.

MOREIRA, R. J. Agricultura Familiar e Sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das Técnicas. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, Vol. 8, 1997, pp. 51-69.

MOREIRA, R. J. **Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MOREIRA, R. J. **Natureza, Ciência e Saberes I: identidade social e técnico agropecuário**. Convênio CPDA/REDES – NEAD/INCRA. Curso de Atualização para os Técnicos da ATES. Texto apoio. Março, 2005. (mimeo).

NEVES, D. P. As Políticas Agrícolas e a Construção do Produtor Moderno: análise das representações dos técnicos agrícolas sobre os agricultores. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS, 1987, pp. 106-132.

PAULILO, M. I. Assentamentos de Reforma Agrária como Objeto de Estudo. In: ROMEIRO, A. et al. (Org's.). **Reforma Agrária: produção, emprego e**

**renda – O relatório da FAO em debate.** Rio de Janeiro: Vozes; IBASE/FAO, 1994. pp. 192-201.

PICCIN, M. B.; MOREIRA, R. J. A Agroecologia nas Trajetórias Sociais de Agricultores-assentados na Granja “menina dos olhos dos sem-terra”: o caso do Assentamento Ceres, RS. In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, Vol. 14, n° 2, out. 2006, p. 254-311.

PICCIN, M. B. **Lógicas Socioculturais e Estratégias Produtivas no assentamento menina dos olhos dos sem-terra.** Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado), CPDA/UFRRJ.

Piccin, M. B. **Habitus e Agricultores-assentados:** um estudo de caso a partir do assentamento “menina dos olhos dos sem terra”. Seropédica: EDUR, 2011.

PIMENTEL, V. C. **Assentamento é mais que um “projeto”:** assistência técnica nos assentamentos rurais. Rio de Janeiro 2007. Dissertação (Mestrado), CPDA/UFRRJ.

RÜCKERT, A. **Metamorfoses do Território: a agricultura trigo e soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCARIOT, A. **Identidade, Coesão e Desagregação Social na Trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata - COOPTAR.** Santa Maria, 2002. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), PPEX/UFSM.

SILVA, A. G.; ARAÚJO, J. P. O dilema da assessoria em assentamentos rurais: entre o ideal concebido e o real praticado. In: **Revista Extensão Rural.** Ano XV, jan-jun 2008, pp. 103-127.

## **ENTREVISTAS CITADAS**

1. Engenheiro Agrônomo do assentamento Ceres. Compôs a equipe técnica que assessora os agricultores-assentados dos assentamentos da região. Concedida em julho de 2006.
2. Sr. Pedro – Agricultor-assentado no Assentamento Ceres. Concedida em julho de 2006.

Trabalho recebido em 14 de abril de 2010;  
Trabalho aprovado em 07 de março de 2012;

## A INFORMALIDADE NA PRODUÇÃO DA CACHAÇA NO MUNICÍPIO DE RIO POMBA, MG

Maria Angélica Alves da Silva e Souza<sup>1</sup>  
Douglas Mansur da Silva<sup>2</sup>  
Maurício Novaes Souza<sup>3</sup>

### Resumo

É no contexto rural que se concentra a grande parte da produção de cachaça do Brasil. Entretanto, 85% dos produtores familiares trabalham na informalidade, na ilegalidade das interdependências da produção, nas redes sociais formada pelos atores familiares e na comercialização da cachaça. A realidade brasileira mostra que os produtores auferem renda inferior aos atravessadores da cachaça, principalmente por falta de informação sobre o mercado, por não agregarem valor ao produto, pela ausência de incentivos do Estado e pelo desconhecimento da força das redes sociais que existem nesta forma de produção agrícola. No entanto, o que se observou quanto aos produtores familiares da cachaça do Município de Rio Pomba, MG, é a presença da informalidade no que se refere à produção - não há contratos ou divisões de trabalhos, mas sim uma parceria entre familiares e vizinhos. Pode-se considerar informalidade em outros parâmetros, quando a informalidade é baseada na concepção do princípio da reciprocidade. Apesar da existência de rede social, por meio dos contatos próximos e distantes dos atores entrevistados, pôde-se observar que são desarticulados e se voltam exclusivamente para as suas produções, distribuições e ampliação de mercados consumidores. Não percebem a importância das parcerias com outros produtores, apesar de todos entenderem que é uma excelente oportunidade de geração de renda. Desta forma, mantém a tradição e a informalidade na produção e comercialização da cachaça.

---

<sup>1</sup> Pedagoga-área no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba – MG; Mestranda no Departamento de Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa, MG. E-mail: maria.angelica.ifsudestemg.edu.br.

<sup>2</sup> Bach. em Ciências Sociais. Doutor Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ. E-mail: douglas.mansur@ufv.br. Pós-Doctor Antropologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>3</sup> Engenheiro Agrônomo, Doutor DEA-UFV. Professor Titular Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba, MG. mauricios.novaes@ifsudestemg.edu.br.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, cachaça, informalidade, rede social.

## INFORMALITY IN THE PRODUCTION OF CACHAÇA IN THE CITY OF RIO POMBA, MG

### Abstract

It is in the rural context that concentra much of the production of cachaça in Brazil. However, 85% of family farmers working in the informal, the illegality of the interdependencies of production, social networks formed by family members and actors in the marketing of Brazilian cachaça. The reality shows that producers earn income below the middlemen of rum, mainly for lack of information on the market, not to add value to the product, lack of state incentives and the lack of strength of social networks that exist in this form of agricultural production. However, they observed about the family of rum producers in the city of Rio Pomba, MG, is the presence of informality in terms of production - no contracts or divisions of work, but a partnership between families and neighbors. It can be considered informality in other parameters, when informality is based on the concept of reciprocity. Despite the existence of social network, through the contacts close and distant actors interviewed, it was observed that are disjointed and turn exclusively for their production, distribution and expansion of consumer markets. They do not realize the importance of partnerships with other producers, despite all understand that it is an excellent opportunity to generate income. Thus, continues the tradition and informality in the production and sale of cachaça.

**Key-words:** cachaça, family agriculture, informality, social networks.

### 1. INTRODUÇÃO

*“Eu tenho muito medo das pessoas confundirem informalidade com imoralidade. Porque uma vez você está produzindo uma coisa informal quer dizer que você só não está recolhendo... mas está produzindo uma coisa de qualidade. Tem uma forma de produzir que é imoral porque o cara está produzindo e quer que os outros se dane, quer se vire o mundo” (Família Dorna - DP).*

A fala do produtor familiar da cachaça acima retratada nos possibilita a reflexão e o entendimento do receio e da insegurança do produtor familiar quanto ao tema abordado: a informalidade na produção da cachaça no município de Rio Pomba, MG. Para esse produtor, que mantém sua família e tem como fonte de renda exclusivamente a fabricação da

cachaça, percebe-se como se incomoda com a condição de estar sem o registro oficial de sua mercadoria e a importância que dá sobre a valorização de seu trabalho.

Para justificar tal questão, serão discutidas as teorias e as discussões observadas e coletadas no campo que tratam do tema em questão.

Na história do Brasil, a cachaça pode ser entendida como um produto rural, de modo de produção tradicional, desde a implantação dos plantios da cana-de-açúcar pelos portugueses, dos quais sucederam as implicações sociais de produção, comercialização e consumo (SILVA, 2008).

Hoje se percebe que a valorização cultural da cachaça passa por manifestações folclóricas e religiosas, nas diversas classes sociais, nos fatores econômicos, nos problemas sociais, representando, assim, um importante processo na construção da sociedade do Brasil. Desta forma, pode ser compreendida como um processo social em sua evolução histórica: nos dias atuais, está presente nos bares e restaurantes, tanto no espaço rural como no urbano.

Atualmente, a cachaça é produzida de forma industrial e artesanal. Segundo Campelo (2002), 85% dos produtores de cachaça mineiros trabalham na informalidade e na ilegalidade; ou seja, não possuem registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Desta forma, percebe-se a dificuldade dos produtores de cachaça em acompanhar as exigências de certificação e adequarem-se às normas e às legislações exigidas para a sua comercialização. Em parte tal fato se dá pelo número reduzido de políticas públicas e pelas insuficiências e ineficiências da assistência técnica, o que permite a entrada de atravessadores no processo de comercialização e provoca a redução do lucro dos produtores.

Recentemente, tem-se observado o incentivo concedido à agricultura familiar como política pública, que tem como proposta a consolidação da agricultura familiar como categoria, no reconhecimento dos sujeitos sociais rurais e em relação ao Estado. Entretanto, para Romano e Delgado (2002), será necessário ajustar as políticas públicas à realidade da agricultura familiar, viabilizar a infraestrutura rural e fortalecer o acesso de suas organizações ao mercado. Ou seja, o objetivo de programas com esse cunho deverão ser o de promover o desenvolvimento sustentável do campo pelos agricultores familiares, tendo o apoio para o aumento produtivo, geração de emprego e renda, melhoria da qualidade do emprego e de vida das famílias.

Contudo, há de se perceber a importância da compreensão da informalidade na produção de cachaça, creditando aos pequenos agricultores possibilidades de explorarem os atuais incentivos, motivados por bons preços praticados no mercado pela garrafa da boa cachaça. Uma forma utilizada visando agregação de valor ao produto, por exemplo, são os certificados de qualidade e os socioambientais, como o orgânico e, ou, de indicação geográfica. A cachaça produzida em Paraty, no Estado do Rio de

Janeiro, foi a primeira a conseguir o certificado de indicação geográfica como denominação de origem (Silva, 2008).

Observa-se, no entanto, que o estímulo aos produtores da cachaça dar-se-á a partir da possibilidade da visualização prática do uso adequado das leis e das redes implicadas na produção e na comercialização, atentando para o fato das forças das associações e pela forma da assistência técnica junto aos produtores. Percebe-se que a capacitação dos produtores e o acompanhamento da assistência técnica são fatores primordiais para o processo sustentável da produção, comercialização e consumo da cachaça.

Barnes (1987), em uma visão metodológica das redes sociais, entende que a política nacional se dá no funcionamento das instituições sociais em seus processos políticos. Esses processos se manifestam nos “níveis mais baixos, ou de nível local, ocorrem dentro de instituições que preenchem muitas funções que não são políticas”. Podem-se observar as noções de políticas nos meios acadêmicos, no esporte, na igreja e outras; ou seja, onde indivíduos e, ou, grupos encontram objetivos comuns para construir ações coletivas. Desta forma, entendem-se as redes formadas por indivíduos em sociedade, interligados por laços sociais geradas nos conflitos entre os atores envolvidos em um processo determinado.

Percebe-se, assim, a necessidade de se entender a informalidade que se dá nas interdependências da produção, nas redes sociais dos atores familiares, na produção e na comercialização da cachaça pelos produtores familiares que fabricam a bebida.

## 2. MÉTODO

No presente trabalho se buscou entender:

- Quais as relações que se dão por meio de uma possível/suposta afirmação da tradição e da geração de renda;
- Como se dá a informalidade na produção da cachaça;
- Como se estabelecem as redes sociais e quais suas implicações na informalidade da produção e comercialização da cachaça; e
- Quais são as exigências dos órgãos responsáveis pela legalização da cachaça e será que estas dificultam a busca da formalidade do mercado e estimulam a retração dos agricultores familiares na fabricação da bebida.

Para tanto, foi utilizado para embasar a pesquisa, como trabalho de campo, entrevistas e observação participante com os produtores de cachaça do município de Rio Pomba. A entrevista veio trazer fatos relevantes para a compreensão da “Informalidade e das Redes Sociais” junto a esses produtores.

Considerou-se para as análises de conteúdos as propostas de Minayo (2007). A autora considera dois aspectos fundamentais para o trabalho de campo da pesquisa qualitativa:

a) as análises e interpretação dos dados ocorrem durante todo o processo; e

b) pode ocorrer em pesquisa qualitativa, que ao chegar à fase de interpretação de sentidos, possa ter necessidade de retornar às fases anteriores.

Neste sentido, buscaram-se, neste estudo, as teorias conceituadas quanto a um estudo de campo detalhado e aprofundado em seus dados e nas categorias apresentadas por meio das entrevistas. Foram descritos e analisados os processos formais e informais existentes da produção de cachaça dos agricultores familiares do município de Rio Pomba.

Este trabalho se pautou em entrevista exploratória realizada, além dos produtores de cachaça, com os funcionários do Sindicato Rural de Rio Pomba; da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – (EMATER)<sup>3</sup>, e do Instituto Mineiro de Agropecuária de Rio Pomba (IMA). Além desses, comerciantes de bares da cidade; e sujeitos que surgiram no decorrer das entrevistas, dentre eles uma comerciante e produtora de cachaça de Juiz de Fora, a qual auxiliou nos entendimentos associativo e cooperativo. Assim, foi-se montando a rede social dos indivíduos envolvidos no processo de produção da cachaça.

### 3. RESULTADOS

Dada a complexidade das atividades rurais, dentre elas a produção da cachaça, quando se trata da informalidade, percebe-se a necessidade de se entender as formas de relações e interrelações construídas neste contexto - o rural. Para tanto, devem-se considerar o mercado, as práticas produtivas, os saberes e, fundamentalmente, as interligações sociais e tradicionais estabelecidas nas famílias produtoras da cachaça, considerando as heterogeneidade cultural, social e econômica das famílias envolvidas e observadas no presente trabalho.

---

<sup>3</sup> No intuito de elaborar um texto que não cause constrangimento ou malefícios aos entrevistados, mesmo com todo o cuidado junto ao comitê de ética, a entrevistadora teve o cuidado de preservar os nomes reais dos sujeitos envolvidos nas entrevistas. Utilizou-se, para identificação, algumas letras, especificadas da seguinte forma: entrevistados - família Moenda: MP (Moenda/Proprietário), MF (Moenda/Filho), MN (Moenda/Neta), ME (Moenda/Esposa), MN (Moenda/Nora); família Dorna: DP (Dorna/Proprietário), DE (Dorna/Esposa); família Tonel: TP (Tonel/ex-proprietário), TE (Tonel/Esposa); TI (Tonel/Irmã); família Capelo: CP (Capelo/proprietária); instituições: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) IE1 e IE2, Sindicato Rural de Rio Pomba: ISR; Instituto Mineiro de Agropecuária de Rio Pomba: IMA - II; colaborador: antigo proprietário de alambique, hoje desativado (PB); comércio: C1, C2 e C3.

### 3.1. Informalidade e formalidade

Discute-se no Brasil, desde 1990, questões relacionadas à informalidade. Vem sendo considerada uma forma de flexibilização e aponta um problema quando se depara com padrões mínimos legais, não se formando um consenso dentro da ambiguidade formal/informal. Neste sentido, Noronha (2003) descreve que *informalidade* deve ser entendida quando comparado com *formalidade*, por meio da realidade existente em cada país e período, por meio de um contrato formal que rege neste local, município, região ou País.

Cunha (2006:220) descreve que o par de termos formalidade e informalidade, em sua forma prática, estão em conformidade quando são para compreender as perspectivas produtivas e contemporâneas para uma análise econômica ou política: “são modalidades que se jogam na confluência tensa entre, por um lado, a ação dos indivíduos na procura desse recurso e, por outro, a regulação de relações sociais por parte do Estado”. Esta dicotomia pode ser observada em algumas famílias entrevistadas quando estas se manifestavam:

*“... para tentar registrar a cachaça e fazer parte da associação, meu avô já teve a cachaça registrada... fazia parte a certificação... depois deu baixa na firma... pois o rigor para registrar é muito grande, porque eles vão consertar uma coisinha e não registra, vai e volta... e não registra... meu pai diz que a maior bobeira foi dar baixa na firma da cachaça”.*  
(Família Moenda – MN);

*“O problema da informalidade, hoje para o governo, a cachaça é considerada droga, cachaça é droga, o cigarro... tudo que tem álcool os imposto são altíssimo... sabe aquele selinho que vem em cima... a gente compra na Receita Federal... pela receita, como sou registrada tudo direitinho... sou registrada no ministério da agricultura, tudo direitinho...”.*  
(Família Capelo – CP).

As palavras transcritas dos entrevistados da Família Moenda (a neta) e da Família Capelo (a proprietária), nos proporcionaram uma constatação da teoria. A primeira nos demonstra a preocupação da família em estar regularizada junto aos órgãos certificadores, visando atender às exigências legais, mas que, às vezes, fica quase impossível para o produtor se adequar a todas as burocracias existentes, que acabam por abandonar e ficar na informalidade. Já a segunda fala, nos mostra a dificuldade da formalidade da cachaça, por esta ser considerada uma droga lícita, seu enquadramento para impostos são “pesados” em relação ao produto produzido; contudo, deixa clara a importância de estar registrada.

Neste mesmo sentido, um documento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2003), segundo Carneiro e Henley (2002) *apud* Arbache (2003), descreve que a informalidade seria uma continuação do setor formal, não acontecendo segmentação no mercado. Dessa forma,



a informalidade se daria com a presença do indivíduo nas condições do trabalho flexível informal e nos altos custos dos contratos dos trabalhos formais, causando, desta forma, uma redução da pobreza e a inclusão de trabalhadores ao mercado.

*“O registro indica que você está na formalidade.. tenho que pagar a tampa... pago o ICMS... imposto cascata. Tenho que tirar o custo da cachaça, tampa, rótulo e contra rótulo tudo eu pago ICMS. O microempresário não paga imposto, quem paga sou eu ele me joga isso se eu preciso daquilo eu compro (imposto em cascata); (Família Capelo – CP);*

*“... para você registrar... o custo mesmo é de uma grande empresa... o dia que pedi o registro no MAPA, e essa firma não pode ser microempresa, um pôs a cachaça como produto industrial porque ela tem IPI... como você vai montar uma firma e ter um técnico de química como responsável... no frigar dos ovos você tem que contar com o que sobra... é muita despesa... está ficando fora do limite... um pequeno produtor vai ter que largar” (Família Dorna - DP).*

Ao continuar com a fala dos entrevistados, pode-se considerar que seria interessante o que propõe a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em relação a não segmentação do mercado, para que o sujeito se inseria no trabalho flexível formal. No entanto, na fala dos entrevistados, percebe-se que na produção da cachaça se pagam impostos altos e em cascata, sendo que na maioria das vezes o produtor tem que se adequar às condições impostas pelo mercado, pois necessita da mercadoria comprada para continuar sua produção. Mesmo na segunda fala, pôde-se verificar como os encargos são excessivos, o produto é sobretaxado deixando o pequeno produtor sem opção.

Entende-se por trabalho formal no país, sob a perspectiva jurídica, aqueles em que os trabalhadores têm acesso à carteira de trabalho assinada. Noronha (2003) descreve que as referências contratuais da informalidade são avaliadas como ilegais, como os trabalhos familiares ou estatuto legal que está sempre em disputa, citando como exemplo as cooperativas ou contratos de terceirizados, considerando a informalidade um fato linear, mensurável e objetivo. Pondera o autor que o conceito de informalidade deve ser discutido de forma da diversidade de tipos contratuais e suas formas de classificação. Segundo esse mesmo autor, o contrato tem na economia uma conotação de eficiência, no direito de reconhecimentos legais e nos contratos populares sendo compreendidos como justos.

Das famílias entrevistadas, três não possuem registro; ou seja, certificação junto aos órgãos reguladores que é o Ministério da Agricultura e Pesquisa Agropecuária (MAPA) e a Receita Federal. Somente a Família Capelo, que é de outro município (Juiz de Fora), encontra-se dentro das exigências descritas nas formas das Leis e exigência legal dos produtores

da cachaça. Igualmente, tem algumas restrições que não é acatada pela produtora “Capelo”.

*“Reguladores são o MAPA e a Receita Federal... não é microempresa... cachaça não é micro... mandam o sindicato do alimento, do comércio... “chega” quatro sindicatos para eu pagar... PAGO NÃO... pago meio salário mínimo para um técnico químico... tenho que interar do meu bolso.. “Tenho um monte de amigos que saíram da associação e estão na informalidade...” (Família Capelo – CP);*

*“Não faço cachaça, eu faço o que sei fazer, se não concentrar não faço nada, tenho medo de ter problemas, tenho que ser profissional no que estou fazendo” (Família Dorna - DP).*

Observa-se na fala do produtor da Família Dorna, que apesar de se sentir “profissional” no que produz, encontra-se receoso quanto ao futuro sem ter a legalização formal.

Em Cunha (2006), a separação do estatuto legal dos produtos se torna impertinentes quando não se tem uma compreensão dos fenômenos sociais. Tem de se considerar a abrangência histórica e cultural dos sujeitos, e recusar a ideia dos diferentes estatutos entre as várias formas de comércio ilegal, estando relacionadas, em sua maioria, com a vida social e com as práticas culturais.

Estão explícitas nas falas dos entrevistados que seguirão, as relações entre as práticas dos produtores e compradores da cachaça. Estes se mostram informais na forma de comercializar, quando os compradores não se preocupam com a qualidade do produto que irão vender e os fabricantes não têm o cuidado com uma embalagem adequada ou o registro. No entanto, as famílias, isoladamente, comercializam seus produtos em feiras populares como forma possível de gerar renda e divulgação de seu produto. O modo sincero e livre de comentar o fato, pelos produtores, nos leva a perceber que são formas normais e corriqueiras em suas práticas comerciais e culturais.

*“... principalmente vende mais no restaurante, vende em garrafão “pet” e litro, depende que as pessoas encomendam... lá tem uma quantidade que dá para engarrafar em garrafa “pet” na minha mãe... meu pai em cada 3 em 3 dias leva para Rio Pomba, restaurante, os comerciantes preferem “comprar” mais barata, tem amigos do meu pai que compra para beber do meu pai, mas para vender, “compra” outras mais baratas” (Família Moenda – MN);*

*“Aqui a gente produz um pouquinho de fumo... a gente trabalha na feira de produtos naturais em Juiz Fora... saímos às 2 da manhã e chegamos às 6 da noite... levo doce de leite, de frutas, a cachaça... até quando não tiver uma pessoa lá olhar isso e me tomar ela”. (Família Moenda – MP);*

*“Não tinha função determinada se tivesse folgado... fazia a parte da cana... na hora de fazer cachaça também... aonde precisava a turma a gente ia... não tinha divisão de dinheiro... na época forte, todo dinheiro que sobrava estava lá... pegava a quantidade que precisava e estava lá... na época em que plantava horta era mais difícil... depois começou acumular muito serviço, “né”?” (Família Tonel - TP).*

Percebe-se, também, as informalidades em relação a outros produtos e aos riscos quanto ao controle da vigilância. As formas informais na produção e distribuição de renda, o que sugere é que todos são um, mas há de se considerar que quando os membros da “Família Tonel” começaram a se casar, houve uma grande mudança e ruptura familiar.

Em artigo intitulado “Diagnóstico da Produção de Cachaça na Região de Orizona, Estado de Goiás, Brasil”, Caliari *et al.* (2009) descrevem que em dezesseis (16) alambiques existentes no município de Orizona, 76% são mão-de-obra familiar e por colaboradores nas safras, com somente 28% de trabalhadores permanentes. Ou seja, proporciona empregos diretos e temporários, sem trabalhadores especializados. Esse mesmo autor assinala que a dificuldade da produção da cachaça neste local, dá-se no mercado, no conhecimento da tecnologia, na mão-de-obra e na falta de recursos para a produção. Constata-se, desta forma, a informalidade existente nesta produção, mas a grande rede que se forma para a produção deste produto - a cachaça.

As falas dos produtores de cachaça de Rio Pomba vieram de encontro com os mesmos desafios enfrentados pelos produtores da Região de Orizona/GO:

*“Eu acho que a certificação hoje é o mínimo possível. Se o produtor conseguir um pouquinho... o produtor é um empresário que gosta do que faz... só que ele é um pouco engessado... ele não tem estrada, ele tem pouco estudo, ele tem muito medo de sair e não dar certo... de uma coisa de fazer e não funcionar a certificação. É o mínimo possível, o produtor hoje é um empresário que gosta do que faz” (Família Dorna - DP);*

*“... Aqui tem muita luta, muita garra... eu dizia a MP... não faça mais cachaça... mas trocava o dinheiro por medicamento... minha irmã dizia sempre para parar desta porcaria. Mas o pai dele fez, o MF já está fazendo... mas é muita luta... Se não é a garra da família não vai não... nós que já estamos com 50 anos” (Família Moenda – ME);*

*“Antônio Viera, meu avô, passou para o meu pai... a data é de 1893, esse alambique foi fabricado, antes dele tinha outro... ele é outro do mesmo tamanho, do mesmo sistema o que era, sem perder o que era, sem perder a origem. Antigamente o engenho era movido com cavalo... De 52 para cá, meu pai passou os animais para a roda d'água... a gente sempre faz um pouquinho da cachaça... Recentemente veio a... a... EMATER... com a ideia de cooperativa” (Família Moenda – MP).*

Constata-se, desta forma, que os produtores, tanto de Goiás quanto de Minas Gerais, mais especificamente os do Município de Rio Pomba, têm séria dificuldade em conseguir pessoas com conhecimento no processo da produção. De uma forma bem marcante, como os produtores de cachaça das cidades citadas carregam o caráter tradicional, e como as transformações são lentas. Não que os entrevistados tenham se mostrado contra as tecnologias, pelo contrário, mas também não se adéquam o suficiente para buscar novos modelos de produções e formas diferenciadas de distribuição do produto cachaça.

Neste mesmo sentido, o Conselho Estadual de Política Agrícola (CEPA) e a Câmara Técnica de Cachaça de Alambique, elaboram um Plano Setorial da Cachaça de Alambique (2008) que trata da informalidade da cachaça como uma atividade secundária nas propriedades mineiras. Dos duzentos e trinta (230) milhões de litros produzidos nos alambiques mineiros, cem (100) milhões se encontram nas produções informais, gerando perdas para todos os envolvidos nesta atividade. No entanto, dentre as propostas de desenvolvimento do setor de produção da cachaça, a CEPA sugere que se deve realizar um diagnóstico “Enfoque Sistemático do Produto” (grifo do autor). Este enfoque propõe um “planejamento integrado da cadeia produtiva da cachaça, que é uma metodologia participativa, aplicável para a formulação de políticas e estratégias competitivas com o objetivo de promover o desenvolvimento” (*ibidem*).

Na perspectiva da relação de trabalho e da informalidade, de acordo com Lelis (2011), em “Territórios da informalidade: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa-MG”, para compreender as atividades informais, especialmente em espaços urbanos, há de se considerar “comércio informal, o perfil dos atores e as relações sócio-espaciais construídas no seu cotidiano”. Conclui que se devem conhecer as novas formas de organização do trabalho existentes no País.

Para essa mesma autora, os entendimentos sobre a informalidade gira em torno das novas e velhas concepções, compreendidas nas perspectivas de duas teorias: a) por meio da visão economicista, sendo determinadas nas ações dos sujeitos e de forma desigual; ou seja, trabalhadores que não estão no mercado formal da economia; b) sob o entendimento da informalidade na interligação dos sujeitos em suas relações sociais por meio do processo constituído nas atividades desenvolvidas, não visando somente o econômico, mas todas as formas culturais estabelecidas nestas interações, sendo essa uma corrente relacional, onde o individual e o coletivo estão além da estrutura social.

a) *“Rio Pomba e outros da Zona da Mata... eu queria pegar o produtor informal... porque ele não deixava eu vender... quem vai comprar minha cachaça seria uma cooperativa da Zona da Mata... vou ser presidente na abertura, daqui a 2 anos a gente muda”* (Família Capelo – CP);

b) *“... tudo é produzido na fazenda... às vezes a cana a gente colhe de vizinhos... tem um canavial... às vezes um vizinho oferece uma cana, troca em produtos... a produção da cachaça ele acompanha”.* (Família Moenda – MF);

b) *“... é a mão-de-obra hoje aqui e o único jeito foi manter uma cozinha forte... todo mundo almoça, todo mundo janta, todo mundo toma café da manhã, é o único diferencial dos vizinhos todos é uma cozinha forte... ela não deixa cozinha parada hora nenhuma... a gente vai desenvolvendo... a gente vai se adaptando a cada região, né?”* (Família Dorna - DP).

Considerando a especificidade de cada localidade, perceberam-se nos produtores de cachaça do município pesquisado, casos semelhantes aos relatados pelos autores citados nas relações do mercado. Contudo, fica presente nas falas, a dificuldade de se reunirem enquanto produtores comuns de um produto, mantendo-se isolados em suas fabricações e em seus “domínios locais”, contanto sempre com os familiares diretos e com os vizinhos mais próximos.

Neste mesmo sentido, Wanderley (2002) ao se referir às coordenações informais e formais em um enfoque na Sociologia Econômica, pondera que o mercado está formado por indivíduos que produzem bens e serviços de maneira interdependentes; no entanto, estas formas são baseadas em arranjos e princípios que orientam as atividades, e se propõem dicotômicas:

(...) relaciona os mecanismos informais de coordenação a acordos implícitos ou conhecimento tácito e regras não escritas em oposição à coordenação formal com base em regras explícitas de coordenação (Wanderley, 2002:30).

Desta forma, a autora compreende que um dos aspectos principais da informalidade se dá na “confiança”, ao contrário das estabelecidas nos contratos escritos e formais das coordenações informal/formal. No entanto, a confiança se percebe nas normas sociais de obrigação e cooperação vivenciadas nas interligações entre os indivíduos, destacando destas relações as de oportunismo. “Confiança é um tipo de acordo tácito que está presente em um contexto social específico e que se transforma na base da coordenação das transações econômicas” (Wanderley, 2002:30).

Uma das categorias observadas entre as famílias entrevistadas foi a do “Conflito” e, por meio dela, a discussão de confiança/desconfiança. Quando se tratava do assunto associação ou cooperativismo as falas giravam da seguinte forma:

*“... Troca de favores o tempo todo... minha casa funciona como uma prefeitura aqui em volta. E na seca eles me ajudam... Em volta, tudo que tem que resolver vem aqui...”* (Família Dorna – DP). (Obs.: falando da relação entre vizinhos);

*“Lá toda vida era assim... eu era o administrador... mas eu combinava tudo... ninguém me questionava... ninguém teve*

*reclamação do tempo que trabalhei lá... se sobrasse dinheiro tinha de fazer as despesas tudo... aí tinha que trabalhar muito para dar conta..." (Família Tonel - TP). (Obs.: Falando dos irmãos, da mesma família);*

*"Olha... o meu sistema é o seguinte... a cooperativa não tem dinheiro... então compra um de mil... na hora que vai lá tira três amostras... a gente vai analisar... eu não bebo, se todas tiver no mesmo padrão, aí a gente junta... a minha eu analiso duas vezes no CESAMA (na UFJF)... você acha que eles acham que está ajudando? Acham que está aborrecendo... eu vendo assim ... por que vou mudar? A minha é a melhor do mundo... mas o mercado é máfia... mas se passar a funcionar assim... todas vão ser boa... não sou egoísta de falar que só a minha é boa... se todos se respeitasse... (Família Capelo - CP). (Obs.: Falando das desconfianças entre produtores).*

Observam-se, nas questões acima levantadas, as relações de confiança/desconfiança nas famílias entrevistadas. Observou-se que, quando falavam de sua família consanguínea, não havia desconfiança - eles se juntavam e participavam da mesma ideia. No entanto, quando era para delegar alguma responsabilidade ou direção conjunta a outros que não fossem de sua família, havia desacordos: seja nos assuntos ligados à cooperativa, à distribuição, as técnicas dos outros, e até mesmo sobre assuntos banais.

Desta forma, fica uma observação importante com relação à dificuldade dos produtores de cachaça entrevistados, quanto à participação e à implantação de associação ou a formação de uma cooperativa. Este assunto leva a uma história acontecida entre os produtores de cachaça de Rio Pomba e da Zona da Mata.

Em tempos passados, houve a iniciativa de uma produtora da cachaça de Juiz de Fora (pertencente à Família Capelo), a intenção de agrupar os produtores de cachaça da Região da Zona da Mata para instituírem uma Cooperativa. Nas falas acima transcritas, pôde-se perceber que as desconfianças existentes nas transações foram o fator limitante para a organização dos produtores e a formação de uma cooperativa, sendo mais um dos fortes argumentos para a perpetuação da informalidade dos produtores de cachaça de Rio Pomba.

Essa percepção se dá por considerar os produtores de Rio Pomba como tradicionais em suas ações; ou seja, com receios de mudanças e sobrevalorizações de sua produção. Tal fato os leva a pensar em uma perda de identidade de seus produtos, "*Pegar a cachaça do outro você perde a identidade...*" (Família Dorna - DP)... caso esses fossem "misturados" a de outros produtores. Pôde-se perceber por intermédio da seguinte fala:

*"A gente tinha uma pessoa da associação fora do comum... já tinha a clientela dela... ela vai preocupar com a cooperativa que não vai fazer um produto da qualidade dela (falando da CP - Família Capelo)... vender um produto mais barato*

*(desconfiança)... mesclado de produto de um... lá se vende um "blend"... todo mundo vai misturar..." (Família Dorna – DP);*

*"Não tenho a preocupação para quem deixar, mas tenho a preocupação do engenho funcionar bem, tem que aproveitar o que tem na mão" (Família Dorna – DP).*

*"Agregar os produtores na microrregião – "uns 20 produtores", vamos cair na dificuldade de Juiz de Fora (...) ficamos combinados de fazer um "blend"... Ficamos combinados de criar um e é a desconfiança do produtor. Vamos cair na desconfiança dos produtores... Lá na cooperativa ficou de pagar, uns podiam outros diziam que não podia (...) Se fosse uma coisa que se eu fizesse 2 litros de cachaça de acordo com os ministérios, mas uns fazem e outros não e acaba atrapalhando a de todos (...) A opção seria fazer a análise na entrega da cachaça e cada um receberia pela acidez da cachaça. Considerando que cada cachaça seria diferente da outra. Gerou desconfiança. A CP (Família Capelo – CP) tinha a cachaça dela registrada, agora com a Lei Seca, ela não está vendendo cachaça, até pensei em terceirizar com ela, isso topo fazer com qualquer um, sem ter a engarrafadora (Família Moenda - MF);*

*"A gente leva uma vida sadia, a gente é dono da vida da gente, se precisar sair a gente compensa depois e assim a gente vai levando..." (Família Moenda - MP).*

Deste modo, apesar de observada nitidamente a informalidade no processo produtivo e de comercialização, ficou perceptível nas falas, a rede formada entre os produtores da cachaça de Rio Pomba - Família Moenda e Dorna (MP e DP), com a produtora de cachaça CP (Família Capelo).

### 3.2. Redes sociais e suas relações formais e, ou, informais

*"... quem ficava no alambique sempre foi meu pai meu tio, meu avô, agora só o meu pai quem fica no alambique também (Família Moenda – MN);*

*... quando eu era menor era o Antenor (meeiro)... Era meeiro do meu avô... até morava lá dentro de casa com a gente (Família Moenda – MN);*

*"hoje tenho gasto muito alto para vender só a minha" (Família Dorna - DP).*

Nos estudos de redes sociais, foi observada sua importância na formalidade e na informalidade. Ibarra *apud* Souza (2006) relata que os estudos organizacionais diferenciam rede formal e informal: a rede formal se compõe nas relações entre chefes e subordinados nas organizações; já na rede informal, os relacionamentos se baseiam nos interesses comuns das relações pessoais e profissionais, proporcionando aos indivíduos destas integrações das redes, maior possibilidade de construção de conhecimentos.

*“... todos participavam do processo... a gente trabalhava tudo junto... alguns por fora que não quis fazer parte... uns 20 a 25 anos... na década de 80... de 70... todo mundo solteiro... todo trabalho de família grande era pouco... a gente fazia” (Família Tonel - TP) (Obs.: Família Tonel, sobre o início do alambique).*

Entende-se, no entanto, a importância das relações constantes que se estabelecem por meio das redes sociais, onde os indivíduos podem construir sentimentos, contratos sociais e comerciais.

*“O meu engenho foi tirado no PRONAF... valeu à pena... depois que pagar esse... o engenho era antigo... agora preciso trocar a camionete... o PRONAF é fora do comum, mas é muito pequeno... qualquer material é caro... consigo o material em Visconde de Rio Branco... agora preciso de uma máquina de cortar cana para quem tem área plana, pois sou muito dependente dos meus vizinhos...” (Família Dorna - DP).*

Os conceitos de redes sociais são compreendidos nas ideias formuladas a partir do Século XX, tornando-se tema importante nas Ciências Sociais. Castells (1999), sociólogo, trouxe em seu livro “A sociedade em rede”, estudos sobre a informação, considerando aspectos sociais, culturais e econômicos em um mundo em transformação. Na Antropologia, o conceito de redes adquire uma concepção de processo, para se entender as interligações locais das ações dos indivíduos.

Durante a segunda metade do século XX, o conceito de rede social tornou-se central da teoria sociológica e deu asa a inúmeras discussões a existência de um novo paradigma nas ciências sociais. No decorrer da última década, a sociologia das redes sociais se constituiu como um domínio específico do conhecimento e institucionalizou-se progressivamente (Portugal, 2007:3).

*“Acho que hoje a gente estava precisando um órgão que pudesse agrupar os fabricantes de cachaça. Colocar um produto na praça você tem que ter a capacidade de atender o cliente” (Família Dorna – DP);*

*“Os funcionários diminuiram...” (Família Dorna – DP).*

Barnes (1987) conceitua rede social como um processo, sendo uma das atividades da Antropologia Social nas análises e na descrição que estão além dos grupos e das categorias formadas no meio social. Explica que a rede social auxilia na visualização da liderança e dos liderados do grupo ao qual pertence.

A noção de rede social está sendo desenvolvida na Antropologia Social tendo em vista a análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transcendem os limites de grupos e categorias. As conexões interpessoais que surgem a partir da afiliação a um grupo



fazem parte da rede social total tanto quanto aquelas que vinculam pessoas de grupos diferentes (Barnes, 1987).

Para Bott (1976), ao conceituar redes sociais, trouxe uma percepção do tema para analisar a “Família e rede social”, tendo como objetivo compreensão e a organização psicológica e social de algumas famílias urbanas. Segundo a autora, “Família” é entendida para o seu trabalho como “família elementar”, composta pelo marido, esposa e filhos.

Em prefácio escrito, sobre o livro da autora Bott por Gluckman (1970:14), pondera que ao trabalhar os dados coletados com as famílias pesquisadas, perceberam-se variações nos papéis dos casais, e estes papéis estavam relacionados ao meio social das famílias. O meio social apresentava diferentes relações, como rede, e estas redes eram como denominada por Bott “de malha estreita”, com seus vizinhos, parentes, amigos, companheiros de trabalho, conhecendo-se mutuamente. Outras famílias eram denominadas por redes de “malhas frouxas”, onde as pessoas conhecidas dos casais não se conheciam mutuamente - “quanto mais estreita era a malha de rede da família, mais segregados eram os papéis do marido e da esposa”. No entanto, os costumes por meio dos tabus, das crenças presentes em poderes ocultos, extrapolam as diferenças existentes entre gerações nas relações entre velhos e jovens, parentes maternos *versus* paternos, consanguíneos *versus* afins, entre outros.

*“Irmão, esposa é cem por cento. Agora, tenho meus vizinhos que me ajuda muito... o que eles precisam de mim... Máquinas? Empréstimo, então durante as águas agora também todo mundo tem serviço e tem seu “sitiozinho” e na seca estou plantando cana... Na época das águas todos se ajudam... Plantando... Troca de favores o tempo todo... Minha casa funciona como uma prefeitura aqui em volta. E na seca eles me ajudam... Em volta, tudo que tem que resolver vem aqui...”* (Família Dorna – DP).

No capítulo III do livro “Papéis conjugais e redes sociais”, Bott (1976) mostra variações que relacionam forma de rede social informal da família; ou seja, modos de relações sociais com (e entre) amigos, vizinhos e parentes. Esses padrões de relações sociais, de fato, entre a família e suas redes sociais, estão associados aos fatores, tais como: as classes sociais, a personalidade e outros fatores envolvidos nesta relação familiar. Ou seja, a autora utiliza o conceito de rede para uma análise processual dos relacionamentos entre indivíduos e suas interligações pessoais; e entre as organizações existentes em seus contextos.

*“... tudo é produzido na fazenda, às vezes cana a gente colhe de vizinhos que tem um canavial, às vezes um vizinho oferece uma cana, trocas em produtos (a produção da cachaça ele acompanha)”* (Família Moenda – MF);

*“... Meu irmão Airtom é sócio trabalha junto comigo é técnico químico, deu até aulas aqui, mas nasceu para terra, e não*

*teve jeito. Minha esposa ela participa é praticamente o esteio da casa a maior dificultada no campo (Família Dorna - DP).*

Ao considerar os conceitos e análises das redes sociais como fenômenos complexos e visualizando para além das estruturas, entendem-se nos comportamentos diferenciados dos indivíduos influências de vários atores, onde as influências podem ser adquiridas em momentos distintos de interrelações. Desta forma, o indivíduo pode ter adquirido tendências políticas antes de estar inserido no grupo atual de convívio, ou seja, as adquiriu em outras redes sociais.

Simmel (1950) *apud* Ferreira e Vitorino Filho (2010), importante pensador na sociologia estrutural, pondera que na vida social padronizada, nas relações existentes, por exemplo, entre três agentes, aquele que explorar melhor os conflitos, consegue ter maior influência. Reporta também, que nas redes sociais, é onde se encontram as oportunidades, as restrições e as interações, e estas influenciam os comportamentos dos indivíduos em suas normas culturais e nas ações subjetivas.

A nova Sociologia Econômica, segundo Fontella (2009), fortalece-se com os ensaios do autor Mark Granovetter. Essa corrente considera que, em determinada esfera mercantil, sua importância está nas ações e empreendimentos coletivos em: seus papéis sociais, suas normas, sanções encontradas nas instituições e nas tradições inseridas nos modelos econômicos, e nas interligações das redes sociais por meio de seus agentes sociais; ou seja, esta corrente sugere que a ação econômica das sociedades contemporâneas está inserida nas interrelações sociais, nas redes sociais dos indivíduos e grupos. Existem, para esse autor, três grupos que dividem a literatura atual da Sociologia Econômica e de mercados: a) redes sociais ou estruturalistas; b) institucionalistas; e a c) performática.

*Por que fala muito da informalidade? As pessoas eram clandestinas... Sr. MP (Família Moenda) entrou na associação, o DP (Família Dorna) porque estavam sendo fiscalizado pelo conselho de química. A função seria para dar assistência... É uma máfia, quando pega ele para tudo... mas quando falavam que estavam em uma associação em JF, o pessoal não incomoda. (...) uns tempos atrás o povo não paga (...) você, registrada tudo direitinho! Tem que pagar um advogado para receber... e não recebe, você faz tudo no padrão (...) a informalidade tem que ser igual ao Sr. MP e ao Sr. DP (...) o DP ganha mais... Por quê? O que é uma cachaça de qualidade? Você coloca num alambique você tem um processo, tem que lavar antes de moer, não pode ter cachorro, ter galinha (...)* (Família Capelo, CP).

Esta transcrição da fala da produtora CP (Família Capelo), pôde ilustrar os conflitos que ocorrem em grupos quando tem interesses comuns. Foi o que aconteceu com os produtores de cachaça que tentaram se organizar para uma Cooperativa dos produtores de cachaça da Zona da Mata. O que demonstrou a fala acima, também as citações das referências teóricas, foi um desentendimento quanto às vantagens e desvantagens de

uma legalização da produção junto aos órgãos certificadores. Ao final da conversa, a entrevistada estava muito frustrada com o resultado negativo, com o empenho e com a possibilidade de uma cooperativa não ter se concretizado.

Segundo os argumentos tratados pela CP, o que se pode considerar eram interesses individuais e subjetivos de cada produtor da cachaça, que não souberam dividir as responsabilidades, custos e se organizarem. Desta forma, não está de acordo com a literatura acima citada.

Em Granovetter (*apud* Fotenella, 2009), têm-se como unidade de trabalho as redes interpessoais onde discorre sobre laços fracos e laços fortes. Considera a relevância destes laços para a rede social e exemplifica que os laços fracos são os contatos próximos e familiares, estando integrado em vários meios. No entanto, os laços fortes se estabelecem nos contatos com amigos íntimos, parentes e estes conectados a várias outras pessoas. Destaca-se em seu trabalho, que as relações fracas (laços fracos) que se estabelecem nos diferentes grupos não ligados entre si, é onde se dá a ampliação das redes e as possibilidades de maiores informações, trocas de conhecimentos, de oportunidades (exemplo: emprego). “*Se alguém souber que comprei de outro eu perco ele... é na confiança...*” (Família Dorna – DP: fala a respeito da relação com os fregueses conquistados), pois nesta forma de interação se encontra maior número de pessoas sem o perigo da perda de confiança.

Vale salientar, que neste sub-capítulo, a maioria dos comentários da entrevistadora ficou somente nas transcrições das falas dos entrevistados, pois em cada teoria, havia uma fala que se adequava e explicava o que se estava tratando o parágrafo. Entendeu-se, portanto, que a entrevistadora, atuou somente como mediadora da discussão teórica e empírica da pesquisa, onde foram suficientes as ponderações das famílias produtoras de cachaça.

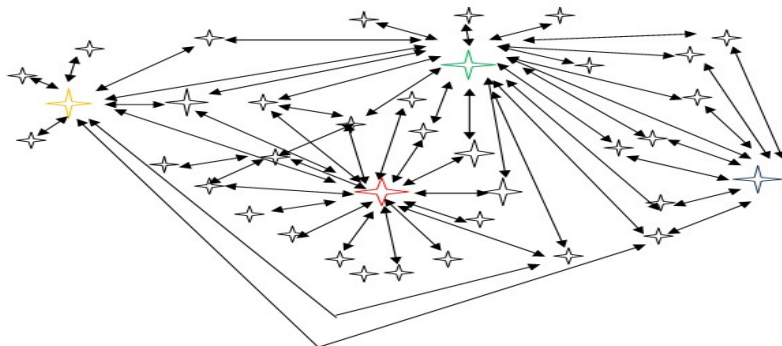
### 3.3. Redes sociais e informalidade na produção da cachaça

Para se entender redes sociais na produção da cachaça, vale utilizar o conceito de capital social descrito por (Marteletto,2004:44).

O capital social, por sua vez, é definido como as normas, valores, instituição e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. Desta forma, são dependentes da interação entre pelo menos, dois indivíduos. Assim, fica evidente a estrutura de redes por trás do conceito de capital social, construído pelas suas redes de relações. A construção de redes sociais e a conseqüente aquisição de capital social estão condicionadas por fatores culturais, políticos e sociais.

A proposta da elaboração Rede Social (Figura 1), das famílias produtoras da cachaça envolvidas nesta pesquisa, ou seja, a Família Moenda (vermelha), a Família Dorna (verde), a Família Capelo (amarelo), a Família Tonel (azul), teve como objetivo o entendimento das interligações

sociais, econômicas e políticas. Políticas quando se percebe interesses coletivos e individuais nas transações dos sujeitos e estas existentes nas relações destes produtores, seja de família para família, como o caso das Famílias Dorna e Tonel, ou famílias e Instituições de interesses comuns, como o caso de todas que se interligam.



**Figura 1 - Rede Social: famílias produtoras de cachaça do município de Rio Pomba.**

Na Figura 1, os sujeitos e instituições mencionados pelos entrevistados estão representados na forma de estrelas. As estrelas maiores, e não coloridas, são para significar as instituições mencionadas e de maiores importâncias para os sujeitos produtores da cachaça. São elas: A EMATER, O IMA e O Sindicato Rural de Rio Pomba. No entanto é importante sinalizar que constaram nesta rede, também, e não menos importantes, os outros sujeitos listados no Quadro 1.

**Quadro 1 – Relação das pessoas e instituições citadas por sujeitos entrevistados.**

<b>Entrevistado</b>	<b>Instituições citadas</b>	<b>Pessoas e espaços públicos citados</b>
<b>Família Moenda</b>		
MP (proprietário agricultor)	EMATER, cooperativa, AMPAQ, Cooperativa de Ubá, Associação JF	Pais, avós, MF, ME, MN, CP, vizinhos, IE2, Engenheiro DNER, Canuto, fregueses, Contadora,
MF (filho agricultor)	EMATER, cooperativa, MAPA, grandes indústrias produtoras de cachaça	Vizinhos, IE2, CP, consumidor, comércio, o bar, produtores da microrregião, família da esposa, esposa, filho, feira livre e de artesanato.
MN (neta estudante universitária)	EMATER	Tio paterno (que não participou da entrevista), meeiro (morador antigo da fazenda), irmão, avô, filhos dos meeiros, empregados do meu pai, bisavô, meu pai, restaurante, os comerciantes, meu tio materno, professora da UFV, restaurante (da família).
ME (esposa, quem produz os doces caseiros)	EMATER	MP, MF, irmã, feira livre e de artesanato. Senhor DP, vizinhos, filhos,
<b>Família Dorna</b>		
DP (proprietário agricultor)	CEASA, cooperativa, incubadora da UFJF, MAPA, AMPAQ, IMA, EMATER / JF, EMATER /RP, PRONAF	Feira, tio avô, irmão 1, avô, pai, irmão 2, clientes, irmã ,CP, mercado, microrregião, funcionário, IE2, fabricantes de cachaça.
<b>Família Tonel</b>		
TP (ex-proprietário e agricultor)	IMA, EMATER/RP, Sindicato Rural de Rio Pomba.	Irmão 1, irmão 2, tio, avó, mãe, pai, irmã, esposa, DP.
<b>Família Capelo</b>		
CP (produtora de cachaça e sitiante)	EMATER, FD, Receita Federal, MAPA, UFJF, Associação dos produtores de cachaça de Juiz de Fora	Marido, filhos, químico, contadora, feira especializada, mercado, comércio, MP, MD. IE2

Para tanto, observar-se-á os exemplos de Minas Gerais. Neste Estado, a produção da cachaça se encontra entre os principais setores da agricultura. A maior demanda por cachaça de qualidade vem despertando agricultores e produtores, de renda familiar baixa, a necessidade e a vontade de incrementar sua produção. De acordo com Oliveira (2000):

No Estado de Minas Gerais, essa atividade representa um pedestal de nossa tradição, com produção de 200 milhões de L ano<sup>-1</sup>. As várias regiões produtoras emprestam à cachaça um sabor especial. Produzida em mais de 8 mil alambiques, ocupa lugar de destaque entre as bebidas brasileiras e estrangeiras (Oliveira, 2000:34).

Segundo Lima e Wilkinson (2002), cinquenta e três por cento (53%) dos alambiques mineiros, estabelecimento onde se fabrica a cachaça, encontram-se ao norte do Estado: Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Rio Doce. Representa, assim, forte influência na economia local em comparação com as restrições socioeconômicas desta região. Podem-se citar dois artigos que exemplificam essa realidade: “Análise da Produção Familiar de Cachaça no Território Alto Rio Pardo – MG” (SILVA, 2010); e Indústria Rural, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local: O Caso da Produção de Cachaça Artesanal em Salinas – Minas Gerais (Oliveira *et al.*, 2005).

O que trata do Território do Alto Rio Pardo – considera que a produção da cachaça nos municípios desta região, embora sendo uma atividade tradicional, apresenta problemas na produção que garanta renda familiar, principalmente devido ao gargalo da comercialização. Para esse mesmo autor, ficam os produtores com renda inferior aos que fazem a travessia da cachaça; ou seja, aproveitam da falta de informações dos produtores da cachaça, ficando com a maior parte do valor gerado na cadeia produtiva.

Esse mesmo autor chegou à conclusão que, apesar de inúmeras dificuldades, a atividade produtiva da cachaça ainda se apresenta como uma das principais oportunidades de geração de renda aos agricultores deste local. Isso se deve ao fato de: a) apresentar reduzidas barreiras à entrada, dado ao baixo investimento inicial necessário ao estabelecimento da atividade; e b) à possibilidade de sua principal matéria-prima, a cana-seaçúcar, estar consorciada com outras culturas de subsistência. Os produtores podem conseguir melhores rendas com essa atividade, e isso é certamente possível, sendo necessária, contudo, uma parceria entre organizações públicas e privadas com o objetivo de melhores apoios aos produtores da cachaça.

*“Antes a gente fazia sem técnica, “né”? O produto era excepcional, só que tinha muito prejuízo na produção, todo o tipo para colocar na fábrica, o jeito que a gente moía a cana tinha no engenho não extraía o tanto certo tinha todo o custo para colocar na fábrica ficava com o grau brix que vinha do campo, não conseguia hominizar (homogeneizar) a produção (...) Eu não tinha prejuízo... porque na época a mão-de-obra era mais barata e tinha os “irmão”... e para quem não tinha renda nenhuma, o que tinha já era nota 10... tem seis anos... está melhor no mercado... é bem satisfatório”. (Família Dorna – DP).*

Sendo assim, verificam-se nos produtores de cachaça de Rio Pomba, satisfação e empenho na atividade escolhida e explorada. No entanto, vale ressaltar, que os exemplos apresentados não querem influenciar, no sentido de se achar que o ideal é o que se mostra na teoria. O objetivo de trazer esses exemplos é mera técnica didática. Com o intuito

de mostrar as diversidades e as possibilidades de grupos e as formas de informalidades existentes nestas redes produtivas.

No segundo artigo citado, a produção da cachaça em Salinas “revelou que no debate sobre desenvolvimento local, especificidades produtivas e geradoras de renda e ocupação são cada vez mais acumuladoras de importância econômica e social” (Oliveira *et al.*, 2005:3). Dentre os benefícios gerados na produção da cachaça para o município, houve a participação efetiva em torno de objetivos comuns, entre os agricultores familiares, para conseguirem outra forma de renda.

Isto se deu por meio da utilização de técnicas e pela importância dada à tradição no modo de produzir a cachaça, passada de geração em geração, desde o início do povoamento do município, no início dos anos de mil novecentos e quarenta (1940), consolidando a marca local e sendo reconhecida nacionalmente. Mesmo sendo a pecuária a principal atividade econômica do município de Salinas, a produção de cachaça vem conquistando espaço como alternativa de renda para um considerável grupo de agricultores familiares.

Os fatos até agora retratados nos apontam as diversas áreas de conhecimentos em que o tema cachaça está inserido: economia, com a produção e renda; direito dos produtores agrícolas; e na área social, na possibilidade de interação entre os grupos de produtores, comerciantes e consumidores.

No entanto, quando se depara com a realidade de iniciativas como a de se gestar uma associação ou uma cooperativa dos produtores da cachaça no município de Rio Pomba, percebe-se que não teve sucesso às investidas até o momento. Para tentar-se entender o que se passa quando se propõem uma atividade coletiva com esses produtores, ou seja, a família Moenda, a família Dorna e a família Tonel; inicialmente, tratar-se-á a seguir das especificidades de cada família observada pela pesquisadora.

Os moradores atuais da Fazenda Moenda são: o proprietário, a esposa, o filho mais velho, a nora, a neta e o neto. Mais duas famílias de funcionários que ajudam nas obrigações da terra e na casa.

É uma fazenda antiga, Século IX, de propriedade dos avôs do proprietário. A casa foi reconstruída no período da segunda geração de moradores, sendo a que existe atualmente. O conhecimento de todo o processo e a importância como fabricação familiar e tradicional é um fato que o produtor tem orgulho de relatar.

Compõe o espaço rural um curral, paiol, alambique e tonéis de madeira (sendo um do tempo dos avôs do proprietário) onde estão cômodos próprios para armazenamento e o envelhecimento da cachaça. É produzido o fumo, doces que são vendidos na feira em Juiz de Fora (cidade próxima a Rio Pomba e de maior população), e claro: a cachaça.

No dia da entrevista, pode-se perceber um carinhoso acolhimento de toda família. Estavam presentes o senhor MP, o filho, a neta, o neto e a filha da ajudante do lar. O encontro aconteceu na sala da fazenda, de pé alto e tábuas corridas. Uma sala não muito grande, mas aconchegante e arejada, pela ventilação da janela grande e aberta. O que chamou a

atenção foi o cuidado de todos com o filho e o empenho de todos os familiares em incluí-lo na conversa e participar do encontro, já que o mesmo apresenta problemas psicológicos.

As dificuldades relatadas pela família na produção da cachaça se resumem em: falta de incentivo do Governo; dificuldade de se participar na associação; diferenças de produção (entre os produtores do município); exigências para adequação para a produção; e o não companheirismo dos outros produtores.

Ao final da entrevista, percorreram-se todo o engenho. O senhor MP nos conduziu (a entrevistadora e MN) para visitar onde se produz e se estoca a cachaça, com direito a prova: mas como a entrevistadora não bebe, teve o prazer de sentir o aroma (sensorial) da cachaça - excelente. Pode-se perceber o orgulho da origem e do fazer rural nestas frases dos familiares:

*"...O capelo lá de casa já passou por várias reformas... o alambique... mas o capelo foi do meu bisavô".* (Família Moenda - MN);

*"Quando eu era pequena não era só cachaça que fazia, né? Então teve movimento muito grande de cana lá em casa de fazer melado de fazer açúcar e da cachaça, nasci lá, até aos 7 anos morei lá... Depois que saí para estudar em Rio Pomba... pois a escola era muito fraca. Pra mim era até diversão, pois meu pai e meu tio ficavam no alambique... e lá meu tio brincava de boneca no alambique e meu tio brincava comigo... meu pai vai para o alambique e mostra a gente e como faz. E com meu irmão a mesma coisa. Desde que nasci meu pai leva a gente para o alambique e mostra como se faz..."* (Família Moenda – MN);

*"... o importante da cachaça é o sistema de fermentação... uma coisa diferente que é que usamos a da época do meu avô"* (Família Moenda – MF);

*"Antigamente o engenho era movido com cavalo... agora é com a roda d'água. De 52 para cá, meu pai passou de animais para a roda d'água... e a gente faz um pouquinho da cachaça... Recentemente veio a... a... EMATER... com a cooperativa"* (Família Moenda – MP).

Desta forma, percebeu-se que os proprietários e produtores da cachaça, querem "manter" as formas de produção. Mesmo entendendo a importância das inovações, fazem do espaço rústico da fabricação da cachaça uma forma de marketing e manutenção do *status* rural. Estas observações se basearam nas falas e nos locais de fabricação e estocagem do produto cachaça. O que os entrevistados sinalizam como dificuldades, citadas acima, são também ações praticadas pela família.

A família Dorna e a família Tonel têm uma história comum, até o momento da separação e divisão da herança familiar. A história familiar foi relatada por DP, TP e TE, em dias e encontros individuais.

O senhor TP, disse saber do início da implantação do alambique da família. Tudo começou com a família da mãe materna, um tio materno e



depois outro tio, começaram a fazer cachaça nas terras da avó e fabricaram e comercializaram por bastante tempo. Com a morte de um dos tios, a avó materna continuou, com a ajuda de um dos tios na administração, fabricando a cachaça por mais uns 3 anos.

Com a morte da avó, tudo ficou parado, abandonado, pois havia que resolver a partilha. Resolvido essa questão, segundo TP, “*A gente na época lidava lá muito na casa da minha avó, lembro eu mais menino quando meu tio produzia, hoje não tem nada.*”. TP considerava a família da minha avó grande, com muitos filhos. No entanto, hoje quem está trabalhando na produção da cachaça são cinco (5) netos da família, sendo três (3) irmãos donos de um alambique, e dois (2) de outro.

Antes da produção da cachaça, a família trabalhava no plantio de hortaliças. O entrevistado tem orgulho em dizer que eram dezessete filhos: “era uma turma boa e todos trabalhavam junto, tipo uma sociedade”. Veio a cachaça e as duas atividades já não havia condição de manter, então optaram pela fabricação familiar da cachaça. Contou que foram devagar com a produção, pois o pai não era a favor de mudanças. Era produzido, no início, somente tachos de rapadura. Com muita “valentia” foram saindo de uma condição precária, que se encontrava a família, para uma condição melhor.

No início a produção era coletiva, todos produziam - tanto nas terras próprias da família, quanto nas terras herdadas da avó, antigo alambique:

*“Para começar a fabricar a cachaça, eu era administrador, ninguém me questionava, ninguém teve reclamação de mim. A gente trabalhava assim se sobrasse dinheiro era de todos. Se não tivesse, todos faziam para todos, senão sobrasse não tinha para ninguém” (TP). O trabalho da fabricação era função de todos “onde precisasse a turma atuava, não tinha setor determinado”. Não tinha divisão de trabalho (...) “mas o dinheiro forte que pegava estava ali, ninguém vinha procurar dinheiro comigo não, deixava lá e não gostava que faltasse dinheiro prá eles não. Na horta o dinheiro que a gente ganhou era tudo de todos”. Neste momento houve uma intromissão de TE dizendo “Era assim no início”.*( Família Tonel, TP)

Com o passar do tempo, houve a separação dos irmãos. Houve a morte de dois irmãos e outros cresceram e casaram, todos constituíram família e já não supria a necessidades de todos. E o TP não participa mais, só presta alguns serviços contratado pelos antigos sócios.

Em sequência, vale especificar os dizeres de (DP), um dos atuais produtores da cachaça e remanescente da família (TP).

O início da entrevista com o senhor DP, ele relatou a história da família como já descrita pelo senhor TP, irmão de DP. Segue o relato de sua experiência individual na produção da cachaça: segundo DP, com a divisão da herança da avó materna, seus pais ficaram com a parte do alambique e lá começaram a produzir a cachaça. Com o falecimento de seus pais, houve a separação da herança para os dezessete filhos e DP

ficou com a uma das partes que já havia pertencido a sua avó; ou seja, onde funcionou por geração a geração a produção da cachaça.

Com o tempo, e já casado, DP comprou partes das terras que pertenceram a seus irmãos e começou a produzir, distribuir e comercializar sua cachaça, separado dos outros irmãos, já tinha um tempo de experiência.

*(...) quinze anos de trabalho e sozinho seis anos...eu nasci num alambique, via o pessoal trabalhando ali, então quer dizer que desde novinho... cinco, seis anos... desde "novim", atuar mesmo não, atuar mesmo deve ter uns vinte anos..."*  
(Família Dorna, DP).

Percebe-se o orgulho de DP ao contar suas conquistas. Primeiro trabalhou com compra e venda de verduras, *"hortigranjeiros lá no meu pai... comprava no meu pai e vendia na cidade nas quitandas e fui juntando dinheiro e comparando a minha vontade era fixar aqui"* (DP). Com o empenho comprou as partes das terras dos outros herdeiros e lotes na cidade e diz *"a cachaça é quem mantém funcionário – mantém tudo funcionando - a principal, sem ela eu posso mudar, sem ela eu posso ir embora consegui baixar bem o custo e eu domínio a área"* (DP).

De personalidade forte e centralizador nas atitudes. Essa observação se fez presente quando ao dizer suas conquistas, seu corpo se elevou e a voz encorpou; também, quando foi realizada a entrevista com sua esposa - não saiu de perto, como se precisasse saber o que ela iria dizer. No entanto, ressentia-se pelo filho, que não quer continuar o seu trabalho, mas fazer medicina em Juiz de Fora.

A fazenda, segundo o entrevistado, mantém-se auto-sustentável: produz milho, feijão, leite, mas somente para a subsistência da família. O produto principal da renda familiar é a produção da cachaça. Como parceiros de trabalho diretos seu irmão e sua esposa. Sem grandes motivações para a continuidade de herdeiros para a continuidade de seu trabalho, DP se pronuncia da seguinte forma:

*Hoje estou aplicando em imóveis na cidade, tenho certeza que meus filhos não vão, então não adianta... meu sócio com quase sessenta anos e solteiro, ninguém tem capacidade para tocar roça hoje, os poucos que tem você pode contar nos dedos. Deve estar andando aí e vendo que todos estão andando de arrasto... o custo é muito alto!* (Família Dorna - DP).

Quando se refere à esposa, fortalece-a ao dizer: *"a principal - sem ela eu posso mudar, sem ela eu posso ir embora"* (DP). No entanto, diz ser difícil participar de feiras livres e, ou, especializadas para a venda e *marketing* da cachaça. Segundo o entrevistado, tal argumento é *"questão de lógica"*. Para participar de feiras teria de fazer investimentos altos e não possui renda para tal. Considera que a produção da cachaça tem que manter economicamente sua família e quer crescer aos poucos.

Assim, descreveu-se o perfil das famílias produtoras de cachaça do município de Rio Pomba.

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

No Norte do Estado de Minas Gerais, como exemplo, tem-se observado processos na produção da cachaça onde os produtores estão se mobilizando e se organizando no sentido de alcançarem adequação nas necessidades do mercado, nas formas de melhor e maior produção e geração de renda. Envolvidas neste processo da produção da cachaça, estão às famílias produtoras, os parceiros comerciais e os cursos de formação de tecnólogos em produção da Cachaça, ofertado no Instituto Federal Norte de Minas. Assim, percebem-se as interligações existentes nesta forma de atividade agrícola e no processo da elaboração da cachaça.

A realidade na produção da cachaça e interligações dos indivíduos e Instituições do Território do Rio Pardo, composto pelos municípios Berizal, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rubelita, Salinas, São João do Paraíso, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo, Curral de Dentro, Fruta de Leite, Indaiabira, Rio Pardo de Minas, Santa Cruz de Salinas e Santo Antônio do Retiro. Mais especificamente os produtores do Município de Salinas, sinalizam a importância dos debates sobre desenvolvimento local, o conhecimento sobre a realidade específica de cada município em suas produções e tradições e as geradoras de renda e ocupação podem trazer valores agregados para a vida econômica e social. Dentre os benefícios gerados na produção da cachaça para o município, houve a participação efetiva em torno de objetivos comuns entre os produtores familiares, para obterem outra forma de renda, conhecimento e auto-estima para os sujeitos destas localidades.

Vê-se que a utilização de técnicas e a importância dada à tradição no modo de produzir a cachaça, passada de geração em geração, desde o início do povoamento do município em 1940, que se consolidou a marca local e passou a ser reconhecida nacionalmente, como foi o “caso” de Salinas. Mesmo sendo a pecuária a principal atividade econômica do município, a produção de cachaça vem conquistando espaço como alternativa de renda para um considerável grupo de agricultores familiares.

No entanto, ficam evidentes nos livros, artigos científicos e nas pesquisas nos *sites* especializados sobre o tema proposto pesquisado, a relevância de políticas públicas e a geração de novas técnicas incentivadoras na produção agrícola, as quais possibilitarão suporte à agricultura familiar na possibilidade da produção da cachaça.

Isso porque os problemas relacionados à produção da cachaça se encontram na necessidade do desenvolvimento de um projeto, que incentive ao estudo da viabilidade econômica, técnica e financeira na produção da cachaça; capacidade gerencial dos produtores familiares envolvidos na fabricação, como no preparo do solo, no plantio da cana, no uso dos agrotóxicos; nas etapas da produção da cachaça, como na

moagem, na fermentação, na destilação, no armazenamento, na comercialização e no consumo.

Desta forma, há de ser dada uma atenção especial à informalidade ao modo familiar da produção da cachaça, às suas técnicas utilizadas e às suas histórias da fabricação deste produto e as interligações que são construídas nas relações de parentescos ou não para o sucesso deste tipo de produção.

A importância do processo da produção da cachaça mostra que atualmente este produto vem desenvolvendo novos padrões de qualidade e produtividade. No entanto, sugere-se que ao dominar a produção desta bebida, há de se remeter a um longo caminho de aprendizagem e conhecimentos, passados de geração em geração para a produção da cachaça de boa qualidade e visando o atendimento aos padrões internacionais. Sendo assim, vê-se a necessidade da interferência da pesquisa e da extensão, para que melhor se entendam as interposições por meio da legalização, das trocas de conhecimentos, da forma da produção, dos modelos de comercialização, das maneiras de consumo, dentre outras.

Percebe-se que a importância na forma em que se articulam e se cooperam na produção de cachaça, poderá trazer a possibilidade de explorarem recursos motivados por bons preços praticados no mercado. Supõe-se que a produção da cachaça poderá estimular novos produtores na região e melhorar a vida dos produtores atuais via geração de emprego e renda. Deve-se considerar que a realidade brasileira mostra que os produtores auferem renda inferior aos que fazem a travessia da cachaça, principalmente por falta de informação sobre o mercado interno e externo, as condições de incentivos do Estado e a força da possibilidade das redes criadas desta forma de produção agrícola.

No entanto, o que se observou quanto aos produtores familiares da cachaça do Município de Rio Pomba é a presença da informalidade no que se refere à produção - não há contratos ou divisões de trabalhos, mas sim uma parceria entre familiares e vizinhos. Pode-se considerar informalidade em outros parâmetros, quando a informalidade é baseada na concepção do princípio da reciprocidade.

Apesar da existência de rede social, por meio dos contatos próximos e distantes dos atores entrevistados, pôde-se observar que são desarticulados e se voltam exclusivamente para as suas produções, distribuições e ampliação de mercados consumidores. Não percebem a importância das parcerias com outros produtores, apesar de todos entenderem que é uma excelente oportunidade de geração de renda. Desta forma, mantém a tradição e a informalidade na produção e comercialização da cachaça.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBACHE, Jorge Saba. **Pobreza e Mercados no Brasil**. Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Brasília: Documento Elaborado no âmbito do Convênio CEPAL/DFID. LC/BRS/R.135. Mar. 2003. Disponível em: [www.eclac.org/publicaciones](http://www.eclac.org/publicaciones). Acesso em: 08 out. 2011.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: BIANCO, B. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 320p.

CALIARI, Márcio *et al.* Diagnóstico da Produção de Cachaça na Região de Orizona, Estado de Goiás, Brasil. Goiânia: **Pesquisa Agropecuária Tropical**, v.39, n.1, p.61-71, 2009.

CAMPELO, E. A. P. Agronegócio da cachaça de alambique de Minas Gerais: panorama econômico e social. **Revista Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.23, n.217, p.7-18, 2002.

Carneiro e Henley citado por: ARBACHE, Jorge Saba. **Pobreza e Mercados no Brasil**. Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Brasília: Documento Elaborado no âmbito do Convênio CEPAL/DFID. LC/BRS/R.135. Mar. 2003. Disponível em: [www.eclac.org/publicaciones](http://www.eclac.org/publicaciones). Acesso em: 08 out. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura**. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, Manuela Ivone P. Formalidade e Informalidade: Questões e Perspectivas. **Etnográfica**. [online]. vol.10, n.2 [citado 01 Novembro 2011], p.219-231, 2006. Disponível em: [www.scielo.oces.mctes.pt/scielo](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo). Acesso em: 11 out. 2011.

FERREIRA, Toniel; VITORINO FILHO, Valdir A. Teoria de redes: uma abordagem social. **Revista Conteúdo**, v.3, n.3, p.3, 2010.

FONTELLA, Odil Matheus. **Sociologia econômica: épocas e eventos (quadros estéticos, 1887-2009)**. [online]. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS. 2009. Disponível em: [www.ufrgs.br/sociologia.de.economia](http://www.ufrgs.br/sociologia.de.economia). Acesso em: 15 dez. 2011.

KAPLAN, Abraham. **A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento**. Tradução HEGENBERG, L; MOTA, O. S. São Paulo, E.P.U: USP, 1975.

LELIS, Juliana L. **Territórios da Informalidade**: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa-MG. Viçosa, MG: UFV. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - UFV, 2011, 214p.

LIMA, Dalmo de Albuquerque; WILKINSON, John (Org.) **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, p.41-49, 2004.

MARTINELLI, D. P.; SPERS, E. E.; COSTA, A. F. Ypióca - introduzindo uma bebida genuinamente brasileira no mercado global. In: CONGRESSO ANUAL DO PENSA (PROGRAMA DE ESTUDOS DOS NEGÓCIOS DE SISTEMA INDUSTRIAL), v.10, 2000, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2000.

MINAYO, Maria C. S. **O Desafio da Pesquisa Social**. In: DESLANDES, Suely F. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 25<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Vozes, revista e atualizada. Petrópolis, RJ, 2007.

NORONHA, Eduardo G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.53, 2003. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci). Acesso em: 25 out. 2011.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA – CEPA / Câmara Técnica de Cachaça de Alambique. **Plano Setorial da Cachaça de Alambique (2008)**. Disponível em: [www.conselhos.mg.gov.br](http://www.conselhos.mg.gov.br). Acesso em: 02 out. 2011.

OLIVEIRA, C. R.; GARÍGLIO, H. A. A.; RIBEIRO, M. M. **Cachaça de alambique**: manual de boas práticas ambientais e de produção. Belo Horizonte: SEMAD; FEAM, 2005. 72p.: il.

PORTUGAL, S. **Contributos para uma discussão do conceito de redes na teoria sociológica**. Oficina do CEAS, n<sup>o</sup> 271, p. 01-35, março, 2007.

ROMANO, Jorge; DELGADO, Nelson. **Os planos municipais de desenvolvimento rural como processos sociais**. In: Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2002.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Estudos de Mercado SEBRAE/ESPM. **Cachaça Artesanal**. Série Mercado. 42p. Disponível em: [www.biblioteca.sebrae.com.br](http://www.biblioteca.sebrae.com.br) Acesso em: 25 set. 2011.

SILVA, José Martins **Cachaça**: o mais brasileiro dos prazeres. 2<sup>o</sup> ed. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2008. 202p.

SILVA, Sandro Pereira. Análise da Produção Familiar de Cachaça no Território Alto Rio Pardo – MG. In: **Anais...** 48<sup>o</sup> Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia. 2010.

Simmel citado por: FERREIRA, Toniel; VITORINO FILHO, Valdir A. Teoria de redes: uma abordagem social. **Revista Conteúdo**, v.3, n.3, p.3, 2010.

SOUZA, D. **Constelações de Desenvolvedores**: a influência dos fenômenos mentoria e Rede de relacionamentos nos executivos do Rapidão Cometa. In: II CBPOT, 2006.

WANDERLEY, Fernanda. Avanços e Desafios da Nova Sociologia Econômica. **Soc. Estado**, v.17, n.1, Brasília, 2002. Disponível em: [www.scielo.br/scielo](http://www.scielo.br/scielo). Acesso em: 19 nov. 2011.

VILELA, E. F. Depoimentos. **Jornal “O Tempo”**, Belo Horizonte, 4 dez. 2003. Caderno de Agronegócios. p.F12.

Trabalho recebido em 30 de abril de 2012;

Trabalho aprovado em 02 de julho de 2012;





## REDE DE COMERCIALIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MUDANÇAS NA AÇÃO EXTENSIONISTA: O CASO DE ICONHA-ES

Daniel do Nascimento Duarte<sup>1</sup>  
Marcelo Miná Dias<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo analisa a constituição e o desenvolvimento de uma rede de comercialização de produtos agroecológicos instituída a partir de uma experiência originada no município de Iconha-ES. A cooperação entre agricultores e mediadores sociais conduziu à criação de uma rede envolvendo agentes e organizações que buscaram alternativas para a comercialização de produtos orgânicos. O foco recai sobre a análise da interação dos agricultores com os mediadores externos e as políticas públicas. Particularmente, busca-se compreender os elementos que conduziram à mudanças na ação extensionista do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Foram realizadas entrevistas com os atores envolvidos (agricultores, gestores públicos e extensionistas), além da análise de documentos diversos sobre a ação do Incaper. Os resultados apontam para a importância do envolvimento dos extensionistas em um contexto que lhes demandava novas concepções e práticas, requerendo o acionamento de novas abordagens para sua ação. Essas inovações, no entanto, podem não ser suficientes para enfrentar os desafios que são impostos pelas novas institucionalidades impostas pelas políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Engenheiro-Agrônomo, mestrando do Departamento de Economia Rural/Programa de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais; Agente de Desenvolvimento Rural do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), Espírito Santo. danielduarte@Incaper.es.gov.br

<sup>2</sup> Engenheiro-Agrônomo, Doutor, Professor Adjunto do Departamento de Economia Rural/Programa de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Av. Peter Henry Rolfs, s/n, 36571-000, Viçosa, Minas Gerais, Brasil. minad@uol.com.br

**Palavras-chave:** ação extensionista, agroecologia, políticas públicas, redes de comercialização

## **NETWORK MARKETING, PUBLIC POLICY AND CHANGES IN ACTION EXTENSION: THE CASE OF ICONHA - ES**

### **Abstract**

This article analyzes the establishment and development of an agroecological products' commercialization network constituted in the city of Iconha-ES. The cooperation between farmers and social mediators led to the creation of a network involving actors and organizations seeking alternatives to the marketing of organic products. It focuses on the analysis of the interaction of farmers with external mediators and public policies. Particularly, we seek to understand the elements that will lead changes in the action of the extension Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Interviews were conducted with the stakeholders (farmers, public administrators and extension professionals), as well as analysis of various documents about the action of Incaper. The results indicate the importance of the involvement of extension in a context that demanded new concepts and practices, requiring the activation of new approaches for extension action. These innovations, however, may not be sufficient to meet the challenges that are posed by new institutions imposed by public policy.

**Key-words:** Network marketing, public policies, action extension, agroecology

### **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo busca analisar o processo de constituição de uma rede de comercialização e de introdução de práticas agroecológicas no município de Iconha-ES. Esta rede envolveu um conjunto amplo de atores: agentes de extensão, representantes do poder público, organizações não governamentais e agricultores

familiares identificados com os princípios da agroecologia<sup>3</sup>. O propósito é compreender a ação coletiva empreendida, suas motivações e, particularmente, como o papel dos atores vai se reconfigurando ao longo das parcerias estabelecidas. Especificamente, enfatizaremos o papel da extensão rural oficial, que foi, ao longo da experiência, concebendo e pondo em prática formas diferentes de atuar.

Foi em Iconha-ES que a rede constituída pela Associação de Programas em Tecnologias Alternativas<sup>4</sup> (APTA), em 1998, ampliou suas ações com foco na agroecologia. Naquele momento, final dos anos 1990, a concepção da extensão rural dos profissionais do Escritório Local de Desenvolvimento Rural (ELDR) da então Emater/ES<sup>5</sup> se diferenciava – aproximando-se dos princípios da educação popular e da agroecologia – das concepções que orientavam a ação dos profissionais que atualmente compõem o ELDR do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper)<sup>6</sup>.

Atualmente em Iconha há quatro associações que reúnem 70 famílias de agricultores que estão em processo de transição agroecológica<sup>7</sup>. Estes agricultores entregam seus produtos em sete

---

<sup>3</sup> A agroecologia para Caporal e Costabeber (2004; 2007) é entendida como uma abordagem que oferece princípios, estratégias para processo de transição de modelos de desenvolvimento agricultura convencional para um desenvolvimento rural e agricultura sustentáveis. Enquanto ciências lança mão de várias áreas do conhecimento que possam oferecer esse aporte, portanto tem um caráter interdisciplinar, mas que antes de tudo entende que o conhecimento se processa na interação entre o saber popular e o conhecimento científico.

<sup>4</sup> A APTA é uma organização não governamental presente no Espírito Santo desde 1985. Nesta época era denominada de Projeto em Tecnologia Alternativas (PTA/FASE) e se orientava pelo enfoque da Agricultura Alternativa, atualmente seu enfoque orientador é a agroecologia.

<sup>5</sup> Neste período (1998) ainda não havia ocorrido as mudanças da Emater para Incaper que vai acontecer no ano de 2000. Por isso, quando o termo Emater/ES for utilizado significado o período antes da transição.

<sup>6</sup> O Incaper é o órgão estadual de pesquisa, assistência técnica e extensão rural do Espírito Santo. Até 1999 a pesquisa e assistência técnica e extensão rural (Ater) faziam parte de organizações distintas, a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa) e Emater/ES. A partir de 1999 a Emater/ES incorporou a pesquisa passando a se chamar Emcaper e logo em seguida, em 2000, passou a ser denominada de Incaper.

<sup>7</sup> Caporal e Costabeber (2004) entendem que o processo de transição é uma mudança no modelo de produção convencional para um modelo sustentável, usando princípios e conceitos da agroecologia. Existe nesta transição pelos menos três fases, a problematização, procurando reduzir o consumo de insumos externos; a substituição entendida como as trocas dos insumos e de praticas convencionais por alternativas; e o redesenho, uma nova configuração no agroecossistema. A transição não implica em um tempo determinado para ocorrer, neste aspecto difere da agricultura orgânica, na qual este tempo é chamado de “conversão” tendo um limite de tempo, normatizado por lei.

municípios por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este projeto envolve articulação de 16 parceiros entre associações de agricultores, governos municipais, câmaras de vereadores e a extensão rural; duas associações de agricultores que integram o projeto vendem produtos em feiras orgânicas de Vitória e Vila Velha, bem como entregam seus produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela municipalidade de Cariacica-ES (Incaper, 2011).

Nesse cenário, os agentes locais de extensão rural do Incaper e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Iconha têm cumprido um papel relevante, tanto na organização social e apoio à comercialização, quanto na produção agrícola dos grupos de agricultores. A partir dos processos sociais, em andamento no município, fortaleceram-se as dinâmicas de ação coletiva, articulando agricultores e seus parceiros em torno de debates sobre as políticas de alimentação escolar, preço, entrega e negociações com as municipalidades. No processo de produção, os agentes de extensão atuam na orientação técnica aos cultivos de mudas, sementes e planejamento da produção (Incaper, 2011). As relações interinstitucionais articularam ações para viabilizar a entrega coletiva dos produtos nas escolas, envolvendo agricultores de outros municípios, facilitando a logística e criando sinergias. Também proporcionam contatos dos agricultores com governos locais, incentivando a criação de um cardápio apropriado à disponibilidade de alimentos produzidos localmente, mais próximo à cultura alimentar da própria comunidade escolar.

Para realizar essa pesquisa foram empreendidas várias incursões ao contexto local em que ocorreu a experiência. Importante ressaltar que um dos autores foi também participante da experiência, no papel de extensionista do Incaper. Parte das informações trabalhadas aqui é oriunda das observações e reflexões dessa experiência profissional. No entanto, essas informações, na abordagem metodológica adotada, serviram principalmente para auxiliar o desenho da pesquisa e a elaboração de roteiros de questões que orientaram entrevistas com os atores envolvidos. Foram entrevistados 10 indivíduos, sendo seis agricultores, três profissionais do governo municipal de Iconha e um extensionista do Incaper. Para a seleção dos agricultores levou-se em consideração três critérios: o envolvimento histórico na rede de comercialização, concomitante, serem lideranças que representam ou representaram suas comunidades na rede e pertencerem a comunidades diferentes.

Os agricultores entrevistados são das comunidades de Campinho, Córrego da Cecília e Morro da Palha.

Quanto à seleção dos profissionais da municipalidade e do Incaper foi considerado o envolvimento direto na rede criada. Complementando o conjunto de dados gerado pelas entrevistas, foram analisados relatórios, documentos e artigos produzidos sobre a experiência.

Este texto está organizado em três seções. A primeira, essa introdução, apresenta o problema e a metodologia utilizada na investigação. A segunda seção apresenta a experiência e o seu contexto, ao mesmo tempo procurando dialogar com as referências que fundamentaram teoricamente o esforço de investigação. A última seção são as considerações finais, pontua os elementos chaves verificados no desenvolvimento da pesquisa.

## **2. A EXPERIÊNCIA DA REDE E O PAPEL DOS AGENTES: UM PROCESSO EM DESENVOLVIMENTO**

Na experiência analisada foi possível identificar um tipo de ação extensionista que, de acordo com os agentes envolvidos, buscou equilibrar as perspectivas social, ambiental e econômica em um modo participativo de introdução de inovações, enfatizando a organização social dos agricultores para acessar um programa de política pública. A experiência de Iconha teria sido construída sobre as bases de uma reflexão crítica acerca do passado recente de uma ação extensionista centrada quase que exclusivamente em processos produtivos, principalmente na cultura do café, banana e pecuária. Neste texto denominamos esse tipo de abordagem de “convencional”, aquela para a qual a inovação é geralmente restrita aos processos agrícolas de produção e ocorre a partir da transferência de conhecimentos e tecnologias. Em Iconha, a partir de 2005, essa forma de ação vai lentamente mudando, configurando outro tipo de ação extensionista, que denominamos de “interativa”. Essa mudança ocorre em parte em função de novos agentes que começaram a fazer parte do quadro profissional do Incaper, que, de acordo com suas trajetórias de formação e vivência profissional, passam a acionar novas referências às suas práticas. Para compreendermos melhor esse processo, faz-se necessário retomar o passado, situando o contexto da experiência de Iconha e procurando tecer a teia histórica, buscando revelar, desta forma, os processos sociais que antecederam o presente.

O município de Iconha está situado a 90 km de Vitória, na região sul do estado do Espírito Santo. Sua população é de 12.523 habitantes, sendo que expressivos 42% declaram residir na zona rural (IBGE, 2010). Conforme o Censo Agropecuário de 2006, dos 1.123 estabelecimentos 91% são de agricultores familiares<sup>8</sup> (IBGE, 2006). Ainda de acordo dados do Censo Agropecuário, as culturas mais expressivas, em termos de valor de produção, são a banana e o café. O Instituto Jones dos Santos Neves (2012) aponta que, em 2009, o Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário corresponde a 19,74% do PIB do município. O setor de comércio e serviços é o que possui maior participação econômica, responsável por 68,58% do valor criado pelo município durante um ano. No setor de indústria, construção e serviços industriais de utilidades públicas encontram-se 11,68% do PIB municipal. Ao situarmos Iconha no cenário estadual, sua participação se resume a 0,23% do PIB estadual, porém o ranking de PIB municipal *per capita* o coloca em 18ª posição em relação aos demais municípios do Espírito Santo.

Em 1998 a APTA atuava no município com uma proposta de ação focada na agroecologia. Potenciais parceiros da APTA, as Escolas Famílias Agrícolas<sup>9</sup> (EFA) no município e nas localidades vizinhas, constituíam um espaço privilegiado no qual a APTA procurava concretizar sua proposta. As EFA ofereciam aos seus estudantes uma formação diferenciada, baseada na Pedagogia da

---

<sup>8</sup> A Lei 11.326 considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, que atenda os requisitos de não possuir área maior do que 04 módulos fiscais; utiliza predominantemente mão de obra familiar; renda predominantemente originária das atividades do próprio estabelecimento; e dirija seu estabelecimento com a família. A lei considera agricultores familiares: silvicultores, aqüicultores, extrativistas, pescadores (Brasil, 2006).

<sup>9</sup> As EFA são escolas inseridas no meio rural que utilizam a pedagogia da alternância como forma do estudante alternar os períodos de aprendizagem na família, na comunidade e na escola. Aquilo que é visto e aprendidos em cada um desses meios torna-se elemento de aprendizagem por meio da utilização de instrumentos pedagógicos próprios (Mepes, 2011). Os períodos de alternância variam de EFAs, mas geralmente os estudantes ficam uma semana em casa e uma semana na escola. Geralmente as EFAs têm estruturas de alojamentos, refeitórios, salas, áreas de lazer e práticas agrícolas para efetivar a sua proposta pedagógica.

Alternância<sup>10</sup>, em compromissos com uma orientação “crítica e humanista”, e a preocupação com estilos de produção “mais sustentáveis” (Mepes, 2011). Esses estudantes constituíam, em potencial, a porta de entrada para uma ação mais efetiva da APTA, possibilitando concretizar localmente uma proposta de desenvolvimento rural inspirada na agroecologia.

Para Franco (2001), os elementos que alicerçam o desenvolvimento local são o capital humano e o capital social. O primeiro constituído pela capacidade de empreender ações coletivas; o segundo pela cooperação, relação em rede e democracia. Para este autor, o estoque de capital social é maior quando pessoas e organizações formam infinitas conexões e laços horizontais entre si, constituindo desta forma redes que agregam indivíduos e organizações em torno de objetivos e valores comuns. Para Marteleto; Oliveira e Silva (2004, p. 41), “[...] as redes são sistemas compostos por ‘nós’ e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações, etc.) conectados por algum tipo de relação”. Segundo esses autores, as pessoas vivem em rede, constroem laços, conexões e interdependências, “moldando” sociedade e conferindo um caráter peculiar às suas ações. O capital social de uma localidade expressaria a capacidade dessas redes de cooperação representarem oportunidades para grupos organizados enfrentarem as limitações ambientais e econômicas com as quais se deparam.

Daí que a APTA tinha que encontrar esses elementos (laços de confiança, capital social, capital humano) ou criar dinâmicas nos quais eles pudessem emergir. Nos idos de 1998, a APTA procurou alavancar sua proposta por meios dos estudantes das EFAs que moravam no município de Iconha, iniciando um processo de formação das famílias rurais em cinco comunidades: Campinho, Pedra Lisa Alta, Córrego da Cecília, Morro da Palha (pertence ao município de Rio Novo do Sul, mas faz divisa com Iconha) e posteriormente a comunidade de Bom Destino. Esta ação é parte das lembranças de um casal de agricultores do município:

[...] Não sei se foi, acho que foi Z. [*irmão e cunhado dos entrevistados que estudou na EFA Olivânia*] que

---

<sup>10</sup> De acordo com Chequeto (2002, p. 36), na Pedagogia da Alternância “[...] o processo de aprendizagem dos jovens parte de situações vividas, encontradas e observadas em seu meio, em vez da simples aplicação, na prática, das aulas teóricas, como nas escolas tradicionais.” Na proposta das EFA, ainda de acordo com esse autor, o processo educativo fundamenta-se “[...] numa educação centrada na formação integral do ser humano, na qualificação profissional dos jovens e na organização comunitária, valorizando os laços familiares, a herança cultural e o resgate da cidadania.”

trouxe, não sei. Z. estava em Olivânia e ele descobriu esse trabalho da APTA, se interessou e passou, tipo assim, passou o recado e trouxe a novidade. E aí a APTA veio para cá, não sei se foi só por meio dele. Eu lembro que falavam também da pessoa do V. [Na época diretor da APTA]. É o V., a Escola Família de Campinho também.

Um dos passos iniciais do trabalho foi a aplicação de um Diagnóstico Rural Participativo<sup>11</sup> (DRP), que orientou as ações dos profissionais da APTA. Na proposta de diagnóstico e formação foram realizados cursos, demonstração de métodos e intercâmbios, para que as famílias conhecessem outras experiências de produção agroecológica. As práticas incluíam a distribuição de sementes para a formação de adubação verde, implantação de sistemas agroflorestais, viveiros comunitários, produção de biofertilizantes e caldas (APTA, 2000). Essas ações conduziram a experiências variadas de cultivos orgânicos, gerando a necessidade de avançar no processo de comercialização dos produtos. Os próprios agricultores, em diálogo com os profissionais, apontaram alternativas para uma experiência local de comercialização, organizando um espaço de uma feira.

Foi a partir da proposta de feira e seus desafios que se percebeu a necessidade de ampliar as relações para além das fronteiras da produção. Um grupo formado pelos agricultores, representantes da APTA, da municipalidade de Iconha, da Pastoral da Saúde e Emater/ES foi constituído, inaugurando uma proposta de ação em rede, composta por parceiros que historicamente, no município, não tinham o costume de agir a partir de um objetivo comum – no caso, estruturar a feira municipal (APTA, 2001).

Nesta jornada tornava-se cada vez mais evidente a limitação do profissional da Emater/ES para compreender e, principalmente, para atuar naquele espaço de debate e construção coletiva, cuja lógica se pautava na equidade entre os participantes. Essa dificuldade, por parte de extensionistas da Emater/ES, era percebida da seguinte maneira por um agricultor envolvido no processo: “[...] muito fechada [a postura] a [do] Incaper (Emater/ES)

---

<sup>11</sup> O DRP é um método que agrega um conjunto de ferramentas e técnicas que permitem as comunidades se conhecerem e criar a partir daí mecanismo de planejamento autogerenciamento de suas ações (Verdejo, 2006). Para esse autor a partir disso as pessoas compartilham conhecimento, se auto conhecem e melhoram suas habilidades de planejamento e ação.



de Iconha. Assim, muito, não botava muita fé naquilo, não sei, participava porque era cobrada a participar, mas não tinha aquela mente aberta que podia funcionar e dar certo”.

Naquele contexto não havia uma fórmula que oferecesse solução efetiva aos problemas de comercialização dos produtos dos agricultores. Desta forma, constituía-se um problema que escapava da rotina da ação extensionista convencional. Esta rotina teria configurado uma identidade pessoal e social compartilhada pelos profissionais da Emater/ES, estruturada em oferecer respostas prontas aos problemas de solos, de doenças, de produtividade (principalmente para o café), banana e pecuária. A incapacidade do profissional de distanciar-se do seu contexto técnico-instrumental para admirá-lo e refletir sobre sua lógica – inspirando-o a transformá-lo – era um impeditivo à ação comprometida com demandas sociais que transcendiam o universo técnico da intervenção (Freire 1996). Nesse caso, a nova dinâmica da realidade social exigia uma mudança no *habitus* instituído, e o questionamento da identidade socioprofissional, como força instituinte de uma ação extensionista tida como “natural”, qual seja, a ação difusionista.

Foi a partir de sucessivas reuniões e eventos que a feira se efetivou no ano de 2000, oferecendo aos parceiros, mas principalmente aos agricultores, uma experiência ímpar em circuitos de comercialização curta. Conforme relata um agricultor, após ter atuado na feira de Iconha por nove anos:

[...] Mas foi bão! Mas foi, valeu a experiência. Nós tivemos assim, nos crescemos muito como pessoas, isso daí ajudou no crescimento, conhecimento, o contato com as pessoas que até hoje a gente temo amizade dentro de Iconha que foi porque da feira, senão a gente não teria. Né A.? Hoje nós somos conhecidos dentro de Iconha, tipo assim, eu acredito que se a gente não tivesse feito isso, nós seríamos só um, alguém de Córrego da Cecília, não era a pessoa, eu vejo assim muito positiva a feira na nossa vida, foi um experiência maravilhosa.

Essa experiência que se iniciou com uma perspectiva ambiental, a partir de práticas ecológicas de produção – como conservação do solo e uso de biofertilizantes –, conduziu a resultados importantes sobre as perspectivas social e econômica. Sobre a perspectiva social teve como resultado o aprendizado e a organização dos agricultores, além da interação dos parceiros em uma rede, decorrendo daí uma perspectiva econômica diferenciada: a organização da feira e o incremento de renda financeira das

famílias a partir da valorização de um tipo de economia de proximidade (Abramovay, 2004).

Para Franco (2001) qualquer organização social só alcançará bons resultados se as pessoas tiverem objetivos comuns, exercitando algum grau de complementaridade e parceria, que confira certa estabilidade nas relações, fazendo com que elas cooperem entre si. Para a promoção do desenvolvimento local, o ambiente favorável se estabeleceria por meio da formação do capital social; e este ocorreria por meio da cooperação e da solidariedade. Ainda segundo o referido autor, “[...] para que o Capital Social possa ser gerado, acumulado e reproduzido, é necessário que as pessoas se conectem, umas com as outras, segundo um padrão horizontal de organização, que não sejam em tudo sempre subordinadas umas às outras e que sejam interdependentes ao invés de dependentes.” (idem, p. 3)

Neste aspecto, a interação em rede, no caso estudado, possibilitou a externalização do conhecimento que cada participante tinha das suas práticas e a explicitação dos limites e as potencialidades de cada organização envolvida, permitindo criar um “horizonte” ou objetivo partilhado que orienta determinada ação coletiva. Para Gadamer, o limite do horizonte está relacionado ao limite da compreensão, é a visão que se pode alcançar a partir de um determinado ponto (Gadamer apud. Hermann, 2002, p. 49). Ao se estruturar o que passou a ser conhecida como “feirinha de Iconha”, os participantes qualificaram sua compreensão sobre as práticas das organizações e das instituições, rompendo com determinadas tradições e criando novos conceitos ou “preconceitos”<sup>12</sup>, fato que permitiu, como argumenta Hermann (2002), uma fusão de horizontes. Neste novo horizonte vislumbravam-se outros espaços de comercialização, extrapolando os limites do município de Iconha e gerando a necessidade de ampliar o quadro de atores sociais envolvidos. Em decorrência desse processo, a partir de 2000 iniciaram-se as primeiras articulações para organizar a feira de produtos orgânicos de Vitória-ES.

Segundo a APTA (2002), o processo de articulação da Feira Orgânica de Vitória envolveu um conjunto representativo de organizações de agricultores e entidades de apoio. Os documentos

---

<sup>12</sup> Hermann (2002, p. 45) entende o preconceito como esquemas interpretativos prévios, uma pré-compreensão que permite uma base para capacidade compreensão do indivíduo: “[...] os preconceitos atuam sobre o processo compreensivo, constituindo-se na orientação prévia da nossa experiência”.

da instituição revelam que estavam envolvidas no processo 67 famílias de agricultores dos municípios de Iconha, Rio Novo do Sul, Santa Maria de Jetibá, Colatina e São Domingos do Norte. Além dos agricultores, participavam da organização a APTA, a Certificadora de Produtos Orgânicos Chão Vivo, a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, o Incaper dos municípios de Iconha e Santa Maria de Jetibá, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Vitória (SEMURB), a Associação de Moradores de Jardim da Penha (AMJAP) e o Prorenda Rural<sup>13</sup>.

Observa-se um amplo leque de parceiros, de agricultores de municípios muito diferentes, além do envolvimento dos moradores/consumidores, tornando-os cúmplices do processo, revelando a riqueza das relações estabelecidas. No processo desencadeado, os parceiros tinham compromissos diferentes. A ação do Incaper, por exemplo, estava mais focada nos municípios, por meio dos seus escritórios locais. A articulação que ocorria em Vitória era capitaneada principalmente pela APTA, a Certificadora Chão Vivo, a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, apoiada com recursos do Prorenda Rural. As duas primeiras organizações funcionavam como mediadoras e animadoras do conjunto de instituições.

O documento produzido pela APTA (2002) aponta uma série de eventos que tinham como objetivo contribuir para qualificar os parceiros, estruturar a feira, organizar a produção e conceber mecanismos de validação de certificação orgânica. O documento revela que foram realizados intercâmbios com os agricultores para conhecer experiências de feiras em Vitória, pesquisa com consumidores, oficinas de comercialização e a organização de uma comissão para estruturar a feira. Nas entrevistas os agricultores revelam a importância destes intercâmbios como processo formativo.

Olha, eu acho que a que mais marcou foi aquela que a gente foi a Curitiba. Porque aí a gente já tava na organização da feira de Barro Vermelho e aí assim, foi aonde nós tivemos mais noção. Eu me lembro que quando nós viemos embora nós fizemos uma avaliação e lá em Curitiba era assim, ex-funcionário do Brasil, ex-Incaper, ex não sei o quê, tudo assim gente bem. E nós pobrezim, quando nós fizemos a nossa avaliação, nós caímos em cima.

---

<sup>13</sup> O Prorenda Rural posteriormente passou a se chamar Projeto DLS, um projeto de cooperação internacional, entre o governo brasileiro e alemão, que no Espírito Santo tinha nas diretrizes o apoio a processos agroecológicos. Por meio do Prorenda Rural (Projeto DLS) foi possível realizar várias atividades de apoio a comercialização, como por exemplo: intercâmbios, divulgação, seminários, cursos.

Nós dissemos que não era para nós, mas que era completamente outra realidade. E hoje eu penso assim: gente porque que eu não aproveitei mais determinado momento? Nós ficamos em êxtase, nós achava que nós não tinha capacidade para chegar ao ponto parecido com aquele, que eles estavam organizados, grande. Nesses encontros, vários outras viagens, o ENA<sup>14</sup> também no Rio de Janeiro, nós tivemos contato com pessoas do Brasil inteiro e até fora do Brasil.

Esse cabedal de eventos, viagens, seminários, reuniões, contribuiu para fortalecer os laços, tanto entre os agricultores de municípios diferentes como das organizações envolvidas. Resultado desse processo, cuja articulação iniciou em 2000, foi a criação, em 2002, da Feira de Produtos Orgânicos de Vitória, no bairro Barro Vermelho. Neste mesmo ano iniciou a articulação para a feira de Vila Velha-ES, envolvendo parcerias naquele município. Três anos mais tarde, em 2005, foi criada a feira de produtos orgânicos no bairro Praia da Costa.

Em 2004, um momento importante para entender algumas mudanças, foi realizada a reestruturação da APTA que, estabelecendo uma nova estratégia de ação, vai gradativamente diminuindo seu foco no município de Iconha, na região metropolitana de Vitória e assumindo um trabalho mais efetivo no norte do Estado. Outro elemento importante foi o concurso público do Incaper no final de 2004, quando novos agentes passam a fazer parte do quadro do Incaper a partir de 2005. Esse duplo movimento fez com que as ações em que o Incaper era um ator secundário, ou mesmo reticente, contasse com um papel mais protagonista da organização, procurando dar ênfase, por exemplos, a processos de comercialização inovadores.

Pode-se afirmar que a extensão rural – compreendida como uma instituição – possui regras, ritos, valores instituídos que fazem operar, pela sua história e tradição, determinadas formas de agir. O instituído torna-se uma convenção; uma espécie de referência ao fazer extensionista, algo que, neste texto, estamos denominando de “abordagem convencional”. Porém, a força do convencional, com pretensões de se tornar dominante ou hegemônico, não é determinística. Mudanças no contexto nacional e estadual, como foi

---

<sup>14</sup> ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, o primeiro foi realizado no Rio de Janeiro em 2002.

o caso da instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), em 2004, viriam a exigir novas posturas do profissional da extensão, demandando da instituição uma mudança na forma de operacionalizar sua ação (Dias, 2008). Ademais, exigia-se do profissional uma postura diferenciada daquela que se instituiu ao longo da sua história. Para Appendini e Nuijten (2002) organizações de assessoria às populações rurais deveriam (e poderiam) criar trajetórias de ação que as afirmasse como instituições de apoio à autodeterminação das pessoas e comunidades, frente aos impactos econômicos das decisões e processos que chegam às localidades como imposições, de forma a possibilitar e sua autoafirmação frente aos estilos de desenvolvimento ditos globalizados (Stavenhagen, 1985).

A transição pela qual passou o Incaper, incorporando outros valores, não pode ser compreendida somente a partir de 2005<sup>15</sup>. As transformações foram parte de um processo histórico que incidia na esfera nacional, bem como estadual, no qual atores sociais, que escreveram sua história por meio da “agricultura alternativa” – e depois por meio da agroecologia – se tornaram marcantes no cenário do desenvolvimento rural capixaba. O ambiente político favorável, em função principalmente do advento da Pnater, possibilitou, no Incaper, ações identificadas com a agroecologia, marcando o primeiro mandato do governo Lula; e sugeriam um contexto importante para o movimento agroecológico do Espírito Santo<sup>16</sup>. Neste caso, 2005 torna-se um marco histórico de mudanças, que sinaliza uma passagem de um momento para outro, um limite que demarca a transição que propiciou o fortalecimento da abordagem da ação extensionista denominada de “interativa”.

Essa mudança no Incaper (e especificamente no município de Iconha) é percebida pelos agricultores envolvidos no processo agroecológico, conforme revela um agricultor entrevistado quando perguntado sobre quando o Incaper teria começado a mudar sua forma de atuação. Ele afirma que: “[...] a Incaper começou a mudar

---

<sup>15</sup> Importante salientar que em 2005 foi um ano importante para o Incaper, não só em função do concurso público que contratou novos profissionais, mas também pelo aporte de recursos, tanto federal quanto estadual, na organização que propiciou significativas melhorias na sua estrutura.

<sup>16</sup> A denominação “movimento agroecológico” está sendo empregada neste texto, referindo-se a um conjunto de atores que atuam de maneiras muito diversa, com isso afirma-se que não há uma coesão entre esses os vários atores. Há evidentemente aqueles que possuem maior afinidade e maior regularidade de ações conjuntas. Porém, no passado a Rede de Agricultura Alternativa e o Fórum de Agricultura Familiar foram, por determinado tempo, responsáveis por agregá-los e conferir determinada coerência discursiva, de propósitos e de ações.

de, por exemplo, eu acho que tem de seis anos prá cá. [...] que a Incaper, os próprios técnicos da Incaper criticavam nosso trabalho com agricultura orgânica, não existia”.

Porém, o surgimento e afirmação de novas concepções e novos valores não significou o desaparecimento dos antecedentes. Longe de serem superados, eles continuaram presentes, delimitando seu espaço e o seu modo de operar. Desta feita, configurou-se um processo de transição do Incaper que ocorreu, em parte, a partir da postura de vários dos novos agentes da extensão rural que passaram a compor a organização em diferentes municípios<sup>17</sup>.

É evidente que, para as ações que estavam sendo desenvolvidas no âmbito da comercialização, as experiências constituíam, para os parceiros da rede, um novo campo de conhecimento empírico, que ampliava a mirada do horizonte das famílias rurais, como também das organizações de apoio e dos profissionais envolvidos, inclusive os do Incaper. Para exemplificar essa experiência de aprendizado coletivo, em 2005 teve início um trabalho que começou com reunião no município de Alfredo Chaves-ES (Incaper, 2005). Neste evento nota-se, pela análise dos documentos que o registraram, uma presença mais efetiva de técnicos do Incaper. Também estavam presentes representantes dos governos municipais de Vitória, Iconha e Alfredo Chaves, além de representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR). A presença mais efetiva significava uma atitude diferenciada dos extensionistas, demonstrando maior sensibilidade com questões que extrapolavam os temas técnicos e pragmáticos que marcavam costumeiramente a intervenção do Incaper. A própria realização da reunião era uma iniciativa diferenciada, articulando sete municípios, três governos municipais, um STR e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (Fetaes). O evento tinha como objetivo discutir a inserção dos produtos derivados de

---

<sup>17</sup> O Incaper é oriundo da incorporação da pesquisa pela Ater, em 1999, em função da crise financeira pela qual passava tanto a Emater/ES como a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa). Até 2004 havia 20 anos que o Incaper não realizava concurso público, logo o seu quadro de profissionais estava diminuído e ainda, persistia a crise financeira da organização. Em 2004 o concurso público significou um momento importante, tanto pelo aspecto financeiro, que permitiu melhorar sua estrutura física, mas como também pelos novos agentes que estavam sendo aportando no seu quadro. Esses novos agentes, vários deles se originaram dos movimentos sociais, agroecológico, das organizações sindicais, das escolas de pedagogias de alternância, isso contribuiu para fortalecer uma ação extensionista diferenciada dentro do Incaper, em relação àquelas concebidas pela sua história e tradição.

processos agroecológicos na alimentação escolar no município de Vitória-ES.

Conforme mencionado por Duarte (2007b), a partir deste evento iniciou-se um processo de contatos, articulações e negociações com vários parceiros, mas principalmente com a Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME) e a Cooperativa Solidária de Alimentos Orgânicos do Estado do Espírito Santo “O Broto”<sup>18</sup>. A SEME se tornou porta de entrada na municipalidade de Vitória e na comunidade escolar do município, principalmente facilitando um diálogo direto com os diretores, professores, merendeiras e nutricionistas. A articulação deste conjunto de atores importantes era, naquele instante, uma inovação para ação extensionista no Incaper, uma vez que se tratava de orquestrar um conjunto de novos intérpretes (comunidades escolar, agricultores e organizações) procurando encontrar elos que pudesse uni-los. Os elos em comum deveriam ser aqueles que permitisse estabelecer novas concepções para a relação campo-cidade, mediados por uma dimensão econômica e ambiental, qual seja, ofertar produtos orgânicos na alimentação escolar; além disso, imbricada por processos sociais, fomentar a cooperação entre os atores.

O que segue a partir daquele momento, conforme revelam os documentos, é um conjunto de eventos que procurava animar a articulação e dar vida à rede. Esses ocorrem em duas grandes frentes, uma primeira envolvendo agricultores e parceiros de diversos municípios, que tinham objetivo de divulgar as experiências de agroecologia que estavam vivenciando. Nesse caso a articulação se centrava no público de agricultores familiares identificados como a agroecologia e suas organizações. Assim, foram promovidos seminários microrregionais sobre agroecologia; seminários sobre comercialização de produtos orgânicos; intercâmbios com agricultores dentro e fora do estado; participação em eventos como o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), dentre outros eventos.

Uma segunda frente focava o público urbano, mais propriamente os da comunidade escolar, os gestores da SEME e as nutricionistas do município. O objetivo destes eventos era propiciar uma aproximação desse público com as famílias rurais de Iconha e

---

<sup>18</sup> O Broto é uma cooperativa de consumidores, fundada em novembro de 2003, por iniciativa da Pastoral Operária, Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) e famílias do município de Serra/ES. Seus objetivos iniciais eram a distribuição de produtos orgânicos através de “cestas básicas” para população de baixa renda, a fim de proporcionar alimentos saudáveis com baixo custo (Incaper, 2006, p. 28). Atualmente O Broto está fora do projeto da alimentação escolar e com dificuldades em seu processo de gestão.

Santa Maria de Jetibá. Entendia-se que essa aproximação promoveria a compreensão tanto do “mundo rural” como o da vida escolar, facilitando as relações e criando espaços de diálogo entre agricultores, escolas, poder público e as instituições que apoiavam o processo. Procurava-se por esta aproximação constituir um espaço no qual se estabeleceria a *ação comunicativa* voltada para o entendimento, como argumenta Habermas (Sampaio, 2001).

Dentre os vários aportes da Teoria da Ação Comunicativa há a distinção da sociedade em duas esferas que se complementam: o do “mundo vivido” e o do “mundo sistêmico” (Freitag, 1993). O mundo vivido é o mundo da reprodução simbólica; é a maneira como os indivíduos percebem e vivenciam sua realidade social, estabelecendo experiências comuns na língua, nas tradições e na cultura. O mundo vivido é o espaço social no qual a ação comunicativa está ancorada no diálogo ou no “entendimento comunicativo”; no melhor argumento, em ambientes onde há um tipo de interação, livre de coação de qualquer natureza e onde permaneça ação comunicativa voltada para o entendimento (Gonçalves, 1999). Em Leite (1998, p. 203) encontramos a seguinte interpretação do conceito de razão comunicativa:

Para Habermas, a ação comunicativa é uma ação interativa na qual os participantes recorrem à linguagem para reivindicar as pretensões de validade dos seus respectivos argumentos. Essa pretensão de validade é reconhecida intersubjetivamente e suscetível a críticas, podendo resultar em um consenso. Ressalta Habermas que “o valor real do entendimento consiste, pois, em um acordo alcançado comunicativamente e que se mede por pretensões de validade que vem respaldado por razões potenciais.”

Por outro lado, o mundo sistêmico é o mundo da reprodução material. Se no mundo vivido a linguagem é primordial, no mundo sistêmico ela é secundária. Neste mundo predominam dois subsistemas: o Estado e a Economia, prevalecendo o poder e o dinheiro. Neste caso, constituiu-se uma economia de mercado que tem como matriz o lucro. o Estado, por sua vez, se constitui pelo sistema jurídico, burocracia e seus mecanismos de controle sociais. Habermas fala que esses dois mundos são igualmente importantes e complementares, porém aponta que o “mundo vivido” ou o mundo da vida vem sendo cada vez mais “colonizado” pelo “mundo sistêmico” (Freitag, 1993).



Essa colonização teria conduzido a duas patologias. A primeira é que o ser humano passou a ser regido pela lei do mercado, do lucro e da burocracia estatal, entendendo essa construção como leis inquestionáveis e naturais contra quais “nada pode ser feito”. A segunda patologia deriva da primeira. Na medida em que o sistema vai colonizando o “mundo vivido” este passa a ser regido pela lei do sistema. Desta forma, a ação comunicativa, que expressa os valores do mundo vivido, passaria a adotar o discurso regido pela economia e pelo Estado, ou seja, dinheiro e poder passam a orientar a definição de interesses e a ação dos atores sociais (Freitag, 1993).

Considerando essas referências teóricas, podemos considerar que no campo da rede de comercialização instituída a partir da experiência de Iconha, ao mobilizar a comunidade escolar, agricultores, cooperativas, associações de agricultores, organizações de ATER e governos municipais, os atores envolvidos procuravam estabelecer um espaço para a ação comunicativa. De um lado estavam colocadas como referências as esferas do mundo sistêmico, a economia, por meio dos processos de comercialização e o Estado, como porta de entrada para produtos da agricultura familiar na alimentação escolar (ação racionalizada e instrumentalizada pelas regras do programa de política pública). Do outro lado, as referências do mundo vivido, que se concretizavam em um modo social de produção embasado em princípios da agroecologia e da economia de proximidade, que necessitava acessar o mundo sistêmico, representado pela economia e pelo poder político.

A rede de agentes constituída buscava, por meio da ação comunicativa, dissolver a lógica dada pela colonização do mercado e da burocracia estatal<sup>19</sup>. Logo, procurava tornar esses espaços menos impessoais e superar a racionalização exigida pelos procedimentos legais. Para tanto, eram organizados espaços de debate que permitiam aos atores construir uma lógica de comercialização diferenciada, que envolvia, dentre outros aspectos, priorizar as escolas de “comunidades economicamente carentes” do município de Vitória, fornecendo às mesmas uma alimentação saudável, livre de “venenos”.

---

<sup>19</sup> Para Weber a burocracia é uma forma de controle, dominação e pode estar a serviços de interesses tanto político como econômico. Weber verifica na burocracia a impessoalidade e uma racionalidade da qual não se distingue sentimentos de amor, ódio, tudo que é “irracional e resiste ao cálculo.” Logo, “[...] torna as relações jurídicas impessoais, calculáveis, sistemáticas respondendo apenas a padrões objetivos e indiferentes ao *status* e ao privilégio.” (Diggins, 1999, p. 111).

A análise da experiência permitiu perceber que rede de parceiros horizontalizava as relações, procurando “diluir” a burocracia estatal e aumentar o caráter pessoal (no sentido de proximidade e identificação política com um projeto de mudança) das relações entre poder público, agricultores e demais agentes. Ao mesmo tempo, concretizar mecanismos econômicos em comum acordo, criando, como afirma Habermas, um tipo de aprendizado coletivo. Duarte (2007b) descreve um conjunto de ações que antecederam o processo de comercialização, que facilitou a relação entre as escolas municipais, os agricultores e a própria Cooperativa de Consumidores “O Broto”. Esse autor relata que foram envolvidos cerca de 300 profissionais ligados à área de educação, entre professores, diretores, merendeiras, gestores públicos da SEME da Prefeitura de Vitória. Dos eventos citados o intercâmbio campo-cidade destacou-se de forma relevante, porque permitiu à comunidade escolar visitar as áreas rurais e conhecer os sistemas de produção orgânicos<sup>20</sup> dos agricultores familiares, tanto do município de Iconha como de Santa Maria de Jetibá. Procurava-se, desta forma, facilitar o processo de compreensão do público escolar sobre o modo de vida dos agricultores familiares, ampliando os espaços de diálogo dentro das escolas e com os próprios gestores da SEME.

Para facilitar esse diálogo foram criados ambientes de negociação e planos de negócios envolvendo agricultores, nutricionistas, diretores das escolas entidades de apoio, que tinha como objetivo identificar as potencialidades e fragilidades do processo, procurando soluções e encaminhamentos (Incaper, 2006a, 2006b). Duarte (2007a) relata que foi a partir destes eventos que se definiu que as entregas começariam em maio de 2007, a princípio em seis unidades de ensino, envolvendo quatro associações de agricultores dos municípios de Iconha e Santa Maria de Jetibá; e que a Cooperativa O Broto intermediaria o processo entre os agricultores e escolas municipais.

Desta forma, em maio de 2007, iniciaram as primeiras remessas às creches e escolas ligadas à rede pública de Vitória. Após três semanas tinham sido entregues 27 tipos de frutas,

---

<sup>20</sup> Entende-se ser compatível e desejável a produção orgânica dentro de processos de transição agroecológico. No caso citado, os agricultores familiares envolvidos estavam em processo de transição agroecológico, em um sistema de produção orgânica. Esses grupos possuíam selo de uma certificadora de produtos orgânicos “Chão Vivo” que acompanhou e fazia parte da rede de comercialização.

legumes e hortaliças, um total aproximado de 2.400 kg, beneficiando 40 famílias rurais e aproximadamente 2000 estudantes de seis creches e escolas de Vitória (Duarte, 2007a). As extensas negociações, eventos e atividades não pararam após as primeiras remessas de produtos terem chegados às escolas. Na verdade até se intensificaram, uma vez que as questões de produção, logística, o preparo dos produtos e procedimentos de pagamento consistiam uma novidade para os agricultores, assim como também para a cooperativa, a merendeira, a nutricionista, os gestores públicos e os técnicos de apoio, exigindo constantes acompanhamento e avaliação.

Em maio de 2007 foi realizada uma oficina para discutir as fragilidades e potencialidades do processo. As conclusões relatadas por Duarte (2007a) e Incaper (2007) são em termos dos aspectos positivos: boa aparência dos produtos, qualidade e a satisfação dos estudantes. Os aspectos negativos enumerados foram: falta de alguns produtos; o fato da não comunicação antecipada acarretar um problema no cardápio das escolas; pouca divulgação do projeto; e a questão dos procedimentos burocráticos para realização de pagamentos. Acerca desses aspectos, Duarte (2007a) aponta que as escolas em que mais se encontravam dificuldades para aceitação dos produtos orgânicos pela diretora e pelas merendeiras eram justamente aquelas que pouco haviam se envolvido nas etapas preparatórias e de articulação do projeto, evidenciando a importância do processo como mecanismo de educação e da construção da ação comunicativa. Essa ação se concretizava na experiência analisada, nos espaços específicos estruturados com esse objetivo, mas se sustentava, de fato, nas relações horizontais que os atores foram construindo entre si, permitindo um maior envolvimento e compromisso com a proposta e com o fluxo constante de informações, conforme revela Franco (2001, p. 3):

A capacidade de estabelecer ligações entre os seus membros dá a medida da conectividade interna da organização social. Se essas relações forem horizontais, temos uma conectividade horizontal que enseja a circulação da informação, dissolvendo os núcleos burocráticos baseados no segredo e favorecendo à desconcentração do saber.

A participação e o envolvimento dos atores permitiram superar o amplo leque de obstáculos, principalmente aqueles que envolviam procedimentos burocráticos que regem os processos de licitação em órgãos públicos. Dessa maneira, concretizava-se a primeira experiência de comercialização envolvendo os mercados

institucionais de órgão públicos com esses atores. Ainda assim, havia vários percalços a superar, dois deles eram os mais complexos. O primeiro relativo à gestão interna da Cooperativa “O Broto”, que influenciava diretamente a entrega dos produtos nas escolas e creches municipais, gerando atrasos e até mesmo perda dos produtos armazenados. O segundo dizia respeito à Lei 8.666, de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública. Essa lei representava um entrave, tanto pelo desconhecimento, por parte do atores, dos mecanismos legais – que determinavam quais agricultores podiam ou não acessar o processo de entrega de alimentos –, como pela exigência de diversos documentos, tanto dos agricultores como da cooperativa para participar dos processos licitatórios.

Desta forma, as ações empreendidas a partir de 2005 começaram a se desarticular e as entregas nas escolas e creches da prefeitura de Vitória durante o ano de 2008 e 2009 foram diminuindo. Por outro lado, o governo federal estava lançando um conjunto de programas de políticas públicas que procuravam estimular a comercialização dos produtos originários da agricultura familiar. Um desses foi Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA). Instituído pelo Art. 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, o programa possibilitava aos grupos organizados de agricultores realizarem comercialização de seus produtos diretamente para entidades que atuam com indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional (Brasil, 2003).

Foi por meio dos laços tecidos na rede que as informações sobre as políticas governamentais chegaram e passaram a tomar corpo e forma entre os agentes envolvidos na experiência desencadeada em Iconha. Evidencia-se quanto a esse aspecto o papel da rede no fluxo de informações bem como nas relações baseadas em laços fortes e fracos. Granovetter (1973) analisou as interações em rede por meio do estabelecimento do que ele denomina de “laços fortes” e “laços fracos”. Os laços fortes são aqueles nos quais existem mais intensidade emocional e relações afetivas mais próximas. Os laços fracos são, ao contrário, aqueles em que as relações são mais distantes, com menor intensidade afetiva; e que até mesmo a relação entre um parceiro e outro ocorre indiretamente, por intermédio de outros dentro da mesma rede. Para o autor são os laços fracos que ampliam os limites da rede, porque ao não estarem tão próximos possibilitam informações e relações

com outros grupos, que são transmitidas por meio dos nós. Analisamos que foi por meio de outros agricultores que já haviam estabelecido processo de comercialização pelo PAA, ligados à rede de comercialização por laços fracos, que os parceiros passaram a ter conhecimento das ações que ocorriam em Cariacica<sup>21</sup> por intermédio do PAA. O programa, coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura, envolvia a princípio agricultores locais e também de Santa Maria de Jetibá e, conforme entrevista com um agricultor de Iconha, eles passaram a fazer parte em 2010 do projeto.

Em 2009 o governo federal promulgou a Lei 11.947 (Brasil, 2009), que dispõe sobre a alimentação escolar, definindo, no Art. 2º, que a aquisição dos gêneros alimentícios para a alimentação escolar deve ser feita preferencialmente da agricultura familiar. Já a Resolução nº 38 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de 16 de julho de 2009, define:

Art. 18. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o artigo 14, da Lei nº 11.947/2009. (MEC, 2009, p. 11)

A lei e a resolução inauguraram uma nova perspectiva no processo de comercialização dos produtos orgânicos dos agricultores familiares em Iconha, bem como contribuiu para reforçar a reorientação da ação extensionista do Incaper no local. Essa nova postura do Incaper, diante dos grupos em processo de transição agroecológica no município, passou a ser percebida e avaliada como positiva pelos agricultores envolvidos na ação:

[...] O Incaper colabora com projeto, carro, com assistência de alguma coisa, se você que ligar para saber de uma coisa, ou vir na roça também para ver algum trabalho. Eu acho que o trabalho melhorou 100%.

---

<sup>21</sup> O município de Cariacica faz parte da Grande Vitória, com a estruturação da Secretaria Municipal de Agricultura o município por meio do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) estabeleceu o PAA. O programa beneficiou de 2006 a 2008 mais de 20 instituições, foram comprados mais R\$ 710 mil em alimentos, dos agricultores familiares, totalizando 491 toneladas doadas a mais de 20 instituições (PMC, 2012).

[...] Daquela época para hoje o Incaper tá outra coisa, tá bem melhor. [...] Hoje em dia, o F. ali tá bom, até demais o F. faz. Tem muita vontade de fazer, corre atrás, busca trazer novidades, né A.? Agora no PAA mesmo se não fosse o F. eu acho que não existia PAA aqui em Iconha. Não funcionava no caso, porque é tudo através dele, liga para ele, é ele que recebe os pedidos, ele manda para ele o pedido leva a nota ele envia as notas para lá. Tudo através dele ali .

[...] Agora mudou de figura, é outra história, mesmo porque agora todo mundo fala em agroecologia, em orgânico, em meio-ambiente o governo se envolveu nisso né! A política está dentro disso agora as Incaper são outras, já tem esse e de Iconha deu uma mudança grande, mudou as pessoas que trabalhavam .

Nos trechos transcritos verifica-se ao mesmo tempo uma avaliação positiva da ação dos extensionistas, a pessoalização (“se não fosse o F. ...”, afirma um entrevistado) e a centralização da ação extensionista, como também os indícios da construção de uma relação de dependência dos agricultores em relação ao técnico. Esta relação de dependência parece inevitável para a decodificação dos mecanismos e instrumentos criados pela burocracia estatal para o acesso aos programas de políticas públicas. Tem a ver como o modo como essas políticas criam novas institucionalidades que são pouco acessíveis e bastante distintas das relações cotidianas e de sua lógica de comportamento. O agente de extensão, nesse caso, funciona como tradutor, interlocutor e mediador entre os agricultores e o “mundo estatal”.

As novas políticas do governo federal, que propiciavam a entrega dos produtos dos agricultores familiares nas escolas municipais, bem como a instituições que abrigam pessoas em situação de risco alimentar, não só estimularam os grupos já envolvidos no processo como incentivaram o surgimento de novas organizações no município de Iconha. Se antes o processo no município se escorava em duas associações, atualmente são quatro, envolvendo cerca de 70 famílias. Os números revelam a proporção significativa de escolas atendidas em sete municípios: um total de 398 escolas em 2010, sendo 117 no município de Serra e 99 em Vitória (Incaper, 2011). Na fala de um extensionista entrevistado, o projeto fortaleceu a economia local, enriquecendo e diversificando a alimentação dos estudantes nas escolas:

[...] ah! tem muitos [*pontos positivos*], assim como eu te falei a qualidade dos produtos, aí sendo produto de melhor qualidade, aí o prato fica mais colorido, o prato fica mais bonito; tem como fazer uma preparação mais... uma saladinha, uma coisa mais inteira para os próprios alunos vê o que está comendo. [...] Também, porque a renda flui e fica dentro do município mesmo, né, com certeza a parte econômica é muito boa para o município. A gente não tá colocando dinheiro para fora, prá outros municípios, a gente tá colocando para o nosso município mesmo.

Na voz de um segundo profissional entrevistado, pertencente ao quadro do governo municipal envolvido no projeto, há ainda uma série de dificuldades a serem resolvidas. Para ele a logística é a mais complexa em função do número de unidades envolvidas, exigindo um esforço muito grande dos agricultores para entregar os alimentos em cada escola. A fim de tentar solucionar esse problema, estaria ocorrendo no município um processo de organização de uma cooperativa dos agricultores familiares. Até o momento da realização da pesquisa em campo esta já havia sido fundada oficialmente e possuía infraestrutura mínima para funcionamento: sala, veículo e proposta de uma verba mensal cedida pela municipalidade.

Pelo exposto até o momento, pode-se perceber que para atender o número de municípios e escolas envolvidos, estava se exigindo uma maior complexidade na organização dos agricultores. Logo, se atender a esse crescente mercado trouxe oportunidades para os agricultores, outros aspectos preocupantes despontaram. Entre eles uma possível perda de capacidade de gestão direta da comercialização pelos agricultores, que estiveram historicamente envolvidos com as feiras e recentemente com as políticas do PAA. A necessidade de criação da cooperativa ilustra esse processo. Tal empreendimento parece fugir do controle dos agricultores envolvidos, principalmente daqueles que participaram dos primeiros processos de constituição da feira no município. Nas entrevistas realizadas no município, um dos agricultores destaca esse aspecto:

Eu não gosto de falar de cooperativa não [...] porque eu não acredito. A princípio era reunir várias associações para formar a cooperativa, mas daí abriram o leque para tudo, intermunicipal. E joga associações lá dentro, joga pessoas que nunca participaram de nada. Tão fazendo inscrição para entrar, tudo iludido que o presidente fala assim, vai vender para merenda escolar, vai vender, vender

isso, vai vender aquilo e quando agente tenta falar, não – oh, é mais divagar o negócio, aí as pessoas acham que agente tá falando errado o negócio. Tá querendo puxar para trás, a nossa associação no meu ponto de ver não entraria na cooperativa, se algum sócio que entrar, entra porque.

Neste sentido, percebeu-se um temor na forma como a cooperativa estava sendo constituída, verificou-se inclusive a resistência de determinados grupos em participar no processo. Assim, percebe-se que quanto mais complexa vão se tornando as estratégias de comercialização maior é a demanda pela organização formal dos envolvidos – principalmente em resposta ao conjunto de instituições burocráticas –, gerando a necessidade de atender às novas obrigações, processo que requer novas informações, conhecimentos, habilidades técnicas, capacidades, etc. Se por um lado as políticas e programas facilitam os processos de comercialização, elas exigem dos agricultores, em contrapartida, mecanismos de organização e obediência a normas gerais para atender às novas institucionalidades que se criam. Silva (2010) denomina esse conjunto de novas institucionalidades de “dominação normativa”, no sentido de que elas impõem aos agricultores a obrigação de normatização das suas organizações, condutas e práticas para atender requisitos das políticas públicas e seus programas. Logo, se assiste, a partir da ilustração oferecida pela trajetória apresentada anteriormente, o que Habermas anunciou como a ‘colonização’ do mundo da vida pelo mundo sistêmico.

### **3. CONSIDERAÇÕES NÃO FINALÍSTICAS SOBRE UM PROCESSO AINDA EM CURSO**

A experiência aqui analisada revela que a inovação nos processos de organização produtiva e comercialização dos agricultores familiares agroecológicos do município de Iconha-ES foi marcada, ao longo de sua trajetória, por três elementos-chave: (a) o processo histórico de organização dos agricultores, alicerçado em sua experiência com a produção agrícola de base ecológica e o capital social construído em torno dessa prática. Esse processo foi mediado por agentes externos (principalmente a APTA), possibilitando campo fértil para o trabalho de introdução e difusão dos princípios da agroecologia. Esse encontro teria fortalecido e direcionado a ação coletiva e o incremento do capital social presente na localidade; (b) a presença e a mudança de perfil da ação



extensionista do Incaper, que parece ter respondido positivamente à complexidade do contexto, conduzindo os agentes a um tipo de ação que contrariava e buscava superar o *habitus* estabelecido pela abordagem convencional da extensão rural, fundamentada no difusionismo e no produtivismo agrícola. Como demonstrado na análise, a partir de 2005 os agentes do Incaper passam a atribuir outro significado à sua ação, re-significando concepções e práticas e adotando uma abordagem interativa, que buscou dialogar com as especificidades e requisitos do contexto; e (c) a formação de novas capacidades nos atores envolvidos, como resultado parcial da necessidade de articular politicamente uma rede de cooperação, de modo a viabilizar novas propostas de comercialização e criação de relações diferenciadas entre produtores e consumidores de alimentos. Essa rede ultrapassou os limites do município de Iconha e tornou-se referência para outros processos.

Destacando as mudanças observadas na ação extensionista estatal na experiência de Iconha, inferimos que estas estão relacionadas a uma configuração das inter-relações estabelecidas entre diversos atores. Estes atores se encontraram em uma conjuntura e em contexto relativamente favoráveis à junção entre trajetórias locais, conjuntura política e inovações sociotécnicas incentivadas por agentes externos ao contexto local. Esta explicação fundamenta-se no argumento de que as situações de interdependência criadas entre os atores possibilitaram, ainda que parcialmente, a expressão de diversas racionalidades, modos de agir, estilos de tomada de decisão e intencionalidades que, em dados momentos, acionaram processos de ação comunicativa que buscaram enfrentar as formas de imposição normativa ou regulatória que atingiam o processo, principalmente as originárias do Estado por meio das instituições criadas pelas políticas públicas.

A experiência aqui analisada não pode ser compreendida sem que mencionemos a influência do contexto social mais amplo sobre a mesma. Naquele contexto, as ações do “movimento agroecológico” influenciavam a interação local, principalmente pela presença e atuação da APTA. Da mesma forma, as mudanças de orientação normatizadas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), a partir de 2004, devem ser consideradas como elemento importante à trajetória de interação entre os atores em Iconha. Considerando o contexto do estado do Espírito Santo, havia também um cenário favorável à experimentação e à mudança. Em resposta à Pnater e aos incentivos governamentais à extensão rural, o governo do estado promoveu em 2004 um concurso público para a contratação de novos servidores,

permitindo a inserção institucional de profissionais cujo perfil indicava a adesão a uma ação extensionista diferenciada – que denominamos “abordagem interativa”. Assim, o contexto macrosocial é parte fundamental da compreensão do processo de configuração da experiência local. Argumenta-se que as condições locais encontraram um ambiente favorável na conjuntura macrosocial, potencializando as mudanças relatadas (tanto o potencial quanto os limites identificados na experiência).

No percurso da experiência a rede de comercialização ampliou suas ações com a incorporação de novos atores, por exemplo, os agricultores familiares de Santa Maria de Jetibá. Outro aspecto importante, como consequência indireta, foi o fato de o município passar a ser conhecido no Espírito Santo, recebendo grupos de agricultores, estudantes, profissionais interessados em conhecer o movimento que se constitui a partir das práticas ecológicas de produção.

Por outro lado, a pesquisa demonstrou que a rede criada começava a identificar e a enfrentar vários desafios à sua efetividade e à sua própria existência enquanto tal. O mais importante deles era manter um caráter de mobilização e solidariedade que extrapolasse o ativismo da realização de tarefas pontuais e/ou a mera utilização das “vantagens” da ação coletiva para benefício individual, desfocando objetivos de construção coletiva, aqueles presentes na animação inicial do movimento. Outro aspecto importante tem sido o processo de constituição de uma cooperativa. As divergências ocorrem quanto aos objetivos desta organização. Uns alegam que a instituição da cooperativa está relacionada a um caráter instrumental da ação, apenas respondendo às normas e requisitos que são externos ao processo; outros acreditam que a cooperativa pode representar algo verdadeiramente orgânico à mobilização e ao movimento, de forma a responder às demandas da estrutura e organização exigida pelo grau de inserção no mercado, atingido pelo processo de comercialização desencadeado.

O quadro evidenciado pelos entrevistados revela o temor pelos rumos apontados pelos que são identificados como “dirigentes da organização”. Um primeiro temor diz respeito a uma suposta desvalorização da “construção histórica da agroecologia” na experiência e, conseqüentemente, do processo de comercialização daí derivado; um segundo aspecto é relacionado aos “interesses políticos partidários” que vão se constituindo pelos dirigentes da nova cooperativa, fato que contribuiria para o desvirtuamento da proposta

inicial; e o terceiro elemento, a composição dos novos cooperados, que desconheciam e não tinham referências sobre qualquer mecanismo de comercialização por meio da organização social proposta: no caso, a cooperativa.

Pelo exposto, o receio percebido parece ser legítimo, revelando uma preocupação com a possível incorporação do mundo vivido pelo mundo instrumental das instituições criadas pelos mercados e pelas políticas públicas, sinalizando uma mudança de valores nem sempre positiva à afirmação dos valores enraizados na cultura local, tão caros aos princípios da agroecologia. Neste cenário a comercialização corre o risco de passar a ser uma simples forma de atingir o mercado; a construção social, como ação coletiva que se origina e se mantém pelo protagonismo dos atores locais e suas redes – corre o risco de não ser mais reconhecida e percebida em sua autenticidade. No campo da ação comunicativa, a legitimidade dos espaços de debate, de confronto das ideias pode perder o sentido diante da força dos procedimentos burocráticos e instrumentais, esses assumindo um papel mais significativo e preponderante. O desafio está colocado e o futuro revelará quais caminhos foram escolhidos e se tornaram possíveis aos atores desse contexto social.

#### 4. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. A densa vida financeira das famílias pobres. In: ABROMOVAY, Ricardo (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004. Pp. 19-67.

APPENDINI, Kirsten.; NUIJTEN, Monique. El papel de las instituciones en contextos locales. **Revista de La Cepal**, n. 76, p. 71-88, abr. 2002.

ASSOCIAÇÃO DE PROGRAMAS EM TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. **Organização da feira orgânica de Vitória – Espírito Santo**. In: Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ENA/Núcleo Executivo, 2002. Obra Coletiva. 84p.

ASSOCIAÇÃO DE PROGRAMAS EM TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. **Promoção de sistemas agroflorestais junto a associações de pequenos agricultores no Espírito Santo**.

Subprojeto PD/A Nº 237. Vitória, set.2000. (Relatório de andamento da implementação - Relatório consolidado final – fev. 97 a ago.00).

ASSOCIAÇÃO DE PROGRAMAS EM TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. **Relatório de atividades**: Convênio IAF (BR-767). Vitória, abr. 2000 a mar. 2001.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília/DF, 25 de ago.2006. p.1.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de jun. 2009. p. 2.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 de jul. 2003. p.1.

DIAS, Marcelo M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v.1, n.1, jun./dez. 2008.

CAPORAL, Francisco, R; COSTABEBER, José, A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 166 p.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José, A. **Extensão rural e agroecologia**. 2ª ed. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007. 24 p.

CHEQUETO, Jonas. Educação e formação em agroecologia. In: **Encontro Nacional de Agroecologia – Textos para debate**. Rio de Janeiro: ENA/Núcleo Executivo, 2002. Obra Coletiva. 84p.

DIGGINS, John P. **Max Weber**: a política e o espírito da tragédia. Tradução de Liszt Vieira e Marcus Lessa. Rio de Janeiro: Record, 1999. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?tbm=bks&hl=pt-BR&q=burocracia+Weber&btnG=>>>. Acesso em: 12 Abr. de 2012.

DUARTE, Daniel do N. O processo de inserção dos produtos orgânicos na alimentação escolar do município de Vitória, Espírito Santo. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.2, n.2, p. 99 – 103 out. 2007a. (Revista do V CBA) Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/2472/2216>> Acesso em: 18 dez. 2011.

DUARTE, Daniel do N. **Memórias de um processo de comercialização**: do feijão-de-porco a comercialização - uma experiência em construção. Incaper: Linhares, 2007b. (não publicado).

FRANCO, Augusto de. Capital social e desenvolvimento: O desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia. Maceió, ago. 2001. **Paper para o Seminário**: Os Distritos Industriais e o Modelo de Desenvolvimento da Terceira Itália em Questão: Perspectivas para os Programas Xingó e Zona da Mata do Nordeste. Maceió, ago. 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 147 p. (Coleção Leitura).

FREITAG, Bárbara. Sistema e “mundo vivido” em Habermas. **Revista GEEMPA**, Porto Alegre, n. 1, p. 61-73, jul. 1993.

GONÇALVES, Maria A. S. Teoria da ação comunicativa de Habermas: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 66, p. 125-140, abr. 1999.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**. v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May 1973.

HERMANN, Nadja. **Hermenêutica e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 112p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: Sistema IBGE de recuperação

automática. SIDRA. Disponível em: < [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em: 12 dez. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Diagnóstico**: Análise de recursos e capacidades dos atores do Projeto Fortalecimento dos Espaços de Comercialização Solidária através da Agricultura Familiar e Organizações Sociais da Grande Vitória. Vitória: GTZ/Projeto DLS/Incaper, out. – nov. 2006a. (Relatório).

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Iconha**: plantando onhos e modificando a realidade dos agricultores. Iconha/ES: Incaper, 2011. (Relatório - Prêmio Inoves, ciclo 2011).

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Oficina de planejamento estratégico do projeto fortalecimento dos espaços de comercialização solidária através da agricultura familiar e organizações sociais da grande Vitória**. Vitória: GTZ/Projeto DLS/Incaper, dez. 2006b (Relatório síntese).

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Relatório da reunião sobre os mercados para de produtos agroecológicos**. Vitória: Incaper, mai. 2005. (Relatório).

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Relatório do plano de negócio do “programa alimentação orgânica nas escolas”**. Vitória: Incaper, mai. 2007. (Relatório).

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **PIB Municipal**. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258](http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258)>. Acesso em: 20 mai. 2012.

LEITE, Rogério P. A nação como sistema e os novos nacionalismos. In: **Lua Nova**: revista de cultura política. São Paulo: Cedec, n. 44, p. 191-211, 1998.

MARTELETO, Regina M.; OLIVEIRA E SILVA, Antônio B. de. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução/CD/FNDE nº 38, 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de jul. 2009. p.10.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO. **A pedagogia da alternância é a política educacional adotada nas Escolas Famílias Agrícolas do Mepes**. Disponível em: < <http://www.mepes.org.br/alternancia.html> >. Acesso em: 12 dez. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: < <http://www.cariacica.es.gov.br/default.asp>> Acesso em: 26 jan. 2012.

SAMPAIO, Inês S. V. Conceitos e modelos da comunicação. **Ciberlegenda**, n.5, 2001.

SILVA, Márcio G. da. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz – MG**. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2010.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário antropológico**, v. 84, p. 11-44, 1985.

VERDEJO, Miguel E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Revisão e adaptação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA/SAF, 2006. 61 p.

Trabalho recebido em 23 de abril de 2012;  
Trabalho aprovado em 26 de julho de 2012;





## PROPOSIÇÃO DE APLICAÇÃO DO BALANCED SCORECARD EM UMA EMPRESA AQUÍCOLA: um estudo piloto

Cristiano do Nascimento<sup>1</sup>  
Luciane Maria Gonçalves Franco<sup>2</sup>

### Resumo

Este estudo objetivou verificar a possibilidade de aplicação do *Balanced Scorecard* – BSC em um empreendimento aquícola. Para tanto, na pesquisa exploratória, realizada por meio do método observacional, com suporte da literatura, utiliza-se a abordagem qualitativa dos dados. Resultados do estudo: a partir da construção deste estudo foi possível definir a estratégia organizacional com base na busca pela eficiência operacional; o estudo mostra a importância do diálogo entre os gestores e colaboradores para o efetivo aprendizado sobre o BSC; com o uso do BSC os gestores podem ter controle financeiro e não financeiro de todas as práticas operacionais, e assim podem ter maior controle na execução dos objetivos estratégicos, desse modo, os gestores podem avançar no sentido de ampliar a rentabilidade do negócio aquícola. Por fim, salienta-se a importância do uso da metodologia BSC e assim manter o foco estratégico e alcançar os objetivos estabelecidos, pois se acredita que a aplicação do BSC pode proporcionar resultados satisfatórios no processo produtivo, de beneficiamento e comercialização da empresa aquícola.

**Palavras-chave:** aquícultura, *balanced scorecard*, estratégia

---

<sup>1</sup>Mestrado em Contabilidade. Universidade Federal do Paraná, E-mail: cristiano.nascimento.cont@gmail.com

<sup>2</sup>Mestrado em Contabilidade. Universidade Federal do Paraná, E-mail: lutc@tce.pr.gov.br

## PURPOSE OF APPLICATION OF THE BALANCED SCORECARD IN A COMPANY AQUACULTURE: a pilot study

### Abstract

The goal of this study is to identify the possibility of applying the Balanced Scorecard - BSC in an aquaculture business. To do so, exploratory research was made by means of the observational method, with the support of literature and the use of a qualitative data approach. Among the study's findings, stands out: from the construction of this study it was possible to set the organizational strategy based on quest for operational efficiency; the study shows the importance of dialogue between managers and employees for effective learning on the BSC; using the BSC the managers can have non-financial and financial control of all operating practices, and so may have more control in implementing the strategic objectives, thus, managers can act to increase the profitability of the aquaculture business. Finally, stand up the importance of using BSC methodology and thus maintain the strategic focus and achieve the established objectives, since it is believed that the application of BSC can provide satisfactory results in the production process, industrialization and marketing of the products of company.

**Key-words:** aquaculture, balanced scorecard, strategy

### 1. INTRODUÇÃO

O processo produtivo aquícola marinho catarinense voltado para o cultivo de ostras (*Crassostrea gigas*) e mexilhões (*Perna perna*) é composto por empresas formalmente constituídas, as quais configuram pessoa jurídica e outras constituídas e geridas por pessoas de mesma família, ou seja, atuam sob a forma de empresa familiar, comumente não registrada de forma legal, com característica de pessoa física. O processo de cultivo dos moluscos em razão do tempo de dedicação que demanda combinado com os aspectos financeiros concentram a atenção dos gestores do empreendimento aquícola, cujo fato pode vir a resultar em menor atuação gerencial em áreas igualmente relevantes para um desempenho organizacional satisfatório.

A gestão do negócio aquícola envolve a compra de insumos, produção de insumos, a produção primária com o cultivo de mexilhões e ostras, o beneficiamento, a transformação, comercialização, distribuição, e até mesmo a venda direta ao consumidor final. Diante do exposto, salienta-se que o gestor deve estar atento aos diferentes aspectos relacionados à atividade, assim como ter conhecimento acerca dos custos dos produtos, a forma de comercialização, saber decidir em benefício da margem de lucratividade e volume de vendas, e ainda dispor-se a conhecer o ambiente econômico e social capaz de influenciar o desempenho organizacional.

Neste sentido, desponta a perspectiva de maximização dos recursos investidos no empreendimento, no longo prazo, em termos de fluxo de caixa, e assim assegurar o desempenho satisfatório da organização. Destaca-se a existência de ferramentas gerenciais utilizadas em benefício da gestão empresarial. Neste contexto, apresenta-se o *Balanced Scorecard* – BSC, o qual constitui ferramenta utilizada para avaliar o quanto da estratégia empresarial se transforma em resultados favoráveis à empresa. O BSC é “um sistema de informação para o gerenciamento da estratégia empresarial” (Padoveze, 2003, p. 121). Dessa forma, o BSC constitui ferramenta que auxilia o gestor em meio às práticas de gestão no intuito de cumprir com a missão e a estratégia da organização.

Diante do exposto, busca-se resposta para o seguinte questionamento: qual a contribuição da implementação da ferramenta estratégica *Balanced Scorecard* para a melhoria dos processos em uma empresa aquícola dedicada ao cultivo de mexilhões e ostras, no litoral catarinense? Dessa forma, o objetivo principal a ser alcançado compreende a verificação da possível aplicação da ferramenta estratégica *Balanced Scorecard*, mediante capacidade contributiva, na melhoria dos processos relacionados às práticas de gestão do empreendimento aquícola. Para atingir esse objetivo principal, inicialmente, busca-se verificar a existência de lacunas no gerenciamento da empresa produtora de moluscos mediante acompanhamento e observação da dinâmica operacional da empresa aquícola, para então, na sequência, assumir posição acerca da proposição de aplicação do *Balanced Scorecard* em uma empresa aquícola.

A relevância deste estudo fundamenta-se no propósito de continuidade da empresa ao longo do tempo, no intuito de contribuir na manutenção da existência da empresa, em meio a um mercado competitivo, com equilíbrio financeiro e operacional. Neste sentido, justifica-se a perspectiva investigativa acerca do uso do BSC, o qual permite a criação de: um mapa estratégico, definição de objetivos, iniciativas estratégicas, composição e base informacional para a tomada de decisão, e avaliação do desempenho organizacional. Desse modo, por meio da proposição de um estudo piloto, faz-se uso da metodologia do BSC, o qual se mostra como ferramenta importante nas etapas de planejamento e gestão em benefício do empreendimento aquícola. Ressalta-se que o presente estudo também busca contribuir no desenvolvimento do pensamento estratégico, mediante aplicação do BSC, junto aqueles que pesquisam ou atuam na atividade produtiva aquícola, assim como, de forma associativa, aos que pesquisam ou atuam nos demais segmentos produtivos do setor primário, sobretudo quando trata-se de abordagem inerente ao pensamento estratégico em ambiente com presença de atuação de pequenos empresários rurais.

## 2. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Nesta seção fundamentam-se os constructos *Balanced Scorecard*, estratégia empresarial e setor aquícola catarinense, sob a forma de revisão

de literatura, cujos conceitos apresentados serão utilizados como suporte conceitual para a solução do presente estudo.

## 2.1 *Balanced Scorecard* – BSC

O BSC foi desenvolvido por Kaplan e Norton, o qual foi apresentado sob a forma de artigo intitulado de “*The Balanced Scorecard – Measures that drive performance*” em 1992. No ano seguinte, Kaplan e Norton publicaram um segundo artigo com o título “*Putting the Balanced Scorecard to Work*”. O BSC “traduz a missão e a estratégia da empresa em um conjunto abrangente de medidas de desempenho financeiras e não financeiras que serve de base para um sistema de medição e gestão estratégica” (Padoveze, 2003, p. 121).

Lunkes (2007, p. 170) salienta que “o BSC consiste de um conjunto integrado de medidas de desempenho que são derivadas da estratégia da empresa”. O BSC constitui sistema de gerenciamento e de avaliação do desempenho sob quatro perspectivas: financeira, do cliente, do processo empresarial interno e de aprendizagem e crescimento (Kaplan; Norton, 1997).

A perspectiva financeira indica se a estratégia organizacional e operações acrescentam valor aos acionistas (Lunkes, 2007). Conforme Kaplan e Norton (2000), a perspectiva financeira compreende duas estratégias básicas: crescimento da receita e produtividade. A estratégia denominada de crescimento irá refletir nas outras perspectivas, no sentido de gerar novas fontes de receita provenientes de novos mercados, novos produtos ou novos clientes ou na ampliação do relacionamento com os clientes existentes. Enquanto que a estratégia de produtividade irá refletir na busca da execução eficiente das atividades operacionais em apoio aos clientes atuais, podendo incluir, também, a redução de custos.

Quanto à perspectiva do cliente, o BSC indica como a estratégia e operações organizacionais acrescentam valor ao cliente (Lunkes, 2007). De acordo com Kaplan e Norton (1997), o interesse dos clientes tende a se enquadrar em quatro categorias, a saber: prazo, qualidade, desempenho e serviços, e custo, com medidas distintas aplicadas a cada uma das quatro categorias, as quais denotam atenção por parte dos gestores no sentido da empresa adotar indicadores de desempenho que identifiquem a percepção dos clientes.

No que trata do processo interno, Kaplan e Norton (1997), afirmam que no *Balanced Scorecard*, os objetivos e medidas derivam de estratégias explícitas voltadas para o atendimento às expectativas dos acionistas e clientes-alvo. Neste sentido, o BSC demonstra como os processos empresariais internos operam para acrescentar valor primeiro ao cliente, e posteriormente ao acionista (Lunkes, 2007).

Na perspectiva de aprendizagem e crescimento tem-se o indicativo de como a infraestrutura está preparada para a inovação e crescimento no longo prazo (Lunkes, 2007). Dessa forma, salienta-se a prerrogativa da associação entre o desenvolvimento dos objetivos e medidas sendo

utilizadas no aprendizado e crescimento organizacional, pois assim converge o entendimento acerca do raciocínio sistêmico dinâmico, exposto por Kaplan e Norton (1997), o qual permite que os indivíduos atuantes nos diferentes setores da empresa compreendam como as peças se encaixam, como o seu papel influencia o papel das outras pessoas, facilitando a definição dos fatores de desempenho e as iniciativas correlatas que não apenas medem a mudança, mas também a alimentam.

A implantação do BSC, conforme Kaplan e Norton (1997) compreende a construção da metodologia baseada nas características próprias da organização. A metodologia é dividida em quatro etapas, as quais desempenham o papel de incentivar o comprometimento com executivos e gerentes:

- definição da arquitetura de indicadores estratégicos: seleciona-se a unidade organizacional adequada e identificar as relações entre a unidade de negócio e a corporação;
- o consenso em função dos objetivos estratégicos: após análise da documentação que dispõe sobre a visão, missão, informações setoriais e ambiente competitivo, clientes, mercado, inovações, executa-se uma entrevista no sentido de sintetizar o volume de respostas e dados obtidos para fins de preparação da relação de objetivos e medidas nas quatro perspectivas;
- escolha e elaboração dos indicadores: consiste no aprimoramento da descrição dos objetivos estratégicos, identifica-se o indicador ou indicadores que captam o propósito do objetivo, em cada indicador delimitado devem-se identificar as fontes e ações no intuito de tornar a informação acessível, para cada perspectiva, e ainda, buscar descrever como cada medida influencia a outra; e
- elaboração do plano de implementação: nesta etapa é desenvolvido o plano de implementação do BSC, no qual fica definida a visão, objetivos e indicadores, e na sequência é decidido como se executará a implementação da estratégia, a comunicação dos objetivos definidos a todos os colaboradores, integrar à filosofia de gestão e desenvolver um sistema informacional que atenda as prerrogativas do BSC.

De acordo com Kaplan e Norton (2004), salienta-se a importância do planejamento estratégico para que o gestor possa atuar com maior eficiência. Neste sentido, apresentam-se os elementos essenciais para a gestão estratégica do desempenho e do BSC, a saber: negócio, missão, valores, visão, políticas estratégicas, análise de ambientes, fatores críticos de sucesso, mapa estratégico, *Balanced Scorecard*, metas iniciativas e ações.

O BSC constitui um sistema de gestão estratégica com finalidade de operacionalizar as estratégias organizacionais, em que todos os objetivos e indicadores do BSC, financeiros e não financeiros, devem emanar da visão e da estratégia da organização (Kaplan; Norton, 1997). Cada empresa tem características próprias, logo pode optar por seguir um delineamento específico na construção de um BSC. Para isto, de acordo

com Kaplan e Norton (1997) os gestores devem selecionar um número limitado de indicadores críticos dentro de cada uma das quatro perspectivas, desse modo o BSC ajuda a focar a visão estratégica da organização.

No que tange a pesquisas feitas sobre o BSC associadas ao setor aquícola, destaca-se o estudo de Rosa; Selig e Mâsih (2001) na qual é avaliado o desempenho de processos de pesquisa em um laboratório de moluscos marinhos e concluem que o *Balanced Scorecard* constitui ferramenta adequada e facilitadora no gerenciamento dos processos e das mudanças ocorridas no setor de algocultura. Pedruzzi Junior; Pedruzzi e Silva Neto (2011) utilizam-se da metodologia do BSC para verificar como os elementos de controle podem contribuir com as atividades da piscicultura em pequenas propriedades. O resultado revela que os erros ocorridos na atividade da piscicultura poderiam ser mensurados por meio das informações gerenciais, permitindo, inclusive, agregar valor ao produto e aumentar a renda do produtor aquícola.

## 2.2 Estratégia empresarial

Conforme Oliveira (2010) a estratégia constitui ação ou caminho mais adequado a ser executado para alcançar os objetivos e desafios da empresa. Segundo Mintzberg; Ahlstrand e Lampel (2000) a construção da estratégia consiste no processo de tomada de importantes decisões, envolvendo a organização em todos os seus aspectos (estruturais e comerciais), e que a estratégia propriamente dita é o somatório dessas decisões. De acordo com Norton e Kaplan (2004, p. 34) a estratégia constitui “um processo gerencial isolado, é uma das etapas de um processo contínuo lógico que movimenta toda a organização desde a declaração de missão de alto nível até o trabalho executado pelos empregados da linha de frente e de suporte”.

Conforme Maximiano (2000, p. 415), as estratégias constituem “decisões que se colocam em prática para atingir objetivos estratégicos, sejam eles a recuperação de uma empresa em má situação, a manutenção de um bom desempenho, o alcance de um novo patamar de resultados, o crescimento ou a manutenção do mercado”. A estratégia compreende todas as práticas organizacionais, dessa forma desponta a perspectiva do planejamento estratégico. Conforme Oliveira (2010) o planejamento estratégico consiste no desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, orientadas a capacitar e avaliar implicações futuras de decisões presentes em função de objetivos empresariais no sentido de facilitar a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz.

O planejamento estratégico permite delimitar a direção a ser seguida na gestão do negócio, pois o gestor passa a agir pautado na orientação de objetivos anteriormente estipulados. Neste sentido, o processo de planejamento estratégico enriquece o entendimento dos gestores a respeito dos objetivos e dos negócios da empresa (Thompson

Jr.; Strickland, 2000). Neste contexto, mediante aplicação do BSC, segundo Kaplan e Norton (2004, p. 32) desponta a perspectiva de criar o mapa estratégico empresarial, o qual “fornece um modelo que mostra como a estratégia liga os ativos intangíveis a processos que criam valor”.

A elaboração do mapa estratégico representa uma etapa importante do processo de gestão em que o gestor pensa o futuro da empresa. Kaplan e Norton (2004) salientam que o mapa estratégico tem se apresentado como inovadora ferramenta de uso empresarial ao converter ativos intangíveis em ativos tangíveis para atingir resultados notáveis, representados da seguinte forma: resultados notáveis = mapas estratégicos + estratégia em ação + organização orientada para a estratégia. Os mapas estratégicos assumem o papel de explicitar a lógica de gestão com o uso do BSC, mediante hierarquização dos objetivos organizacionais (Neves; Palmeira Filho, 2002).

O mapa estratégico, em conformidade com as premissas estabelecidas por Kaplan e Norton (2004), mostra-se como uma ferramenta visual e dinâmica aplicável a todas as organizações em qualquer setor de atividade, o qual quando elaborado sob medida pode dispor de indicadores dos principais processos internos que determinam o sucesso da estratégia empresarial, assim como a necessidade de medidas corretivas imediatas. Deste modo, conforme os autores supracitados, a elaboração do mapa estratégico permite que a empresa alinhe os investimentos em pessoal, tecnologia e capital investido no sentido de gerar o maior impacto favorável possível.

Neves e Palmeira Filho (2002) atestam que os mapas estratégicos evidenciam a dinâmica do BSC, nos quais os objetivos estratégicos são devidamente relacionados. Importa ressaltar que as relações de causa e efeito são expressas em um mapa estratégico, o qual constitui uma “representação visual das relações de causa e efeito entre os componentes da estratégia de uma organização” e significaria uma evolução dos conceitos anteriores do BSC (Kaplan; Norton, 2004, p. 10). Segundo Silva (2003) os mapas oferecem um melhor entendimento da estratégia, cujo processo a põe em destaque, fazendo-a ser o foco da organização.

### 2.3 Setor aquícola catarinense

A atividade aquícola compreende o uso de ambientes aquáticos marinhos e continentais, no intuito de cultivo ou criação de organismos como plantas aquáticas, peixes, crustáceos e moluscos. O Decreto-lei nº 4.895, de 25 de novembro de 2003, concede o direito a pessoas físicas ou jurídicas de se enquadrarem na categoria de aquícultor. No artigo 2º, este decreto define a aquícultura como “o cultivo ou criação de organismos cujo ciclo de vida, em condições naturais, ocorre total ou parcialmente em meio aquático”.

O cultivo de ostras e mexilhões feito no mar é comumente denominado de maricultura, mediante concessão de uso do corpo marinho por parte da União. O cultivo de mexilhões é chamado de mitilicultura,

enquanto que o cultivo de ostras é conhecido como ostreicultura. Importa salientar que o início do cultivo de molusco no litoral catarinense se desenvolveu em regime de economia familiar, com a implantação de estruturas produtivas em que os membros da família viam-se envolvidos com o negócio, como atesta Rosa (1997, p. 150) ao afirmar que “em 89% dos cultivos há uma participação efetiva da esposa e dos filhos”.

A prática produtiva de cultivo no mar, em Santa Catarina, é composta, em grande parte, por empreendimentos de pequeno porte, com perfil predominantemente familiar de trabalho na atividade aquícola, sendo o cultivo de moluscos o de maior representatividade na composição da renda dos produtores (Souza *et al* 2011). Diante do exposto, a implantação da prática de cultivo de moluscos nas baías norte e sul de Florianópolis assume um papel de destaque no desenvolvimento econômico e social do município.

No ano de 2010 o Estado de Santa Catarina apresentou 94,09% de participação da produção aquícola marinha da região sul e 18,38% de participação na produção nacional, enquanto que o município de Florianópolis é responsável por 77,41% da produção de ostras no Estado (MPA, 2012). A atividade aquícola gera trabalho e renda a um conjunto de setores fortemente vinculados a atividade como o turismo, restaurantes, hotéis, estacionamentos, lojas de artesanato e a área de serviços em geral.

Nascimento *et al* (2009) salienta a necessidade de implementar tecnologias que facilitem o trabalho e conseqüentemente favoreçam o aumento da produtividade, assim como a redução de custos, para que, a partir da formação de um mercado com vocação para o consumo de moluscos, os produtores maricultores catarinenses não incorram no risco de serem prejudicados com o ingresso de moluscos importados. Conforme Santos *et al* (2011) destaca-se a significativa estimativa econômica a partir da comercialização de moluscos de R\$ 12.098.400,00 (doze milhões, noventa e oito mil e quatrocentos reais) remunerados diretamente ao produtor maricultor instalado nas baías norte e sul de Florianópolis. Os moluscos são comercializados em redes de supermercados, contudo, os principais clientes dos empreendimentos aquícolas são restaurantes e bares locais.

Ressalta-se a importância do registro do Serviço de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura, pois o produtor maricultor sem SIF fica condicionado a comercializar seu produto no mercado local por um valor reduzido em razão de não dispor de um certificado de qualidade. Enquanto que o produtor maricultor com SIF dispõe do certificado que qualifica o padrão de qualidade de seu produto, o qual pode comercializar sua produção para outros Estados e atender consumidores locais que preferem consumir moluscos com certificação prévia de qualidade, atestada pelo SIF.



### **3. METODOLOGIA**

A proposição investigativa fundamenta-se na verificação da possibilidade da ferramenta estratégica BSC contribuir na melhoria dos processos relacionados às práticas de gestão do empreendimento aquícola. O delineamento de pesquisa utilizado constitui perfil de estudo de caso, o qual tem como principal função a explicação dos fatos que ocorrem num determinado contexto (Fachin, 2001). A pesquisa tem natureza exploratória com análise qualitativa aplicado em uma empresa aquícola. Os demais procedimentos metodológicos compreendem levantamento bibliográfico, coleta de dados e a aplicação de entrevista semiestruturada.

O método empregado na presente pesquisa caracteriza-se como de natureza exploratória, o qual conforme Cervo e Bervian (1996) é responsável por observar, registrar e analisar os fatos ou fenômenos sem manipulá-los. No intuito de compreender as práticas organizacionais, em meio aos procedimentos de coleta de dados, utilizou-se a técnica de observação. Sobre o método observacional, Fachin (2001) adverte que o observador deve reunir certas condições, entre as quais dispor dos órgãos sensoriais em perfeito estado, de um bom preparo intelectual, aliado à sagacidade, curiosidade, persistência, perseverança, paciência e um grau elevado de humildade. Neste estudo, observam-se a dinâmica das práticas operacionais para fins de se inferir acerca da possibilidade de aplicação do BSC.

Executou-se mapeamento do ambiente interno do empreendimento aquícola formalmente constituído considerando os fatores funcionais do processo produtivo de ostras e mexilhões, beneficiamento e comercialização, no período entre agosto e novembro de 2010. Aplicou-se questionário semiestruturado a um gestor e também sócio do empreendimento, o qual forneceu respostas sobre clientes, serviços oferecidos, segurança alimentar, atendimento ao cliente, atenção ao colaborador, preços, acompanhamento pós-venda e horário de funcionamento dos diferentes setores operacionais.

### **4. RESULTADOS DO ESTUDO**

O desenvolvimento deste estudo parte do intuito de levantar dados e informações em uma empresa dedicada ao processo produtivo de mexilhões e ostras, instalada na baía de Florianópolis, em Santa Catarina, associado ao propósito de verificar como a ferramenta estratégica BSC contribui na melhoria dos processos relacionados às práticas de gestão do empreendimento aquícola. A empresa em estudo dedica-se às práticas de cultivo, beneficiamento e comercialização de ostras e mexilhões. Também comercializa o vôngole, conhecido como berbigão, adquirido na Reserva Marinha do Pirajubaé, localizada na baía de Florianópolis. A empresa é formalmente constituída e dispõe do registro do SIF, o qual permite a ampliação do mercado consumidor mediante busca por clientes fora do

Estado catarinense. Os principais clientes se encontram em grandes centros como São Paulo, Porto Alegre e Curitiba, entre outros. De forma complementar, salienta-se que a empresa dispõe da capacidade de atendimento de clientes localizados em cidades com aeroportos receptores de linhas comerciais regulares.

A estrutura física do empreendimento é composta pela área destinada ao cultivo dos moluscos instalada no mar, entreposto de manejo e seleção dos moluscos com a instalação junto à linha de praia, entreposto de beneficiamento, administrativo e vendas. Os produtos mexilhão e ostra passam por uma classificação comercial, sobretudo a ostra que é diferenciada por tamanho, antes de seguir na etapa de comercialização. Os mexilhões são dispostos para venda com tamanho em torno de 10 centímetros (cm) enquanto que as ostras são classificadas em pequenas entre 6 e 8 cm, médias entre 8 e 10 cm, grandes com tamanho superior a 10 cm.

Os moluscos produzidos e comercializados pelo empreendimento aquícola são considerados perecíveis em tempos específicos, por exemplo, o mexilhão tem validade de um dia, ou seja, 24 horas após a despesca, o mesmo período se aplica ao vôngole, enquanto que a ostra tem validade de três dias após a despesca, em que se ressalta o adequado acondicionamento e resfriamento do produto para o alcance dos referidos prazos de validade.

O ciclo produtivo é de dez meses para as ostras e oito meses para os mexilhões. O manejo dos moluscos é executado de forma manual. As práticas de manejo incluem uma embarcação utilizada para deslocamento entre a estrutura produtiva instalada no mar e a estrutura de manejo e classificação instalada na linha de praia. É considerado imprescindível a inspeção da estrutura produtiva instalada no mar, pois desse modo executam-se consertos necessários junto a estrutura, verifica-se o desenvolvimento e crescimento das sementes, marca-se presença junto a área de cultivo e assim inibe a aproximação de embarcações tripuladas com indivíduos tentados a furar cordas e lanternas de cultivo.

No entreposto junto à linha de praia, no que tange aos mexilhões, executam-se as tarefas relacionadas ao preparo das sementes a serem posta em cultivo no mar e uma primeira limpeza pós-colheita seguida do desprendimento dos mexilhões das cordas em que estão presos. Quanto às ostras, são executados o preparo das sementes a serem postas nas lanternas para cultivo e a primeira limpeza pós-colheita, contudo o manejo das ostras também inclui atividades regulares de lavagem das sementes em conjunto com as lanternas e separação por tamanho das sementes nas lanternas, pois com essa prática o produtor busca evitar a competição por alimento garantindo um crescimento mais homogêneo.

A colheita dos moluscos consiste na retirada das cordas de mexilhão e lanternas com ostras da estrutura produtiva instalada no mar e seu transporte até a estrutura de manejo instalada na linha de praia. Posteriormente, após serem classificados e dispostos em caixas, os moluscos são transportados até a unidade de beneficiamento, cujo prédio

encontra-se estrategicamente localizado em bairro próximo ao aeroporto de Florianópolis. Dentre os produtos comercializados pela empresa o mais importante em volume de vendas e também pelo valor negociado é a ostra.

#### 4.1 Estudo piloto de aplicação do *Balanced Scorecard* em um empreendimento aquícola

A proposição de um estudo piloto fundamentado na metodologia do BSC aplicado em um empreendimento aquícola desponta como perspectiva investigativa com foco de avaliação no retorno aos sócios, os quais salientam a necessidade de se ajustarem ao mercado e nível de competitividade percebido em relação aos concorrentes com mesmo perfil jurídico e direcionados ao atendimento do mesmo perfil de cliente.

Com base nos preceitos expressos pela metodologia BSC salientam-se as perspectivas investigativas dos clientes, processos internos, assim como o aprendizado e crescimento da empresa. Neste contexto, emerge a importância da adoção de estratégia que permita uma tomada de decisão pautada em base informacional diferenciada e confiável.

A aplicação do BSC consistiu na criação de um mapa estratégico mediante definição de objetivos, iniciativas estratégicas e indicadores financeiros e não financeiros a serem utilizados na tomada de decisão e avaliação de desempenho na empresa. Na sequência, apresentam-se as etapas de aplicação do BSC.

#### 4.2 Definição da arquitetura de indicadores para o BSC em uma empresa aquícola

Conforme Kaplan e Norton (1997) a definição da arquitetura de indicadores compreende as seguintes prerrogativas: selecionar a unidade organizacional adequada e identificar as relações entre a unidade de negócio e a corporação. Diante do exposto, salienta-se que a unidade organizacional selecionada compreende a produção, beneficiamento e comercialização de moluscos. Tratar-se de empresa de pequeno porte e não apresenta níveis operacionais hierarquizados com fragmentação em “divisões organizacionais” e disposição de “unidades organizacionais” em linha, que requeiram recorte de controle com nível de complexidade diferenciada em razão do reduzido formalismo entre uma unidade e outra. Quanto à segunda prerrogativa, na sequência, por meio da descrição do processo produtivo, beneficiamento e comercialização, evidenciam-se as relações executadas em meio às práticas operacionais de forma a atender os objetivos organizacionais.

O processo produtivo tem início na seleção e postagem das sementes de ostras e mexilhões em cultivo. As sementes de mexilhões são coletadas junto às boias do sistema *long line* (suspenso flutuante) e no reaproveitamento das sementes presentes nas cordas retiradas da água na colheita, as quais são reempacadas em cordas que serão fixadas na estrutura produtiva de cultivo.

O processo produtivo de mexilhões não apresenta perdas significantes ao longo do período de cultivo. Da postagem das cordas com as sementes para o cultivo até a despesca decorrem oito meses em que não se faz necessário o manejo nas cordas. O processo produtivo de ostras compreende a aquisição de sementes fornecidas pelo Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos – LCMM. O volume de sementes compradas diferencia-se ao longo do ano em razão do planejamento da produtividade maior para períodos com demanda aquecida, como por exemplo, o período do verão. O produtor relata que as perdas por morte da ostra oscilam entre 30% e 50%, sobretudo em decorrência da temperatura da água.

O cultivo da ostra compreende quatro estágios distintos de desenvolvimento ao longo de dez meses. No primeiro estágio, após 30 dias da postagem em cultivo na caixa de madeira, que comporta em média 200 mil sementes a ser submersa no mar, é feita uma lavação, em 60 dias são novamente lavadas e remanejadas para as lanternas berçário. No segundo estágio, aos 90 e 120 dias as sementes são lavadas, aos 150 dias da postagem em cultivo, período que dá início ao terceiro estágio, as sementes são lavadas, peneiradas e diferenciadas por tamanho, visando crescimento semelhante entre as ostras, por lanterna, no intuito de minimizar a competição por nutrientes.

No terceiro estágio as ostras são dispostas em lanternas intermediárias por três meses e são lavadas a cada 30 dias. No quarto estágio, etapa final do cultivo, ocorre o remanejamento para lanternas adequadas a fase final de cultivo, e após dois meses as ostras encerram a fase de crescimento e podem ser comercializadas.

O processo de beneficiamento tem início no entreposto junto ao mar a partir de uma primeira higienização executada com moto-bomba para remoção de algas e incrustações. Após, os moluscos são transportados até a unidade de beneficiamento, na qual toda a produção é submetida a uma rigorosa seleção, nova higienização com água clorada utilizando-se de moto-bomba, na sequência os moluscos são classificados e separados nas quantidades especificadas nos pedidos de compra, embalados, dispostos em caixas e junto é incluído um saco de gelo de meio quilo, as caixas são rotuladas e lacradas, neste momento as caixas são revestidas com saco plástico para serem encaminhadas ao aeroporto.

O processo de comercialização em Florianópolis e região é facilitado principalmente pela disponibilidade de pronta entrega com serviço de *motoboy*. Em mercados fora da região de produção a comercialização se desenvolve inicialmente por meio de representantes comerciais, o qual tem a função de conquistar novos clientes, principalmente restaurantes e hotéis. Toda venda efetuada gera comissão para o representante responsável pela manutenção da proximidade entre a empresa aquícola e o cliente. O cliente pode efetuar seu pedido na página da empresa na internet, por e-mail, telefone e fax. Os pedidos são atendidos no início do dia seguinte, em razão da logística interna, aeroportuária e de entrega ao cliente, para que todas as etapas sejam atendidas ao longo do dia visando o recebimento do produto em seu estabelecimento em no máximo 24 horas após a despesca.

Dentre os indicadores que podem ser sugestionados mediante aplicação do BSC no empreendimento aquícola salienta-se aqueles relacionados ao fluxo de caixa, volume de vendas e retorno sobre o patrimônio líquido no que tange a perspectiva financeira. Quanto a perspectiva do cliente desponta a possibilidade do uso do indicador que verifique o nível de satisfação do cliente em decorrência do serviço prestado. A perspectiva de processos compreende aspectos inerentes ao cultivo, manejo, beneficiamento e venda dos moluscos, portanto, nesta perspectivas os indicadores buscam identificar aspectos como nível de controle das sementes dispostas em cultivo e respectiva expectativa de colheita, assim como verificar o nível de cumprimento do prazo de entrega ao cliente. Na perspectiva de aprendizado e crescimento propõe-se indicadores associados a conscientização do exercício das boas práticas de segurança no trabalho, ambiente de trabalho e nível de comunicação entre gestores e colaboradores.

#### 4.3 Definição do consenso em função dos objetivos estratégicos

A segunda etapa de aplicação do BSC compreende a busca pelo consenso em função dos objetivos estratégicos. Dessa forma, a partir da entrevista semiestruturada com gestor e sócio do empreendimento aquícola foi definida a proposição de alinhamento estratégico para a empresa.

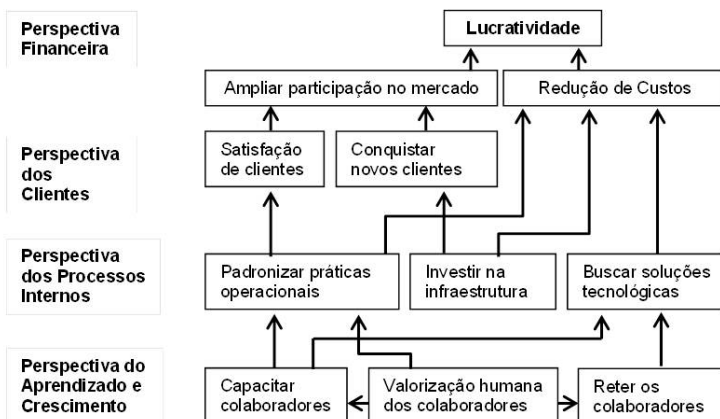
A formulação dos questionamentos da pesquisa encontra-se pautada nos elementos considerados essenciais para a gestão estratégica do BSC em relação ao negócio, missão, valores, visão, políticas estratégicas, análise de ambientes, fatores críticos de sucesso, mapa estratégico, *Balanced Scorecard*, metas iniciativas e ações (Kaplan; Norton, 2004). As proposições investigativas foram baseadas no *Balanced Scorecard* acerca do empreendimento aquícola sob três perspectivas organizacionais, quais sejam: produção, beneficiamento e comercialização. A posição sobre os elementos essenciais para a gestão estratégica do negócio aquícola encontra-se disposta no Quadro 1.

## Quadro 1 – Elementos essenciais para a gestão estratégica do empreendimento aquícola.

<b>Negócio</b>	Trata-se de uma empresa que atua principalmente no setor primário, dedicada ao cultivo de moluscos, atuando nas práticas de produção, beneficiamento e comercialização.
<b>Missão</b>	Produzir alimentos saudáveis e assim contribuir com a qualidade de vida dos consumidores de ostras e mexilhões.
<b>Valores</b>	Qualidade na produção; valorização dos colaboradores; responsabilidade socioambiental; sustentabilidade econômica, social e ambiental.
<b>Visão</b>	Aprimoramento da produtividade e qualidade dos alimentos produzidos para melhor atender a demanda do mercado consumidor de moluscos.
<b>Políticas estratégicas</b>	Buscar a eficiência operacional.
<b>Análise de ambientes</b>	Pontos fortes: experiência na prática produtiva de moluscos; pronto atendimento ao cliente com foco no menor tempo possível de atendimento de suas necessidades; localização da empresa; segurança alimentar mediante certificação com SIF; parceria com empresas aéreas.
	Pontos fracos: falhas no monitoramento da produção; custo fixo elevado; ausência de controle dos custos operacionais; desconhecimento da margem e contribuição unitária.
<b>Fatores críticos de sucesso</b>	Dependência da logística do transporte aéreo para cumprimento do prazo de entrega das encomendas; índice de mortalidade na estrutura produtiva; expectativa do volume de vendas e sua relação com o custo fixo.

A empresa tem como foco estratégico atender uma fatia cada vez maior da demanda por ostras e mexilhões em mercados consumidores que possuem aeroportos atendidos por voos comerciais. Os objetivos estratégicos foram definidos por perspectivas expressas na metodologia do *Balanced Scorecard*. Na perspectiva financeira ficou definido que o objetivo principal é aumentar a receita resultante de estímulo ao aumento das vendas, assim como aumentar a captação de recursos junto a instituições financeiras para fins de investimento no negócio. Na perspectiva de clientes busca-se prioritariamente melhorar a satisfação do cliente em relação aos produtos e serviços oferecidos pela empresa. Na perspectiva de processo internos o foco passa a ser a implementação de métodos que otimizam as práticas produtivas, de beneficiamento e comercialização. Quanto à perspectiva do aprendizado e crescimento pretende-se aumentar a capacitação dos colaboradores, aumentar o nível de comunicação entre setores e pessoas na rotina das práticas operacionais.

Neste sentido, com base na metodologia do BSC, destacam-se as relações de causa e efeito inerentes ao negócio aquícola por meio do mapa estratégico apresentado na Figura 1. Cujo principal objetivo do referido procedimento é estabelecer uma maneira uniforme e consistente de descrever a estratégia, que facilita a definição e o gerenciamento dos objetivos e indicadores (Kaplan; Norton, 2004).



**Figura 1 – Mapa estratégico.**

O mapa estratégico apresentado na Figura 1 tem a finalidade de traduzir as estratégias da empresa nas quatro perspectivas do BSC. Os objetivos estratégicos definidos na segunda etapa da fase de construção deste estudo tem relação de causa e efeito nas quatro perspectivas. Pois, a capacitação dos colaboradores contribui na melhora das práticas operacionais no sentido de qualificação das tarefas executadas minimizando gastos e otimizando resultados no aspecto financeiro e de satisfação dos clientes. Desse modo, o aumento na satisfação do cliente em relação à empresa tende a repercutir no aumento da receita financeira em decorrência do resultado de vendas, e isto decorre do aprimoramento da melhora das práticas executadas, as quais só acontecem em razão da empresa vir a dispor de profissionais capacitados e constantemente atualizados em termos de aprendizado das técnicas de trabalho na aquicultura.

#### 4.4 Definição da escolha e elaboração dos indicadores

A partir do conjunto de dados obtidos na entrevista semiestruturada, seguida de conversas posteriores ocorridas nas ocasiões em que se acompanhou as práticas produtivas, de beneficiamento e comercialização, passou-se a dispor de base argumentativa mais consistente acerca das proposições de objetivos e indicadores a serem delimitados como forma de orientar o gestor para a composição do BSC no empreendimento aquícola.

##### 4.4.1 Na perspectiva financeira

Objetivo: Manter fluxo de caixa positivo, logo se busca contribuir para que o negócio aquícola gere saldo líquido positivo.

Indicador 1: medir mensalmente o fluxo de caixa líquido.

Indicador 2: medir mensalmente o volume de vendas.

Indicador 3: medir mensalmente o indicador contábil financeiro Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RPL).

Indicador 4: medir mensalmente o índice de execução do orçamento da empresa.

Indicador 5: medir mensalmente o fluxo de recebimentos, e se estes ocorreram nos prazos previstos.

Indicador 6: medir mensalmente o nível das exigibilidades, e se estas foram pagas nos prazos previstos.

Objetivo: Contribuir na otimização dos custos, ou seja, proporcionar o melhor nível de custos operacionais e financeiros do negócio aquícola.

Indicador 1: medir mensalmente as despesas operacionais diferenciadas entre àquelas do processo produtivo, beneficiamento e comercialização em relação às despesas totais da empresa.

Indicador 2: aplicar a prática da análise custo volume lucro no sentido de verificar o nível mínimo de resultados operacionais a serem gerados, por mês, no intuito de prevenir-se frente ao risco de prejuízo.

#### 4.4.2 Na perspectiva do cliente

Objetivo: Satisfazer as necessidades dos clientes, fornecendo produtos com certificação de qualidade (SIF).

Indicador: medir a satisfação do cliente a cada serviço prestado.

Objetivo: Adotar prática competitiva diferenciada por meio da ampliação no número de representantes, sobretudo em cidades no interior dos Estados atendidas por voos comerciais.

Indicador: medir a capacidade de geração de negócios por representantes comparativamente ao número de habitantes, restaurantes e hotéis nas cidades em que atuam.

#### 4.4.3 Na perspectiva dos processos produtivos

Objetivo: Garantir a disponibilidade de moluscos, por meio da padronização do processo produtivo, para o pronto atendimento das necessidades dos clientes, por meio da excelência na prestação do serviço.

Indicador 1: solicitar avaliação semestral do cliente em relação a atuação da empresa aquícola no atendimento de suas necessidades.

Indicador 2: medir mensalmente o nível de controle do volume de moluscos dispostos em cultivo, com apontamentos sobre o crescimento das culturas de ostras e mexilhões, para que se possa estimar a data de disponibilidade do produto para a despesca.

Objetivo: Investir na infraestrutura produtiva, de beneficiamento e de comercialização com recursos que permitem o emprego de técnicas necessárias para que as práticas operacionais contribuam no desenvolvimento do negócio aquícola.



Indicador: medir mensalmente a base de dados resultantes das práticas operacionais dos setores de produção, beneficiamento e comercialização.

Objetivo: Buscar soluções tecnológicas que permitam a execução de melhores práticas em meio ao processo produtivo de moluscos.

Indicador: avaliar as soluções tecnológicas apresentadas em feiras, eventos e por fornecedores que possam ser implementadas junto às práticas operacionais da empresa.

Objetivo: Priorizar o atendimento das necessidades do cliente em meio à dinâmica do negócio aquícola, garantindo que o intervalo de tempo entre a despesca do molusco e o recebimento dele pelo cliente em qualquer cidade brasileira ocorra no menor tempo possível.

Indicador: medir o índice de cumprimento do prazo de entrega para que se possa corrigir práticas operacionais internas, ou troca de horários de voos, e ainda se o serviço de entrega do produto na cidade destino encontra-se ajustado ao perfil de dinâmica do negócio aquícola.

Objetivo: Contribuir com o bem-estar do colaborador mediante condições adequadas de trabalho, dessa forma busca-se conhecer as necessidades do colaborador no sentido de executar um esforço de melhora por meio dos investimentos na infraestrutura das estruturas produtivas e de manejo das culturas de moluscos.

Indicador 1: medir mensalmente o nível de suporte e apoio solicitado pelo colaborador.

Indicador 2: medir mensalmente o nível de atendimento das solicitações dos colaboradores.

#### 4.4.4 Na perspectiva de aprendizado e crescimento

Objetivo: Garantir o treinamento e aprimoramento da qualificação dos colaboradores, no sentido de proporcionar-lhes mais do que é previsto pelas obrigações legais.

Indicador 1: medir a ocorrência de incidentes que possam ameaçar a segurança do colaborador ao longo do período que corresponde ao ciclo produtivo dos moluscos cultivados.

Indicador 2: medir anualmente o nível de conscientização da observância das boas práticas de segurança no trabalho por parte do colaborador.

Objetivo: Estimular o desenvolvimento de competências individuais dos colaboradores com foco em competências estratégicas nos setores de produção, beneficiamento e comercialização. Dentre as competências estratégicas, salienta-se: capacidade de comunicação, trabalho em equipe, conhecimento técnico, atendimento ao cliente e capacitação em negociação.

Indicador 1: medir mensalmente as competências estratégicas por meio de uma reunião com todos os colaboradores para avaliar: capacidade de comunicação, trabalho em equipe e atendimento ao cliente.

Indicador 2: medir bimestralmente as competências estratégicas referentes às práticas de conhecimento técnico relacionados ao processo produtivo e

beneficiamento, e ainda a capacidade de negociação aplicada aos setores de compras e vendas.

Objetivo: Estimular um bom ambiente de trabalho focado no comprometimento e qualidade de vida para que todos se sintam satisfeitos em trabalhar na empresa.

Indicador: medir mensalmente o nível de satisfação dos colaboradores em relação à convivência no ambiente de trabalho e também em relação a dinâmica operacional da empresa.

Objetivo: Praticar a transparência na comunicação entre gestores e colaboradores com foco no atendimento dos objetivos estratégicos, resultados financeiros e satisfação pessoal dos colaboradores.

Indicador: medir bimestralmente o nível perceptual de comunicação entre gestores e colaboradores.

#### 4.5 Elaboração do plano de implementação

O presente estudo, de característica exploratória, apresenta resultados pautados nas respostas obtidas em um questionário semiestruturado combinado com os dados apontados durante a fase observacional de desenvolvimento do trabalho. Acredita-se que se devam considerar ao menos dois ciclos produtivos de ostras e mexilhões, mediante teste e verificação dos indicadores, para que se executem os ajustes necessários, acerca da aplicabilidade do *Balanced Scorecard* no empreendimento aquícola.

O planejamento estratégico aplicado ao negócio aquícola constitui condição imprescindível à manutenção da competitividade e ampliação do seu mercado consumidor. Quanto da possível implantação do método BSC, os objetivos apresentados por meio do planejamento estratégico aos gestores do empreendimento aquícola devem ser submetidos à verificação e controle regular para que sejam alcançados. Neste sentido, considera-se necessário *feedback* nos períodos estipulados nos indicadores para fins de verificar a situação da empresa. Desse modo, caso precise, faz-se a adaptação: dos objetivos, estratégias e indicadores, em benefício da geração de resultados satisfatórios.

O processo de implantação do BSC compreende uma análise integrada dos indicadores comparativamente a projeção dos objetivos, de forma efetiva, para fins de verificação da aplicabilidade da metodologia e possíveis ajustes à realidade operacional. Tal processo demandaria comprometimento e esforço por parte dos gestores e colaboradores do empreendimento aquícola. Diante do exposto, salienta-se que o plano de implementação do BSC confere inferência de continuidade e fechamento do estudo científico proposto, sem que de fato seja disposto para implantação no negócio aquícola.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu verificar a possibilidade de aplicação do *Balanced Scorecard* em um empreendimento aquícola mediante uso de indicadores financeiros e não financeiros no sentido de proporcionar a visualização, de forma combinada, das diferentes perspectivas que influenciam o desempenho do negócio. Torna-se possível identificar os objetivos estratégicos e os fatores críticos de sucesso para a empresa aquícola, e neste sentido o gestor passa a dispor de informações que permitem delinear mais facilmente a visão estratégica aplicável a realidade organizacional.

A descrição do processo produtivo, beneficiamento e comercialização compõem a base informacional para a elaboração dos objetivos estratégicos e indicadores alinhados à proposição de implantação do BSC. Pois, tal prerrogativa estimula o ato de pensar de forma estratégica nos diferentes aspectos organizacionais, e para isto, são empregados indicadores de avaliação e desempenho que permitem equacionar a percepção entre os objetivos estratégicos e a participação dos gestores e colaboradores na geração de resultados. Neste sentido, desponta o estímulo ao comprometimento de gestores e colaboradores em função de um resultado final positivo, com uma estratégia pautada nos objetivos em benefício do negócio aquícola.

O planejamento estratégico proposto a partir da aplicação do BSC visa o aumento na lucratividade do negócio, para isto identifica-se como necessário o aumento na participação de mercado, cujo fator tende a gerar maior demanda; executar uma gestão adequada de custos; e controle dos níveis de estoque em todas as etapas do processo produtivo de ostras e mexilhões mediante planejamento do cultivo. Acredita-se que com a aplicação da metodologia do BSC no intuito de gerenciar o desempenho organizacional os esforços de produção, beneficiamento, e comercialização sejam recompensados por um aumento no volume de negócios, fidelizando clientes e conquistando outros, e dessa forma a empresa pode alcançar resultados financeiros satisfatórios.

Diante do exposto, recomenda-se a iniciativa de uso do BSC para fins de execução de um planejamento estratégico direcionado a alcançar os objetivos firmados para a empresa. Dessa forma, considera-se imprescindível o aprendizado e domínio da ferramenta gerencial do *Balanced Scorecard*, a qual representa uma alternativa de sistema de gestão e medidas de desempenho específicas e ajustadas a realidade do empreendimento aquícola.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 4.895, de 25 de novembro de 2.003.** Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquíicultura, e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4895.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4895.htm)>. Acesso em: 23 jul. 2012.

CERVO, A.; BERVIAN, A. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1996.

FACHIN, O. C. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. The Balanced Scorecard – Measures that drive performance. **Harvard Business Review**, pp. 71-79, jan./ fev., 1992.

\_\_\_\_\_. Putting the Balanced Scorecard to Work. **Harvard Business Review**, pp. 134-147, sep./ oct., 1993.

\_\_\_\_\_. **Estratégia em ação**: Balanced Scorecard. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

\_\_\_\_\_. Having Trouble With Your Strategy? Then map it. **Harvard Business Review**, v. 78, n. 5, pp. 167-176, Sep./ Oct. 2000.

\_\_\_\_\_. **Mapas Estratégicos – Convertendo Ativos Intangíveis em Resultados Tangíveis**. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LUNKES, R. J. **Contabilidade gerencial**: um enfoque na tomada de decisão. Florianópolis: Visualbooks, 2007.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**: da escola científica à competitividade na economia globalizada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – MPA. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura**: Brasil 2010. Brasília: fev. 2012.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

NASCIMENTO, C.; GALLON, A. V.; FEY, V. A.; PFITSCHER, E. D.; CASAGRANDE, M. D. H. Logística a gestão da cadeia de suprimentos de moluscos em Santa Catarina. In: Simpósio de Engenharia de Produção. **Anais...** Bauru: UNESP, 2009.

NEVES, M.; PALMEIRA FILHO, P. Balanced Scorecard como catalizador da gestão estratégica: remédio ou placebo? In: XXII Encontro Nacional da Engenharia de Produção, **Anais...** Curitiba: ENEGEP, 2002.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 27. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria estratégica e operacional**. São Paulo: Thomson, 2003.

PEDRUZZI JUNIOR, A.; PEDRUZZI, N. L. I.; SILVA NETO, J. M. Controle ambiental à gestão de atividade de piscicultura em pequena propriedade. In: XIII Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2011, **Anais...** São Paulo: FGV-EAESP, 2011.

ROSA, F. S.; SELIG, P. M.; MÂSIH, R. T. O Balanced Scorecard em Gerenciamento de Pesquisa - Um estudo de caso do Laboratório de Moluscos Marinhos da Universidade Federal de Santa Catarina. In: VII Congresso Internacional de Custos, 2001. **Anais...** Leon: Universidad Leon, v. 1, 2001.

ROSA, R. C. C. **Impacto do cultivo de mexilhões nas comunidades pesqueiras de Santa Catarina**. 1997. 183f. Dissertação (Mestrado em Aquicultura). Departamento de Aquicultura, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

SANTOS, A. A.; NOVAES, A. L. T.; SILVA, F. M.; RUPP, G. S.; SOUZA, R. V.; COSTA, S. W. **Síntese informativa da maricultura 2010**. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – EPAGRI. Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca – CEDAP. Florianópolis: 29 jul. 2011.

SILVA, L. C. O Balanced Scorecard e o processo estratégico. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 10, n. 4, pp. 61-73, out./dez. 2003.

SOUZA, R. V.; VICENTE, A. L.; SANTOS, A. A.; NOVAES, A. L. T.; SILVA, F. M.; OSTRENSKY, A. Malacocultura em Santa Catarina: maricultores, extensionistas e pesquisadores apontam problemas e demandas. **Panorama da Aquicultura**, pp. 36-41, jan./fev. 2011.

THOMPSON JUNIOR., A. A.; STRICKLAND III, A. J. **Planejamento estratégico**: elaboração, implementação e execução. São Paulo: Pioneira, 2000.

Trabalho recebido em 25 de abril de 2012;

Trabalho aprovado em 18 de julho de 2012;



## **NORMAS PARA PREPARAÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL**

### **FOCO E ESCOPO**

O periódico **Extensão Rural** é uma publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às áreas de extensão rural, administração rural, desenvolvimento rural, economia rural e sociologia rural. São publicados textos em inglês, português ou espanhol.

Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista: (<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural>), necessitando para isso que o autor se cadastre e obtenha seu login de acesso. A submissão deve obedecer aos passos descritos em “iniciar nova submissão”.

Momentaneamente o periódico Extensão Rural não cobra taxas de tramitação e de publicação.

### **EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES**

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusos apenas nos metadados da submissão.

### **CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS**

O trabalho deverá ser digitado em página tamanho A5, com dimensões de 14,8 x 210 mm com fonte Arial 9 pt, espaçamento simples, sem recuos antes ou depois dos parágrafos, com margens espelho com largura interna 3,0 cm, externa 2,0 cm, inferior e superior 2,5 cm.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do

texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

## **ESTRUTURAS RECOMENDADAS**

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract* (ou *resumen*), *key words* (ou *palabras clave*), introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *key words*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

## **TÍTULOS**

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

## **AUTORES**

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

## **RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS**

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um



*resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, conteúdo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*key words* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

## **MÉTODO**

O método deve descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

## **CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas, objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a rerepresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

## **ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS**

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações

técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são lembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demasiado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;

- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

### **Prefira**

... três agentes foram...  
... quarenta produtores foram...  
... 21 agentes foram...  
... colheu 3 kg de peras...  
...corresponde a 2,3 m...

### **Evite**

... 3 agentes foram...  
... 40 produtores foram...  
... vinte e um agentes foram...  
... colheu três quilos de peras...  
... corresponde a 2,3 metros...

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

### **Unidade**

Quilograma  
Metro  
Litro  
Hectare  
Tonelada  
Rotações por minuto

### **Certo**

kg  
m  
l  
ha  
t  
rpm

### **Errado**

Kg; Kgs.; KG; quilos  
M; mt; Mt  
L; lt; Lt  
Ha; Hec; H; h  
T; Ton; ton  
RPM; Rpm; r.p.m.

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *la cosecha fué de 5,1%*; *the harvest was 5.1%*.

## **TÓPICOS**

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos de dois espaços verticais e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas.

Os tópicos dos artigos não devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de

quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações de segunda ordem, sem negrito, conforme exemplo:

### **3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

#### **3.1. A região de Ibitinga**

Estudos realizados na região estudada mostram que...

#### **3.2. Os hortigranjeiros e a agricultura familiar**

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / key words, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

### **CITAÇÕES**

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

#### **Citações indiretas (transcritas)**

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.

Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA,

2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

### **Citações diretas**

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)”.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não contempladas nas situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

#### **b.1. Citação de livro:**

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

#### **b.2. Capítulo de livro:**

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

**b.3. Artigos publicados em periódicos:**

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

**b.4. Trabalhos publicados em anais:**

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria : Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

**b.5. Teses ou dissertações:**

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

**b.6. Boletim:**

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

**b.7. Documentos eletrônicos:**

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia**. Acessado em 20/08/2012. Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>.

## **FIGURAS**

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:



**Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.**

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

## **TABELAS E QUADROS**

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

**Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.**

<b>Item</b>	<b>Tabela</b>	<b>Quadro</b>
Bordas laterais	Abertas	Fechadas
Dados	Preferencialmente da pesquisa	Preferencialmente da revisão
Conteúdo	Números	Texto
Rodapé*	Fonte arial 8 pt	Geralmente não há
Bordas internas	Não há	Há
Alinhamento	Números alinhados à direita	Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar
Exemplos	12,3	O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar
	4,5	
	6.789,1	
	123,0	

\* exemplo de rodapé.

## **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Use o tutorial e a lista de verificação (checklist) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.